# Jalles Machado S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2025**

# Relatório da Administração
# Ano Safra 2024/2025

Goianésia, 17 de junho de 2025

Prezados Acionistas,

A administração da Jalles Machado S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025 (ano safra 2024/25). As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e contemplam as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o exercício social encerrado em 31 de março de 2024 (ano safra 2023/24), exceto quando especificado de outra forma.

# Mensagem da Administração

A safra 2024/25 representou um marco estratégico para a Jalles. Concluímos o ciclo de grandes investimentos previstos desde o nosso IPO com a convicção de que construímos uma base sólida, moderna e preparada para os próximos desafios. A safra 2025/26 inaugura uma nova fase em nossa trajetória, pautada na consolidação e otimização dos ativos. Nosso foco passa a ser a conversão da capacidade instalada em produção efetiva, com ênfase na produtividade, controle rigoroso de custos e disciplina financeira, sem renunciar a oportunidades estratégicas e sustentáveis.

Conseguimos avançar com consistência em nosso plano de crescimento e encerrar o ciclo com importantes entregas operacionais e comerciais, mesmo diante de um dos cenários climáticos mais desafiadores dos últimos anos. Nas nossas três unidades, promovemos ajustes de processos e realizamos investimentos que já demonstram impactos positivos.

Na Unidade Santa Vitória, a operação da fábrica de açúcar evidenciou a resiliência de nossa equipe frente às adversidades. As chuvas até abril de 2025 contribuíram para assegurar a produtividade do plantio do início do ano e melhoram a qualidade da cana-de-açúcar a ser colhida no segundo semestre. A expansão e reforma do canavial, bem como a ampliação de áreas irrigadas previstas para a safra atual, demonstram nosso compromisso com o incremento da produtividade agrícola. A reorganização das áreas de gestão, agora em linha com o modelo das unidades de Goiás, fortalece ainda mais a eficiência da unidade.

Na Unidade Otávio Lage, consolidamos os investimentos industriais com a elevação do mix de açúcar para 60%. Os avanços nos tratos culturais e nos sistemas de irrigação sinalizam uma retomada sustentável da produtividade, preparando a unidade para um novo ciclo de crescimento.

Já na Unidade Jalles Machado, direcionamos nossos esforços à otimização da qualidade do produto e à automação de processos industriais, refletindo nossa visão de modernização. Esperamos, assim, uma entrega com padrão superior de qualidade e custos aderentes ao nosso orçamento.

No campo, seguimos com a ampliação da área plantada e a introdução de novas variedades de cana, mais produtivas e resilientes. Esses avanços já indicam melhoria de desempenho nos canaviais reformados em ciclos anteriores. Com meta de atingir 9 milhões de toneladas moídas até a safra 2026/27, entramos na safra 2025/26 com uma base agrícola mais sólida, beneficiada pelas chuvas regulares desde novembro de 2024.

No âmbito comercial, enfrentamos um cenário desafiador, mas conduzimos nossas decisões com consistência e estratégia. Mantivemos foco na eficiência logística, proteção de margem e gestão de estoques. As operações de escoamento seguiram firmes, com destaque para a capacidade de expedição de até 1.300 $m^3$/dia em cada uma de nossas Unidades, apesar das limitações operacionais de recebimento por parte de clientes na modalidade FOB. No etanol anidro, adotamos uma estratégia de venda híbrida entre contratos e mercado spot, com carrego planejado para o 4T25. No açúcar cristal,

a limitação de matéria-prima impactou a produção, mas mantivemos o equilíbrio dos estoques e liquidez da operação. No mercado de orgânicos, embora um embarque *breakbulk* tenha sido adiado para o mês de maio por conta da janela de importação dos Estados Unidos, a programação de exportações permanece preservada, com reforço da receita no mercado externo. Registramos menor volume vendido de CBIOs no comparativo anual, reflexo de incertezas regulatórias quanto ao cumprimento das metas de descarbonização pelas distribuidoras.

Além da consolidação dos investimentos já realizados, seguimos atentos às oportunidades de verticalização e diversificação. O projeto de biometano, em parceria com a Albioma, representa um avanço relevante nessa direção, agregando valor à nossa cadeia produtiva e alinhando a Companhia às crescentes demandas por energia limpa e renovável.

O ano de 2025, com a realização da COP 30 em Belém do Pará e o início do E30 no Brasil, reforça a relevância estratégica do nosso setor na transição energética. A Jalles está preparada para capturar essas oportunidades, com um portfólio robusto, flexível e em constante evolução.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros, fornecedores, clientes e investidores que trilham esse caminho conosco. Encerramos a safra 2024/25 com confiança no futuro. Estamos certos de que os investimentos realizados, aliados à disciplina operacional e à visão estratégica, continuarão a gerar valor e impulsionar a Jalles rumo a um novo ciclo de crescimento sustentável, inovação no setor sucroenergético.

# ESG

O compromisso com as práticas sustentáveis permeia a Jalles desde a sua fundação, fazendo parte de suas raízes e essência. O mesmo zelo dedicado à terra estende-se ao meio ambiente e às pessoas. Mais do que simplesmente cumprir a legislação, a Companhia entende seu papel de liderança na sociedade, promovendo o movimento de descarbonização e agregando valor à cadeia de produção de etanol e açúcar, ao mesmo tempo em que cria oportunidades para toda a sociedade.

Com uma atuação ética, transparente e responsável, a Jalles demonstra que é possível conciliar desempenho consistente com uma agenda ESG sólida, contribuindo efetivamente para um futuro mais sustentável.

Na safra 2024/25, a Companhia avançou significativamente no fortalecimento de sua estrutura de Governança, Riscos e Compliance (GRC). Consolidou o Programa de Conformidade e ampliou a atuação dos Multiplicadores de Conformidade, responsáveis por disseminar boas práticas por meio de treinamentos internos. Essas ações reforçam a cultura de integridade, transparência e prestação de contas, além de assegurar o rigoroso cumprimento de normas e regulamentos por todos os colaboradores.

Também reestruturou o Canal de Integridade e sua respectiva comissão, com o objetivo de promover um ambiente corporativo mais ético, seguro e confidencial, voltado à prevenção e correção de eventuais irregularidades. Adicionalmente, atualizou suas políticas de risco e aprimorou os processos de gestão de controles internos, com destaque para o projeto de segregação de funções (SoD), que visa proteger a Companhia contra fraudes, erros e vazamentos de dados, fortalecendo sua estrutura de governança e mitigação de riscos.

A Jalles realizou ainda investimentos estratégicos na diversificação de portfólio e na circularidade dos recursos, mantendo-se entre as empresas mais certificadas do setor no Brasil. Uma avaliação conduzida por consultoria externa independente apontou que a Companhia contribui com 14 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, sendo 11 considerados estratégicos e diretamente alinhados aos temas materiais prioritários da organização.

O compromisso com a governança e a transparência foi reconhecido na pesquisa *Latin America Executive Team 2024*, promovida pelo Institutional Investor. A Companhia foi premiada em sete categorias, incluindo reconhecimentos ao Diretor-Presidente, ao Diretor Financeiro, ao Conselho de Administração e à equipe de Relações com Investidores.

No aspecto ambiental, a Companhia manteve sua posição de liderança em práticas regenerativas e produção orgânica, alinhando suas operações aos princípios da economia de baixo carbono. O avanço contínuo em inovação tecnológica, tanto no campo quanto na indústria, aliado ao manejo correto do solo tem impulsionado ganhos significativos em produtividade e eficiência. A ampliação do uso de tecnologias 4.0 fortalece o capital intelectual da organização e aumenta a resiliência do negócio.

No eixo social, a Companhia tem promovido uma relação genuína com a sociedade, pautada na busca por maior igualdade para as comunidades nas áreas em que atua. Durante a safra 2024/25, deu continuidade a iniciativas de valorização do desenvolvimento humano e da inclusão, com destaque para o engajamento nos Princípios de Empoderamento Feminino da ONU e a implantação do

Programa *Somos*, voltado à inclusão de pessoas com deficiência. Segundo pesquisa realizada pela Cana Online, a Jalles foi reconhecida como a usina que mais emprega mulheres no Brasil, com 25% de seu quadro funcional composto por colaboradoras.

A educação é um dos pilares centrais da atuação social da Companhia. Desde 1994, mantém a Fundação Jalles Machado, responsável por diversas ações educacionais, como a emissora educativa, o concurso de redação "Dr. Otávio, construtor de sonhos" e a Escola Luiz César Siqueira de Melo, que já formou mais de 9 mil estudantes. A Companhia também mantém um comitê social responsável por analisar, direcionar e viabilizar projetos e ações voltados à formação, qualificação, saúde física e mental, alimentação, esporte, bem-estar e cultura.

Essas iniciativas, aliadas a programas de capacitação e projetos educacionais, fortalecem uma cultura organizacional cada vez mais diversa, inclusiva e alinhada aos valores institucionais da Jalles.

# Desempenho Operacional

## Moagem de Cana

Ao término da safra 2024/25, a Jalles registrou uma área colhida de 91,7 mil hectares, o que representa incremento de 6,0% em relação à safra anterior (2023/24), que totalizou 86,4 mil hectares. Esse crescimento está diretamente associado à expansão do canavial realizada na safra precedente.

No que se refere ao plantio, a Companhia observou redução de 26,8% na expansão do canavial, com um total de 3,4 mil hectares. Essa retração deve-se à desaceleração na expansão por conta da fase final para conclusão na safra 2025/26. Além disso, o plantio de renovação apresentou acréscimo, atingindo 16,4 mil hectares contra 15,4 mil hectares na safra anterior. Esse desempenho resulta da necessidade maior de renovação, por conta de um canavial maior, frente às expansões realizadas em anos anteriores. Destaca-se a unidade UJM, que apresentou o maior incremento na renovação do canavial entre todas as unidades, considerando tanto o plantio convencional quanto o orgânico.

A moagem atingiu um volume recorde para a Companhia, totalizando 7.868,5 mil toneladas de cana processada na safra 2024/25, o que representa avanço de 7,1% em comparação com a safra 2023/24. Esse aumento foi viabilizado pela maior área de colheita durante a safra.

Por outro lado, o ATR médio apresentou retração de 3,8% em relação à safra anterior, refletindo o impacto das chuvas no início da safra, que comprometeram a qualidade da matéria-prima.

## Comercialização

Durante a safra 2024/25, a Jalles comercializou 1.092,8 mil toneladas de ATR, sendo reflexo do aumento de vendas no etanol e no açúcar, principalmente a exportação do açúcar VHP que cresceu expressivamente no período.

A Companhia registrou incremento de 2,4% na comercialização total de etanol na safra 2024/25, atingindo 360,8 mil $m^3$. Esse desempenho foi influenciado, em grande parte, pela elevação de 34,5% na comercialização de etanol anidro no período. O aumento no volume comercializado está diretamente relacionado a um mix de produção mais alcooleiro, reflexo das condições climáticas adversas no final da safra, em especial, o excesso de chuvas, que resultou em uma matéria-prima com menor concentração de açúcares, favorecendo a destinação para etanol. Na Unidade Santa Vitória, a produção de etanol hidratado apresentou retração de 17,1%, em virtude da priorização da fabricação de açúcar VHP ao longo da safra.

O volume de açúcar comercializado na safra 2024/25 totalizou 458,1 mil toneladas, o que evidencia aumento de 23,9% em relação à safra anterior. Esse crescimento decorre, principalmente, da maior produção de açúcar ao longo do ciclo, com destaque para o tipo VHP, impulsionado pelo início das operações de produção na Unidade Santa Vitória. Por outro lado, as vendas de açúcar cristal

apresentaram retração de 9,0%, reflexo da reclassificação de parte da produção desse tipo para açúcar VHP. Essa reclassificação foi adotada com o objetivo de garantir o cumprimento dos contratos vigentes no mercado externo.

O volume de açúcar orgânico comercializado apresentou diminuição de 6,6% na safra, resultado associado a entraves logísticos que impactaram as exportações, bem como ao não reconhecimento de parte do faturamento no período, o qual deverá ser observado no próximo trimestre. Além disso há um embarque *breakbulk* que está em formação e será finalizado em maio. Apesar desses desafios, observou-se incremento nas vendas destinadas ao mercado interno para o açúcar orgânico.

O volume de CBIOs comercializado ao longo da safra 2024/25 totalizou 369,3 mil unidades, redução de 36,4% em comparação à safra anterior. O resultado da maior comercialização para a safra 2023/24 que carregou um maior estoque da safra 2022/23. Adicionalmente, o preço médio dos CBIOs apresentou recuo em relação ao praticado na safra 2023/24, contribuindo para o menor volume de comercialização.

No segmento de saneantes, a comercialização encerrou o período com queda de 35,3% em relação ao ciclo anterior. O desempenho foi impactado pela vigência da RDC nº 691/2022, que restringe a comercialização de álcool 70% no mercado. Em resposta a essa mudança regulatória, a Companhia tem direcionado esforços para a comercialização do álcool em gel a 46%, produto com maior valor agregado e margens superiores ao álcool 70%.

A companhia registrou um total de energia exportada na safra 2024/25 de 353,2 GWh, queda de 0,5% em relação à safra 23/24.

## Receita Operacional Bruta I Receita Líquida

| Composição da Receita Operacional Bruta | Consolidado | | | Δ% |
|---|---|---|---|---|
| *R$ milhões* | 2024/25 | 2023/24 | 2022/23 | |
| **Mercado Externo** | **665,8** | **300,2** | **261,9** | **121,8%** |
| Açúcar Cristal | 39,1 | - | - | n/d |
| Açúcar VHP | 386,4 | 73,0 | 27,2 | 429,0% |
| Açúcar Orgânico | 240,3 | 227,2 | 234,7 | 5,8% |
| **Mercado Interno** | **1.970,3** | **1.899,9** | **1.658,4** | **3,7%** |
| Etanol Anidro | 323,0 | 209,1 | 382,6 | 54,4% |
| Etanol Hidratado | 301,1 | 213,1 | 321,7 | 41,3% |
| Etanol Hidratado Santa Vitória | 462,2 | 467,9 | 192,5 | -1,2% |
| Etanol Orgânico | 19,3 | 18,7 | 21,2 | 3,0% |
| Açúcar Cristal | 616,3 | 706,5 | 548,8 | -12,8% |
| Açúcar VHP | 7,9 | 0,1 | - | 6397,3% |
| Açúcar Orgânico | 49,3 | 35,6 | 39,3 | 38,4% |
| Saneantes | 30,5 | 46,1 | 71,9 | -33,8% |
| Energia | 113,0 | 106,7 | 42,2 | 5,9% |
| CBIOS | 32,1 | 70,7 | 23,3 | -54,6% |
| Levedura | 6,7 | 8,1 | 6,1 | -16,4% |
| Outros | 8,9 | 17,2 | 9,0 | -48,5% |
| **Total** | **2.636,2** | **2.200,1** | **1.920,3** | **19,8%** |

A Jalles encerrou a safra 2024/25 com uma receita operacional bruta recorde de R$ 2.636,2 milhões, aumento de 19,8% em relação à safra 2023/24.

No período, a Jalles atingiu receita bruta de R$ 665,8 milhões no mercado externo, aumento expressivo de 121,8% em relação aos R$ 300,2 milhões registrados na safra 2023/24. Esse crescimento significativo é atribuído, principalmente, ao início da produção de açúcar VHP na Unidade Santa Vitória, que proporcionou incremento no volume exportado do produto. As vendas de VHP totalizaram R$ 386,4 milhões no período, frente aos R$ 73,0 milhões registrados na safra anterior. Adicionalmente, ao longo da safra, observou-se uma oportunidade para o açúcar cristal no mercado externo, resultando em receita acumulada de R$ 39,1 milhões. Mesmo diante de desafios logísticos no processo de exportação, o açúcar orgânico também apresentou desempenho positivo, com receita bruta de R$ 240,3 milhões, alta de 5,8% em relação ao ciclo anterior.

No mercado interno, a Jalles encerrou a safra 2024/25 com receita bruta total de R$ 1.970,3 milhões. O destaque do período foi o desempenho do etanol, especialmente o anidro, cuja receita atingiu R$ 323,0 milhões, crescimento de 54,4% em relação à safra anterior. O etanol hidratado também apresentou desempenho expressivo, com aumento de 41,3% na receita bruta. A alta no resultado do etanol é explicada, principalmente, pelos melhores preços captados.

No segmento de açúcar destinado ao mercado interno, destaca-se o desempenho do açúcar orgânico, que apresentou crescimento significativo de 38,4% na receita bruta em relação à safra anterior, totalizando R$ 49,3 milhões frente aos R$ 35,6 milhões registrados em 2023/24. Adicionalmente, observou-se uma oportunidade pontual por açúcar VHP no mercado interno, resultando em receita bruta de R$ 7,9 milhões no acumulado da safra.

Ao final da safra 2024/25, a energia elétrica exportada apresentou crescimento de 5,9%, impulsionada, principalmente, pelo período de despacho até meados de outubro. Por outro lado, a receita com os CBIOs registrou retração de 54,6% no comparativo anual. Essa redução é atribuída ao comportamento desfavorável dos preços no mercado durante o período, como também ao menor volume de comercialização do CBIO.

## Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

| Despesas com vendas, gerais e administrativas | Consolidado | | | Δ% |
|---|---|---|---|---|
| (R$ milhões) | 2024/25 | 2023/24 | 2022/23 | |
| Comissões | 10,3 | 9,8 | 10,8 | 5,5% |
| Fretes | 91,4 | 54,8 | 61,0 | 66,6% |
| Outros | 106,9 | 73,6 | 64,7 | 45,3% |
| **Despesas com Vendas** | **208,5** | **138,2** | **136,5** | **50,9%** |
| Pessoal | 56,8 | 47,8 | 36,7 | 19,0% |
| Outros | 66,9 | 63,3 | 55,2 | 5,6% |
| **Subtotal G&A** | **123,7** | **111,1** | **91,9** | **11,3%** |
| Antecipação Produzir | 1,6 | 3,7 | 4,9 | -55,9% |
| Protege | 16,5 | 15,7 | 16,3 | 5,2% |
| Despesas Tributárias | (9,5) | 12,7 | (9,6) | -175,1% |
| **Subtotal Despesas Tributárias** | **8,6** | **32,1** | **11,7** | **-73,1%** |
| **Despesas Gerais e Administrativas** | **132,3** | **143,2** | **103,6** | **-7,6%** |
| **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas** | **340,9** | **281,4** | **240,1** | **21,1%** |

Na safra 2024/25, o SG&A da Companhia totalizou em R$ 340,9 milhões, valor 21,1% maior que na safra 2023/24.

No período às despesas com vendas apresentaram crescimento de 50,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior, devido ao maior volume de comercialização, especialmente para o mercado externo. As despesas com fretes aumentaram 66,6%, reflexo do aumento das exportações de açúcar VHP. A linha "Outros" também registrou elevação significativa, impulsionada pelo aumento nos custos com embarque e fobização, despesas relacionadas ao armazenamento de açúcar nas unidades de Goiás — incluindo gastos com manutenção, locação de maquinários e contratação de serviços de terceiros, entre outros.

As despesas gerais e administrativas, por sua vez, recuaram 7,6% no período, totalizando R$ 132,3 milhões. Esse desempenho positivo decorre, principalmente, do reconhecimento de crédito presumido de PIS/COFINS sobre a cana destinada à exportação. Em contrapartida, os gastos com pessoal apresentaram aumento de 19,0%, em razão do provisionamento do programa de incentivo de longo prazo (ILP) da Diretoria, já mencionado no terceiro trimestre da safra, bem como da expansão do quadro de colaboradores nas áreas de (GRC) e Sustentabilidade, em resposta às exigências de conformidade, documentação e critérios socioambientais.

## Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A Jalles apresenta impactos positivos da transição dos incentivos fiscais do Estado de Goiás, com a migração dos programas Fomentar e Produzir para o novo modelo do ProGoiás, decorrente da forma mais simples desse novo programa.

O ProGoiás é o atual programa de incentivos fiscais do Estado, instituído para simplificar a concessão de benefícios ao setor industrial, substituindo os modelos anteriores baseados em financiamento. O incentivo ocorre por meio de crédito outorgado de ICMS, permitindo redução do saldo devedor mensal sem necessidade de financiamento direto, o que confere maior segurança jurídica e previsibilidade tributária para as empresas beneficiadas.

Na safra 2024/25, os incentivos fiscais somaram R$ 119,8 milhões, destaca-se o aumento do crédito Outorgado sobre o etanol anidro que totalizou R$ 53,0 milhões, crescimento de 72,8% que reflete o volume de vendas do anidro maior no período. Na conta "Outros", houve aumento de 86,0%, refletindo principalmente o crescimento com sinistros, bem como o aumento na reversão de penalidades por indisponibilidade CCEE.

## EBIT Ajustado

A Jalles registrou EBIT Ajustado de R$ 419 milhões na safra 2024/25, crescimento de 131,6% frente aos R$ 180,9 milhões apurados na safra anterior. Esse desempenho reflete a expansão da receita líquida, que atingiu R$ 2.337,9 milhões, resultado do aumento na produção e nas vendas de açúcar, especialmente do tipo VHP, além da realização de preços favoráveis na comercialização de etanol ao longo do ciclo.

O ativo biológico fechou positivo em R$ 44,6 milhões na safra 2024/25. O valor do ativo biológico aumentou em função da valorização nas expectativas de preços futuros do ATR (na data do fechamento contábil. Essa perspectiva de alta impacta diretamente a mensuração da cana-de-açúcar a ser processada, elevando seu valor justo.

## EBITDA Ajustado

A Companhia exclui os valores referentes ao Valor Justo do Ativo Biológico e o Ajuste de Equivalência Patrimonial do cálculo do EBITDA Ajustado e realiza também um ajuste subsequente retirando o valor do Capex Recorrente (Capex recorrente: Tratos culturais, plantio de renovação, manutenção de entressafra e parceria agrícola), pois considera que, dessa forma, o indicador proporcionará melhor avaliação da geração operacional de caixa efetiva.

No ano safra 2024/25, o EBITDA Ajustado totalizou R$ 1.481,0 milhões, crescimento de 22,7% em relação aos R$ 1.207,3 milhões registrados na safra anterior, motivado principalmente pelo aumento da receita líquida, decorrente do maior volume de vendas e preços favoráveis. O EBITDA Capex Recorrente atingiu R$ 340,1 milhões, avanço de 131,2% frente ao exercício anterior, com margem de 14,5%, superior em 6,8 p.p.

| Reconciliação EBITDA | Consolidado | | | Δ% |
|---|---|---|---|---|
| *R$ milhões* | 2024/25 | 2023/24 | 2022/23 | |
| **Lucro Líquido** | **(56,0)** | **85,1** | **692,3** | **-165,7%** |
| (-) IRPJ e CSLL | 90,3 | 44,0 | (15,4) | 105,4% |
| (-) Resultado Financeiro | (618,2) | (333,7) | (268,8) | -85,2% |
| (+) Depreciação e Amortização | 1.062,1 | 1.026,4 | 581,6 | 3,5% |
| **EBITDA Contábil** | **1.534,0** | **1.401,3** | **1.558,2** | **9,5%** |
| *Margem EBITDA* | *65,6%* | *73,4%* | *91,3%* | *-10,6 p.p.* |
| (-) Resultado de Equivalência Patrimonial | 8,3 | 13,1 | 8,0 | -36,7% |
| (-) Ganho por Compra Vantajosa / Impairment | - | 199,1 | 428,0 | -100,0% |
| (-) Variação do Ativo Biológico | 44,6 | (18,2) | (39,6) | 344,7% |
| **EBITDA Ajustado** | **1.481,0** | **1.207,3** | **1.161,8** | **22,7%** |
| *Margem EBITDA Ajustado* | *63,3%* | *63,2%* | *68,0%* | *0,1 p.p.* |
| (-) Capex Recorrente* | 1.141,0 | 1.060,2 | 842,6 | 7,6% |
| **EBITDA - Capex Recorrente** | **340,1** | **147,1** | **319,3** | **131,2%** |
| *Margem EBITDA - Capex Recorrente* | *14,5%* | *7,7%* | *18,7%* | *6,8 p.p.* |

*Capex recorrente: Tratos culturais, plantio de renovação, manutenção de entressafra e parceria agrícola.

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional

## Resultado Financeiro

Ao final do exercício encerrado em 31 de março de 2025 o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 618,2 milhões, refletindo tanto o resultado financeiro antes da variação cambial e hedge de R$ 349,4 milhões, quanto o impacto do hedge MTM, que encerrou o período com perda de R$ 251,8 milhões.

# CAPEX

| Capex | Consolidado | | | Δ% |
|---|---|---|---|---|
| *R$ milhões* | 2024/25 | 2023/24 | 2022/23 | |
| **Capex Recorrente** | **458,3** | **447,5** | **403,2** | **2,4%** |
| Plantio de Renovação | 246,7 | 242,7 | 189,1 | 1,6% |
| Manutenção de Entressafra | 211,6 | 204,8 | 214,1 | 3,3% |
| **Capex Expansão** | **125,7** | **262,8** | **158,9** | **-52,2%** |
| Ampliação IPO | 16,3 | 80,7 | 101,4 | -79,7% |
| Fábrica Açúcar VHP - USV | 58,8 | 115,6 | - | -49,1% |
| Plantio de Expansão | 50,6 | 66,6 | 57,5 | -24,0% |
| **Capex Ampliação/Melhoria** | **160,2** | **153,5** | **117,5** | **4,4%** |
| Indústria | 47,2 | 54,3 | 26,2 | -13,1% |
| Agrícola | 94,3 | 88,6 | 80,4 | 6,4% |
| Outros | 18,8 | 10,6 | 10,9 | 77,8% |
| **Capex Total ex Tratos** | **744,3** | **863,8** | **679,6** | **-13,8%** |

No acumulado da safra 2024/25, o Capex Recorrente somou R$ 458,3 milhões. Apesar dos atrasos provocados pelas condições climáticas adversas no 3T25, o capex recorrente do plantio de renovação fechou a safra 24/25 com apenas 1,6% de aumento versus a safra passada, mesmo com um incremento da área plantada de 6,2%. Esse efeito decorre do plantio sem a necessidade de irrigação devido a umidade residual do período chuvoso durante o 4T25.

Na visão da safra 24/25, a variação dos gastos com a manutenção de entressafra aumentou 3,3% versus a safra 23/24, abaixo da inflação do período.

O Capex de Expansão acumulado na safra apresentou queda de 52,2%, em função da conclusão dos investimentos ligados ao IPO e à fábrica de açúcar VHP, que apresentaram retrações de 79,7% e 49,1%, respectivamente. O plantio de expansão foi impactado pela fase final do plano de crescimento definido no IPO, que visa ampliar a área de canavial para suportar um incremento de 1 milhão de toneladas na capacidade de moagem. Como resultado, o ciclo atual encerrou em R$ 50,6 milhões, representando uma redução de 24,0% em relação à safra anterior.

Por outro lado, o Capex de Ampliação e Melhoria totalizou R$ 160,2 milhões no acumulado da safra, avanço de 4,4% sobre a safra 2023/24. Considerando os tratos culturais, que cresceu 11,5% principalmente devido à renovação do canavial, o Capex totalizou R$ 1.184,5 milhões ao final do período.

# Posição de Hedge

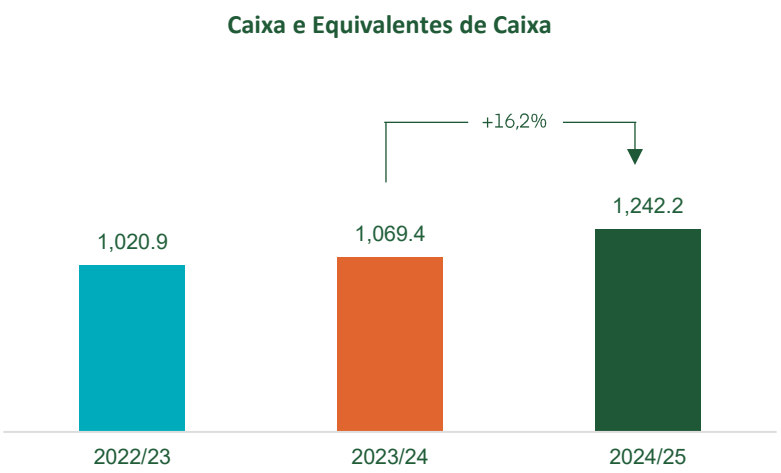
Para a próxima safra a Jalles possui volume de fixação de 85,8% sobre o volume disponível para fixação, ainda havendo espaço para a captura de preços que sejam atrativos. A Companhia tem como política de hedge a fixação de até 85% da capacidade produtiva de açúcar VHP e Cristal das suas

unidades. Com preço médio fixado em R$ 2.432/t para a safra 2025/26, R$ 2.475 para a safra 2026/27 e R$2.664 para a safra 2027/28, a Jalles continua acima da média histórica de R$ 2.272/t do preço do açúcar que considera o período de outubro de 1998 a março de 2025.

Em 31 de março, a Companhia havia fixado um total de 714,5 mil toneladas de açúcar distribuídos em três safras, porém abrangendo um volume de produção equivalente a 1,3 safras. Esse volume corresponde a 63,2% da capacidade produtiva total da Companhia em ATR para uma única safra.

## Caixa

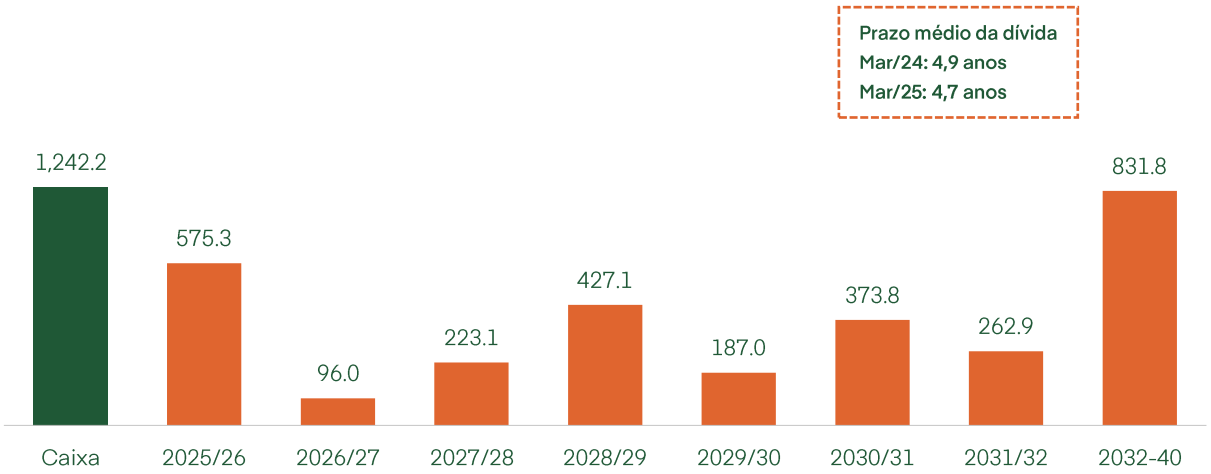
Em 31 de março de 2025, as disponibilidades da Jalles totalizaram R$ 1.242,2 milhões. Esse montante equivale a 2,2 vezes a dívida de curto prazo, garantindo a alta liquidez e capacidade para atender às necessidades de capital da Companhia. As disponibilidades tiveram aumento de 16,2% em relação à safra 2023/24.



# Endividamento

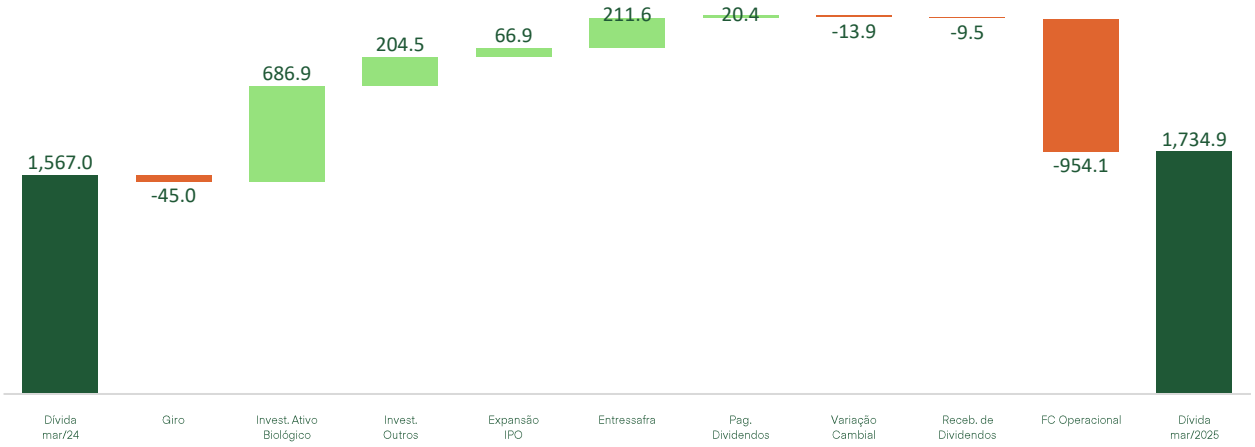
Ao final do exercício, a Companhia registrou dívida líquida de R$ 1.734,9 milhões, 10,7% maior que a dívida líquida da safra 2023/24. O custo médio da dívida ficou aproximadamente CDI +0,7%, enquanto a rentabilidade de caixa em CDI -0,1%.

**Dívida por safra (R$ mihões)**




Ao final de março de 2025, 81,0% da dívida bruta da Companhia estava concentrada no longo prazo, totalizando R$ 2.401,8 milhões, enquanto R$ 575,2 milhões estavam no curto prazo, somando R$ 2.977,1 milhões. Deste total, R$ 2.909,0 milhões estavam em BRL enquanto os demais R$ 68,1 milhões em USD, correspondendo a 97,7% e 2,3%, respectivamente.

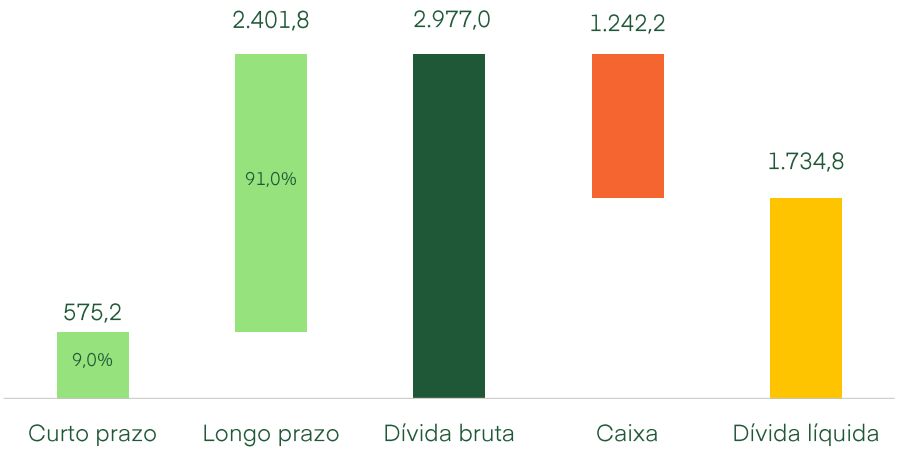
**Movimentação da dívida líquida**



A Companhia possui uma sólida posição de caixa para atender aos vencimentos das próximas safras.

A movimentação da dívida líquida registrou aumento de 10,7% em relação ao exercício anterior, principalmente devido ao investimento significativo em ativos biológicos, que é referente aos tratos culturais, em grande parte em relação à renovação do canavial. Apesar disso, a operação da Jalles foi capaz de gerar fluxo de caixa compensando o investimento em ativo biológico, e contribuindo para o controle da dívida líquida ao final do período.

**Decomposição da Dívida Líquida (R$ milhões)**




As operações no mercado de capitais representavam 70,5% da dívida, enquanto as de capital de giro de longo prazo e financiamento a investimentos correspondiam a 9,2% e 20,4%, respectivamente. O prazo médio da dívida foi de 4,9 anos em março de 2024, comparado a 4,7 anos em março de 2025.

Após a contratação de swaps de indexadores, 96,0% das dívidas estavam indexadas ao CDI, 0,2% ao IPCA, e os 3,7% restantes em outros índices ao final de março de 2025.

## Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes Ltda foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou o auditor independente para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação do auditor independente está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados

proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém do auditor independente declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão.

# Conteúdo

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas** **7**

**Balanços patrimoniais** **8**

**Demonstrações dos resultados** **9**

**Demonstrações de resultados abrangentes** **10**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido** **11**

**Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto** **12**

**Demonstração do valor adicionado** **13**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas** **14**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 – Bloco 02, 3° andar, sala 302 – Torre Norte
ParkShopping – Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 – CEP: 71.219-900 – Brasília/DF – Brasil
Telefone +55 (61) 3362-3700

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Jalles Machado S.A.**

*Goianésia – GO*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jalles Machado S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Jalles Machado S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Mensuração dos ativos biológicos

Veja as Notas 2.7 g e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

| Principais assuntos de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
|---|---|
| A Companhia mensura os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar ao valor justo deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte.<br><br>O valor justo representa o valor presente de fluxo de caixa estimado para ativos biológicos, que é determinado por meio de aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixas descontados, que incluem: a área estimada de colheita, produtividade prevista (toneladas de cana por hectares), quantidade total de açucar recuperável ATR, o valor de kg do Açúcar Total Recuperável (ATR), custos com tratos culturais, custos com colheita e corte, carregamento e transporte, custos de capital, custos de arrendamento e parceria agrícola, impostos e taxa de desconto.<br><br>Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação do valor justo, ao impacto que eventuais mudanças nas premissas teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e à relevância dos montantes de ativos biológicos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. | Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:<br><br>– Avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao cálculo do valor justo deduzido dos custos estimados de venda dos ativos biológicos;<br><br>– Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos ativos biológicos, comparando-as com informações históricas internas e com dados externos observáveis do mercado;<br><br>– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.<br><br>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025. |

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 17 de junho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-0

Fernando Rogério Liani

Contador CRC 1SP229193/O-2

## Jalles Machado S.A.

### Balanços patrimoniais em 31 de março e 31 de março de 2024

*(Em milhares de Reais)*

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Nota** | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 1.134.917 | 980.080 | 1.237.342 | 1.049.863 |
| Caixa restrito | 4 | 3.486 | 17.453 | 3.486 | 17.453 |
| Contas a receber e outros recebíveis | 5 | 67.491 | 77.148 | 90.249 | 126.075 |
| Estoques | 6 | 153.570 | 172.973 | 212.591 | 224.848 |
| Adiantamento a fornecedores | | 1.659 | 1.587 | 2.377 | 3.273 |
| Ativos biológicos | 10 | 452.154 | 402.879 | 614.539 | 531.263 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 7 | 51.537 | 30.882 | 63.936 | 52.423 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 41.636 | 41.125 | 41.949 | 41.594 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 18 | 28.861 | 61.765 | 28.861 | 61.765 |
| Dividendos a receber | 8 c | 4.790 | 11.653 | 4.790 | 3.888 |
| Outros ativos | | 469 | 4.281 | 1.081 | 7.838 |
| **Total do ativo circulante** | | 1.940.570 | 1.801.826 | 2.301.201 | 2.120.283 |
| **Não circulante** | | | | | |
| Caixa restrito | 4 | 1.362 | 2.129 | 1.362 | 2.129 |
| Contas a receber e outros recebíveis | 5 | 7.973 | 9.839 | 50.892 | 54.532 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 7 | 20.463 | 12.230 | 124.679 | 102.036 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | - | - | 683 | 490 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 18 | 15.962 | 86.657 | 15.962 | 86.765 |
| Depósitos judiciais | 16 | 73.339 | 63.475 | 74.606 | 65.601 |
| Impostos diferidos | 15 | 10.000 | - | 10.000 | 24.992 |
| Adiantamento a fornecedores | | - | - | - | - |
| Investimentos | 8 | 1.639.433 | 1.540.422 | 88.595 | 89.652 |
| Imobilizado | 9 | 1.669.065 | 1.556.877 | 2.895.077 | 2.719.679 |
| Direitos de uso | 24 | 976.147 | 965.221 | 1.553.809 | 1.421.028 |
| Intangível | | 16.674 | 10.126 | 20.740 | 14.753 |
| **Total do ativo não circulante** | | 4.430.418 | 4.246.976 | 4.836.405 | 4.581.657 |
| **Total do ativo** | | 6.370.988 | 6.048.802 | 7.137.606 | 6.701.940 |

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | **Nota** | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| **Circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 567.215 | 229.700 | 575.240 | 237.577 |
| Arrendamentos a pagar | 24 | 87.807 | 69.943 | 178.482 | 149.069 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 12 | 108.612 | 73.909 | 135.137 | 159.389 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 18 | 56.785 | 88.015 | 61.591 | 88.015 |
| Provisões e encargos trabalhistas | 13 | 32.379 | 30.950 | 43.494 | 44.607 |
| Obrigações fiscais | | 11.426 | 10.378 | 21.897 | 20.539 |
| Dividendos a pagar | 17 | - | 4.775 | - | 4.775 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 6.753 | - | 7.219 | 2.483 |
| Adiantamento de clientes | 14 | 19.772 | 27.075 | 27.526 | 28.950 |
| **Total do passivo circulante** | | 890.749 | 534.745 | 1.050.586 | 735.404 |
| **Não circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 2.341.519 | 2.331.813 | 2.401.837 | 2.399.176 |
| Arrendamentos a pagar | 24 | 891.163 | 861.559 | 1.392.141 | 1.230.657 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 18 | 208.114 | 85.207 | 210.450 | 85.243 |
| Impostos diferidos | 15 | - | 139.725 | 20.015 | 147.340 |
| Obrigações fiscais | | 1.878 | 7.377 | 1.878 | 7.377 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 12 | 2.246 | 419 | 2.246 | 419 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 12.943 | - | 12.943 | - |
| Provisões para contingências | 16 | 19.206 | 13.199 | 42.340 | 21.566 |
| **Total do passivo não circulante** | | 3.477.069 | 3.439.299 | 4.083.850 | 3.891.778 |
| **Patrimônio líquido** | 17 | | | | |
| Capital social | | 1.039.266 | 1.039.266 | 1.039.266 | 1.039.266 |
| Reservas de lucros | | 966.282 | 1.021.423 | 966.282 | 1.021.423 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 11.883 | 12.692 | 11.883 | 12.692 |
| Dividendos adicionais propostos | | - | 15.638 | - | 15.638 |
| Ações em tesouraria | | (14.261) | (14.261) | (14.261) | (14.261) |
| **Total do patrimônio líquido** | | 2.003.170 | 2.074.758 | 2.003.170 | 2.074.758 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | 6.370.988 | 6.048.802 | 7.137.606 | 6.701.940 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Jalles Machado S.A.**

**Demonstrações dos resultados**

**Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024**

***(Em milhares de Reais)***

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| **Receita operacional líquida** | 19 | 1.709.298 | 1.407.912 | 2.337.911 | 1.909.528 |
| Variação do valor justo de ativos biológicos | 10 | 36.668 | (62.956) | 44.603 | (18.228) |
| Custo das vendas e serviços | 20 (a) | (1.189.729) | (1.001.857) | (1.743.644) | (1.357.928) |
| **Lucro bruto** | | **556.237** | **343.099** | **638.870** | **533.372** |
| **Despesas operacionais** | | | | | |
| Despesas de vendas | 20 (b) | (177.089) | (133.804) | (208.542) | (138.188) |
| Despesas administrativas e gerais | 20 (c) | (106.733) | (116.878) | (132.331) | (143.196) |
| Reversão (Provisão) para perdas de crédito esperadas | 5 | (28) | (2.002) | (28) | (2.002) |
| Outras receitas | 21 | 162.297 | 136.506 | 205.429 | 143.263 |
| Outras despesas | 21 | (24.193) | (10.608) | (39.833) | (31.511) |
| **Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e imposto** | | **410.491** | **216.313** | **463.565** | **361.738** |
| Despesas financeiras | 22 | (468.235) | (333.604) | (501.002) | (370.634) |
| Receitas financeiras | 22 | 146.036 | 132.217 | 151.557 | 137.574 |
| Variações monetárias e cambiais líquidas | 22 | (11.120) | 3.231 | (16.881) | 3.231 |
| Instrumentos derivativos líquidos | 22 | (240.959) | (103.983) | (251.832) | (103.910) |
| **Resultado financeiro líquido** | 22 | **(574.278)** | **(302.139)** | **(618.158)** | **(333.739)** |
| Resultado de equivalência patrimonial | 8 | (2.273) | 96.264 | 8.325 | 13.146 |
| **Resultado antes dos impostos de renda e contribuição socia** | | **(166.060)** | **10.438** | **(146.268)** | **41.145** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 15 | (39.615) | - | (46.398) | (6.942) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 15 | 149.725 | 74.680 | 136.716 | 50.915 |
| **Resultado das operações continuadas** | | (55.950) | 85.118 | (55.950) | 85.118 |
| Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos) | 27 | - | - | - | - |
| **Resultado do exercício** | | **(55.950)** | **85.118** | **(55.950)** | **85.118** |
| Número médio ponderado de ações | | | | 301.547.664 | 297.391.104 |
| Resultado básico e diluído por ação (em reais | 23 | | | -0,18554 | 0,28622 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Jalles Machado S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes

**Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024**

***(Em milhares de Reais)***

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Controladora e consolidado** | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| **Resultado do exercício** | (55.950) | 85.118 | (55.950) | 85.118 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| **Resultado abrangente total** | (55.950) | 85.118 | (55.950) | 85.118 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Jalles Machado S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

**Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024**

***(Em milhares de Reais)***

| | Nota | Capital social | Ajustes de avaliação patrimonial | Ações em Tesouraria | Reservas de lucros | | | Dividendos adicionais propostos | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Legal | Subvenção para investimentos | Retenção de lucros | | | |
| **Saldos em 1º de abril de 2023** | | **982.096** | **13.524** | **(14.261)** | **62.739** | **350.817** | **542.330** | **-** | **-** | **1.937.245** |
| Resultado do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | 85.118 | 85.118 |
| Realização dos ajustes de avaliação patrimonial | | - | (832) | - | - | - | - | - | 832 | - |
| Aumento de capital | | 57.170 | - | - | - | - | - | - | - | 57.170 |
| **Destinação de lucros:** | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | | - | - | - | 4.298 | - | - | - | (4.298) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | | - | - | - | - | - | - | - | (4.775) | (4.775) |
| Constituição de reserva de subvenção para investimento | | - | - | - | - | 62.554 | - | - | (62.554) | - |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | - | - | (1.315) | 15.638 | (14.323) | - |
| **Saldos em 31 de março de 2024** | **17** | **1.039.266** | **12.692** | **(14.261)** | **67.037** | **413.371** | **541.015** | **15.638** | **-** | **2.074.758** |
| Resultado do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | (55.950) | (55.950) |
| Realização dos ajustes de avaliação patrimonial | | - | (809) | - | - | - | - | - | 809 | - |
| Distribuição de dividendos conf. AGOE em 25 de julho de 2024 | | - | - | - | - | - | - | (15.638) | - | (15.638) |
| Compensação de prejuízos com reserva de lucros | | - | - | | - | - | (55.141) | - | 55.141 | - |
| **Saldos em 31 de março de 2025** | **17** | **1.039.266** | **11.883** | **(14.261)** | **67.037** | **413.371** | **485.874** | **-** | **-** | **2.003.170** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Jalles Machado S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

**Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**
***(Em milhares de Reais)***

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Nota** | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| **Resultado do exercício** | | (55.950) | 85.118 | (55.950) | 85.118 |
| Depreciação de imobilizado e amortização do intangível | 20.a,b,c | 163.802 | 152.555 | 252.570 | 280.036 |
| Depreciação de lavoura | 20.a | 126.654 | 104.597 | 203.135 | 184.831 |
| Amortização de tratos culturais | 20.a | 267.391 | 251.001 | 390.564 | 411.654 |
| Depreciação de direitos de uso | 20.a | 131.875 | 112.595 | 215.813 | 149.901 |
| Resultado na baixa de imobilizado | 9 | 4.888 | 480 | 5.969 | 13.432 |
| Baixa de parcerias agrícolas a pagar / Direito de uso | | 337 | - | (948) | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 2.273 | (96.264) | (8.325) | (13.146) |
| Variação do valor justo de investimentos | | (87) | 1 | (87) | 1 |
| Provisão de variação cambial | | (3.864) | 791 | (3.908) | 791 |
| Provisão para contingências | 16 | 6.007 | (4.560) | 20.774 | (5.048) |
| Amortização de custos de transação de empréstimos | 11 | 9.209 | 7.622 | 9.209 | 7.622 |
| Provisão para perdas de créditos esperada | 5 | 28 | 2.001 | 28 | 2.001 |
| Provisão com instrumentos derivativos | 18 | 240.959 | 103.983 | 251.832 | 103.911 |
| Variação do valor justo do ativo biológico | 10 | (36.668) | 62.956 | (44.603) | 18.228 |
| Valor justo de CBIOS | | (7.824) | 9.929 | (10.608) | 16.591 |
| Provisão para estoque de lenta movimentação | 6 | (487) | (112) | 2.864 | (7.031) |
| Variação cambial de empréstimos | 11 | 13.881 | (3.948) | 13.881 | (3.948) |
| Ajuste a valor presente | | (2.171) | (3.293) | (2.171) | (3.293) |
| Impostos e contribuições correntes | | 39.615 | - | 46.398 | 6.942 |
| Impostos e contribuições diferidos | 15 | (149.725) | (74.680) | (112.332) | (50.915) |
| Atualização financeira de depósitos judiciais | 16 | (3.665) | (8.342) | (3.665) | (8.342) |
| Juros provisionados sobre contratos de arrendamento e parcerias agrícolas | 24 | 91.732 | 53.670 | 111.700 | 73.745 |
| Juros provisionados de empréstimos e financiamentos | 11 | 326.934 | 245.496 | 335.900 | 255.334 |
| Reversão impairment de lavoura de cana-de-açúcar | 9 | - | - | - | (199.065) |
| Variações em: | | | | | |
| Contas a receber e outros recebíveis | | 11.588 | (44.412) | 39.433 | (76.873) |
| Estoques | | 87.283 | 88.724 | 86.018 | 119.104 |
| Ativos biológicos | | (281.717) | (268.307) | (440.222) | (394.694) |
| Adiantamento a fornecedores | 10 | (72) | 3.217 | 896 | 3.511 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | (28.888) | 34.688 | (34.156) | 60.419 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 8.642 | (671) | 8.605 | 4.434 |
| Outros ativos | | 3.812 | 584 | 6.757 | (2.756) |
| Depósitos judiciais | | (6.199) | 55.484 | (5.340) | 54.809 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | | 32.641 | (7.288) | (30.213) | 25.271 |
| Provisões e encargos trabalhistas | | 1.429 | 1.349 | (1.113) | 2.077 |
| Obrigações fiscais | | (2.280) | 8.360 | (1.970) | 12.994 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | (22.467) | - | (22.467) | - |
| Adiantamento de clientes | | (7.303) | 17.726 | (1.424) | 19.280 |
| Aplicações em caixa restrito | 4 | (3.575) | (40.594) | (3.575) | (40.594) |
| Rendimento em caixa restrito | 4 | (1.283) | (3.553) | (1.283) | (3.553) |
| Resgate de caixa restrito | 4 | 19.592 | 46.325 | 19.592 | 46.325 |
| Liquidação de instrumentos financeiros derivativos | 18 | (45.683) | (210.015) | (49.342) | (210.015) |
| Juros pagos de empréstimos e financiamentos | 11 | (195.219) | (152.070) | (203.932) | (161.874) |
| Juros pagos de arrendamentos | 24 | (108.032) | (53.670) | (127.620) | (73.745) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (7.218) | - | (15.402) | (6.996) |
| **Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | | 620.195 | 477.473 | 841.282 | 696.474 |
| **Fluxo de caixa de atividades de investimentos** | | | | | |
| Aquisição de investimento | | (1.946) | (1.112) | (962) | (1.420) |
| Aumento de capital em investida | 8 | (225.778) | (201.999) | - | - |
| Adição de caixa e equivalentes de caixa por incorporação de investida | 1 | 42.743 | - | - | - |
| Aquisição de ativo imobilizado | 10 | (245.658) | (301.076) | (429.342) | (520.447) |
| Aquisição de ativo intangível | | (8.489) | (3.012) | (8.812) | (3.480) |
| Dividendos recebidos | 8 | 40.589 | 33.033 | 9.529 | 3.257 |
| Valor recebido em caixa por venda de imobilizado | 9 | 6.549 | 9.717 | 6.654 | 14.059 |
| Plantações e aquisições de lavouras de cana-de-açúcar | 9 | (176.164) | (192.436) | (297.278) | (309.279) |
| **Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos** | | (568.154) | (656.885) | (720.211) | (817.310) |
| **Fluxo de caixa de atividades de financiamentos** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos tomados | 11 | 384.257 | 621.535 | 384.257 | 621.535 |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | 11 | (191.841) | (199.665) | (198.991) | (206.645) |
| Integralização de capital, líquido de dividendos a receber | 17 | - | 21.028 | - | 21.028 |
| Amortização de arrendamentos | 24 | (73.071) | (135.390) | (102.353) | (170.136) |
| Pagamento de dividendos, líquido de integralização de capital a subscrever | | (20.413) | (93.413) | (20.413) | (93.413) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos** | | 98.932 | 214.095 | 62.500 | 172.369 |
| **Aumento em caixa e equivalentes de caixa** | | 150.973 | 34.683 | 183.571 | 51.533 |
| Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa | | (3.864) | 791 | (3.908) | 791 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | | 980.080 | 946.188 | 1.049.863 | 999.121 |
| Caixa e equivalentes no fim do exercício | | 1.134.917 | 980.080 | 1.237.342 | 1.049.863 |
| **Aumento em caixa e equivalentes de caixa** | | 150.973 | 34.683 | 183.571 | 51.533 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Jalles Machado S.A.

### Demonstração do valor adicionado

**Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024**
***(Em milhares de Reais)***

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/03/2025** | **31/03/2024** | **31/03/2025** | **31/03/2024** |
| **Receitas** | **2.558.037** | **2.180.270** | **3.663.400** | **3.194.461** |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 1.896.397 | 1.586.698 | 2.636.185 | 2.200.103 |
| Receitas relativas à construção de ativos próprios | 522.230 | 568.228 | 872.937 | 940.579 |
| Outras Receitas | 144.642 | 32.497 | 160.483 | 61.203 |
| Devolução de Vendas | (5.204) | (5.152) | (6.177) | (5.423) |
| Reversão (constituição) líquida de provisão para perdas de crédito esperadas | (28) | (2.001) | (28) | (2.001) |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | **(1.108.345)** | **(970.714)** | **(1.584.299)** | **(1.294.580)** |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | (484.113) | (338.863) | (618.588) | (511.201) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (632.516) | (623.325) | (973.427) | (974.175) |
| Reconhecimento de valor justo de CBIOS | 7.825 | (9.930) | 10.608 | (16.592) |
| Ganho por compra vantajosa em controlada | - | - | | - |
| Perda/recuperação de valores ativos | 459 | 1.404 | (2.892) | 207.388 |
| **Valor adicionado bruto** | **1.449.692** | **1.209.556** | **2.079.101** | **1.899.881** |
| **Depreciação, amortização e exaustão** | **(689.722)** | **(620.748)** | **(1.062.082)** | **(1.026.422)** |
| **Valor adicionado líquido produzido pela entidade** | **759.970** | **588.808** | **1.017.019** | **873.459** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | **1.637.232** | **1.276.901** | **1.659.022** | **1.199.249** |
| Resultado de equivalência patrimonial | (2.273) | 96.264 | 8.325 | 13.146 |
| Resultado de operações descontinuadas | - | - | - | - |
| Receitas financeiras | 146.036 | 114.055 | 151.557 | 119.413 |
| Ganho com variações cambiais | 37.110 | 29.137 | 42.591 | 29.137 |
| Ganho em operações com derivativos | 1.456.359 | 1.037.445 | 1.456.549 | 1.037.553 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **2.397.202** | **1.865.709** | **2.676.041** | **2.072.708** |
| **Distribuição do valor adicionado** | **2.397.202** | **1.865.709** | **2.676.041** | **2.072.708** |
| **Pessoal** | **240.220** | **223.831** | **369.996** | **352.306** |
| Remuneração direta (custo) | 213.411 | 210.784 | 330.748 | 330.373 |
| Benefícios | 18.397 | 9.946 | 26.554 | 18.832 |
| F.G.T.S. | 8.412 | 3.101 | 12.694 | 3.101 |
| **Impostos, taxas e contribuições** | **(850)** | **70.691** | **93.139** | **112.149** |
| Federais | (123.054) | (63.455) | (80.233) | (63.173) |
| Estaduais | 122.198 | 134.138 | 173.365 | 175.312 |
| Municipais | 6 | 8 | 7 | 10 |
| **Remuneração de Capitais de Terceiros** | **2.213.782** | **1.486.069** | **2.268.856** | **1.523.135** |
| Juros com empréstimos e financiamentos | 336.143 | 253.118 | 345.109 | 262.956 |
| Perdas com variações cambiais | 48.230 | 25.906 | 59.472 | 25.906 |
| Perda em operações com derivativos | 1.697.318 | 1.141.427 | 1.708.381 | 1.141.463 |
| Juros provisionados sobre contratos de arrendamento e parcerias agrícolas | 91.732 | 53.670 | 111.700 | 73.745 |
| Outras Despesas financeiras | 40.359 | 11.948 | 44.194 | 19.065 |
| **Remuneração de Capitais Próprios** | **(55.950)** | **85.118** | **(55.950)** | **85.118** |
| Lucros retidos | (55.950) | 80.343 | (55.950) | 80.343 |
| Distribuição de dividendos | - | 4.775 | - | 4.775 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***

## 1 Contexto operacional

As atividades da Companhia Jalles Machado S.A., e suas controladas Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A., Purolim S.A., Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. e Jalles Bioenergia S.A. e as coligadas Albioma Codora Energia S.A. e Albioma Esplanada Energia S.A. doravante denominadas "Companhia", compreendem substancialmente as seguintes operações:

### Jalles Machado S.A.

A Jalles Machado S.A., domiciliada na Rodovia GO 080, km 185, Zona Rural, no município de Goianésia – GO, é uma Companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre o número 02549-6 em 04 de fevereiro de 2021. As ações da Companhia são negociadas na B3 sob a denominação "JALL3".

A Companhia possui três unidades industriais, sendo: (i) Jalles Machado e Otávio Lage, localizadas no município de Goianésia – GO e Usina Santa Vitória, localizada no município de Santa Vitória – MG, com capacidade de processamento superior a 8,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de açúcar, etanol, energia elétrica e demais produtos derivados da cana-de-açúcar. Buscando sempre agregar valor ao seu portfólio como, por exemplo, a comercialização de açúcar branco, orgânico e saneantes sob a marca própria Itajá, além da produção e comercialização de levedura seca.

Toda cana-de-açúcar utilizada no processo das unidades industriais provém de lavouras próprias cultivadas em áreas próprias e por meio de parcerias agrícolas com acionistas e terceiros.

### Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.

A controlada está sediada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Rodovia GO 338, Km 33 à esquerda, Km 03, Zona Rural e tem como objeto social a compra e venda de bens imóveis, a locação de bens imóveis e a administração de bens próprios por tempo indeterminado.

Com o objetivo de melhorar a eficiência operacional e reduzir a carga tributária nas operações, em 28 de fevereiro de 2025 a Companhia realizou reestruturação societária que envolveu incorporação da Controlada pela Companhia, onde foi absorvido o acervo líquido representado pelo patrimônio líquido no valor de R$ 91.850.

O detalhamento dos valores contábeis apurados, está apresentado a seguir:

| | |
|---|---|
| **Ativo** | |
| **Circulante** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 37.041 |
| Contas a receber e outros recebíveis | 3.338 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 348 |
| **Total do ativo circulante** | 40.727 |
| **Não circulante** | |
| Investimentos | 1.319 |
| Imobilizado | 51.332 |
| **Total do ativo não circulante** | 52.651 |
| **Total do ativo** | 93.378 |
| **Passivo** | |
| **Circulante** | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 10 |
| Obrigações fiscais | 122 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 1.396 |
| **Total do passivo circulante** | 1.528 |
| **Patrimônio líquido** | |
| Capital social | 59.633 |
| Reservas de lucros | 7.898 |
| Reserva de retenção de lucros no balanço | 24.319 |
| **Total do patrimônio líquido** | 91.850 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | 93.378 |

Durante o período entre a apuração do valor contábil da Controlada e a realização da incorporação houve variação patrimonial devido a manutenção das atividades, sendo o patrimônio vertido de fato para a Controladora foi de R$94.494.

| | |
|---|---|
| **Ativo** | |
| **Circulante** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 42.732 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 487 |
| **Total do ativo circulante** | 43.219 |
| **Não circulante** | |
| Investimentos | 1.319 |
| Imobilizado | 50.579 |
| **Total do ativo não circulante** | 51.898 |
| **Total do ativo** | 95.117 |
| **Passivo** | |
| **Circulante** | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 10 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 613 |
| **Total do passivo circulante** | 623 |
| **Patrimônio líquido** | |
| Capital social | 59.633 |
| Reservas de lucros | 7.898 |
| Reserva de retenção de lucros no balanço | 26.963 |
| **Total do patrimônio líquido** | 94.494 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | 95.117 |

## Purolim S.A.

A controlada é domiciliada na Rodovia GO 080, km 185, 500 metros a direita, Zona Rural, no município de Goianésia - GO, tem como objeto a fabricação de desinfetantes domissanitários, podendo, ainda, praticar outros atos correlatos e afins ao seu objeto social.

Com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, em 1º de fevereiro de 2025 a Companhia realizou reestruturação societária que envolveu extinção da subsidiária integral Purolim S.A. Os efeitos da extinção da Controlada na Controladora foram:

| | |
|---|---|
| **Ativo** | |
| **Circulante** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 11 |
| **Total do ativo circulante** | 11 |
| **Não circulante** | |
| Investimentos | 9 |
| **Total do ativo não circulante** | 9 |
| **Total do ativo** | 20 |
| **Passivo** | |
| **Circulante** | |
| Obrigações fiscais | 1 |
| **Total do passivo circulante** | 1 |
| **Não circulante** | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 384 |
| **Total do passivo não circulante** | 384 |
| **Patrimônio líquido** | |
| Capital social | 1 |
| Reservas de lucros | (316) |
| Prejuízos acumulados no balanço | (50) |
| **Total do patrimônio líquido** | (365) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | 20 |

## Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. "USV"

A controlada é domiciliada na Faz. Crystal, km 11,8, Est. Perdilândia, Zona Rural, no município de Santa Vitória – MG, tem como objeto a fabricação de etanol, açúcar e geração e distribuição de energia elétrica.

Em 01 de fevereiro de 2025 foi realizada pela controlada Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. a incorporação da Controlada Indireta Jalles Bioenergia S.A. O valor contábil do acervo incorporado foi apurado pela empresa avaliadora independente D&R Serviços Contábeis Ltda em R$106.022 conforme situação da controlada em 31 de dezembro de 2024.

O detalhamento dos valores contábeis apurados, está apresentado a seguir:

| | |
|---|---|
| **Ativo** | |
| **Circulante** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 22.578 |
| Contas a receber e outros recebíveis | 15.074 |
| Estoques | 15.984 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 14 |
| Outros ativos | 233 |
| **Total do ativo circulante** | 53.883 |
| **Não circulante** | |
| Contas a receber e outros recebíveis | 20.265 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 5.677 |
| Depósitos judiciais | 29 |
| Imobilizado | 152.396 |
| Intangível | 1.220 |
| **Total do ativo não circulante** | 179.587 |
| **Total do ativo** | 233.470 |

| | |
|---|---|
| **Passivo** | |
| **Circulante** | |
| Empréstimos e financiamentos | 7.908 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 2.257 |
| Provisões e encargos trabalhistas | 1.369 |
| Obrigações fiscais | 1.094 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 2.582 |
| Adiantamento de clientes | 1 |
| **Total do passivo circulante** | 15.211 |
| **Não circulante** | |
| Empréstimos e financiamentos | 62.146 |
| Impostos diferidos | 90 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 50.000 |
| **Total do passivo não circulante** | 112.236 |
| **Patrimônio líquido** | |
| Capital social | 69.179 |
| Reservas de lucros | 320 |
| Reserva de retenção de lucros no balanço | 36.524 |
| **Total do patrimônio líquido** | 106.023 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | 233.470 |

Durante o período entre a apuração do valor contábil da Controlada e a realização da incorporação houve variação patrimonial devido a manutenção das atividades, sendo o patrimônio vertido de fato para a Controlada USV foi de R$104.199.

| | |
|---|---|
| **Ativo** | |
| **Circulante** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 23.918 |
| Contas a receber e outros recebíveis | 13.425 |
| Estoques | 13.776 |
| Adiantamento a fornecedores | 304 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 12 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 41 |
| Outros ativos | 65 |
| **Total do ativo circulante** | 51.541 |
| **Não circulante** | |
| Contas a receber e outros recebíveis | 20.265 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 5.099 |
| Depósitos judiciais | 29 |
| Impostos diferidos | 779 |
| Imobilizado | 151.195 |
| Intangível | 1.230 |
| **Total do ativo não circulante** | 178.597 |
| **Total do ativo** | 230.138 |

| | |
|---|---|
| **Passivo** | |
| **Circulante** | |
| Empréstimos e financiamentos | 8.058 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 3.308 |
| Provisões e encargos trabalhistas | 972 |
| Obrigações fiscais | 1.564 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 563 |
| Adiantamento de clientes | 2 |
| **Total do passivo circulante** | 14.467 |
| **Não circulante** | |
| Empréstimos e financiamentos | 61.472 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 50.000 |
| **Total do passivo não circulante** | 111.472 |
| **Patrimônio líquido** | |
| Capital social | 69.179 |
| Reservas de lucros | 320 |
| Reserva de retenção de lucros no balanço | 34.700 |
| **Total do patrimônio líquido** | 104.199 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | 230.138 |

### Albioma Codora Energia S.A.

A coligada é domiciliada na Rodovia GO 338, km 33, à esquerda km 4, zona rural, no município de Goianésia – GO, tem como atividade a produção e a comercialização de energia elétrica e vapor, além de todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica.

### Albioma Esplanada Energia S.A.

A coligada é domiciliada na Rodovia GO 080, km 185, zona rural, no município de Goianésia – GO, tem como objeto a cogeração e comercialização de energia elétrica e vapor de água, gerados a partir da fonte de biomassa de cana-de-açúcar e matérias-primas complementares, podendo, ainda, praticar outros atos correlatos e afins ao seu objeto social, como a comercialização de "créditos de carbono". A *joint venture* foi constituída em dezembro de 2017 para receber os ativos da cogeração de energia da Unidade Jalles Machado em decorrência da negociação com a sócia Albioma Participações do Brasil.

# 2 Base de preparação

## 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accouting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação

suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de junho de 2025.

## 2.2 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contemplam a totalidade das operações da Companhia Jalles Machado S.A e a respectiva equivalência patrimonial sobre suas controladas e coligadas, cujo a Companhia possui influência significativa. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das suas controladas nos exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2025, suas coligadas foram mantidas como investimentos avaliados através de equivalência patrimonial, conforme nota explicativa 2.3 e nota explicativa 8..

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contemplam as seguintes companhias:

| | | | **Percentual de participação** | |
|---|---|---|---|---|
| **Entidades do Grupo** | **País** | **Classificação** | **31/03/2025** | **31/03/2024** |
| Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. | Brasil | Controlada | 100% | 100% |
| Albioma Codora Energia S.A. | Brasil | Coligada | 35% | 35% |
| Albioma Esplanada Energia S.A. | Brasil | Coligada | 40% | 40% |
| Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A. | Brasil | Controlada | - | 100% |
| Purolim S.A. | Brasil | Controlada | - | 100% |
| Jalles Bioenergia S.A. | Brasil | Controlada Indireta | - | 100% |

## 2.3 Base de consolidação

### *(i) Combinações de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende definição de um negócio o controle transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida inclui montantes referentes ao pagamento de pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

### *(ii) Controladas*

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

### *(iii) Investimentos em entidades coligadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

| | | | **Percentual de participação** | |
|---|---|---|---|---|
| **Entidades do Grupo** | **País** | **Classificação** | **31/03/2025** | **31/03/2024** |
| Albioma Codora Energia S.A. | Brasil | Coligada | 35% | 35% |
| Albioma Esplanada Energia S.A. | Brasil | Coligada | 40% | 40% |

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

### *(iv) Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados para fins das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.4 Mudanças nas políticas contábeis materiais

**Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants**

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de abril de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade da Companhia. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade da Companhia. A Companhia leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações. Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de março de 2024.

## 2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

## 2.6 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Jalles Machado S.A. e investidas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.7 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### *(i) Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas: 8 - Investimentos: determinação se a Companhia e suas controladas tem influência significativa sobre uma investida; 9 – Imobilizado: se o valor justo dos ativos imobilizados, baseado no fluxo de caixa descontado de seus benefícios para a Companhia supera seu valor contábil; 15. Impostos diferidos líquidos: se

a projeção de resultados elaborada pela Companhia será concretizada; 19 - Receita operacional líquida: se a receita de açúcar, etanol e levedura é reconhecido durante o período correto, ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; e 24 - Arrendamentos a pagar: julgamento quanto ao exercício do prazo de prorrogações de contratos de arrendamentos.

### *(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas*

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa 9: Revisão da vida útil do imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Nota explicativa 10: Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Nota explicativa 15: Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Nota explicativa 16: Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

Nota explicativa 24: Arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia possui contratos de aluguel do parque industrial e contratos firmados com parceiros agrícolas referente a áreas rurais exploradas em regime de parceria agrícola para o cultivo de cana-de-açúcar e que obedecem ao disposto no Estatuto da Terra, os quais passaram a ser contabilizados em conformidade com o conceito da norma contábil CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de abril de 2019.

Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia desconta os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa de desconto incremental. A determinação da taxa de desconto dos contratos envolve incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste nos saldos de passivos e ativos.

### *(iii) Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" *International Financial Reporting Standards* (IFRS), incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 – Investimentos
- Nota explicativa 10 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa 18 - Instrumentos financeiros.

## 2.8 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### *a.* Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

## *b.* Receita operacional

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC - 30 (R1) / IAS 18 Receitas.

O Pronunciamento Técnico CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabelece um modelo de cincos etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes:

(i) Quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento;
(ii) Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues;
(iii) Quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos;
(iv) Quando o contrato possuir substância comercial;
(v) Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito. De acordo com este pronunciamento, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

## *c.* Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## *d.* Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de

balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

## *e.* Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) IAS 20 - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado. A parcela reconhecida no resultado é reclassificada entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos.

## *f.* Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e caixa restrito;
- Receita de juros;
- Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Descontos concedidos; e
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- O valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- O custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não está com redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, para ativos financeiros que sofreram perda de valor recuperável após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se o ativo não estiver mais com redução no valor recuperável de crédito, o cálculo da receita de juros será revertido para a base bruta.

## *g.* Imposto de renda e contribuição social

Na Controladora, na controlada Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. e na controlada indireta Jalles Bioenergia S.A. o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

Nas demais controladas, o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, para fins de

imposto de renda o lucro tributável corresponde a 8% nas operações de vendas de mercadorias e 32% nas operações de vendas de serviços acrescido de outras receitas operacionais; para fins da contribuição social, o lucro tributável corresponde a 12% nas operações de vendas de mercadorias e 32% nas operações de vendas de serviços acrescido de outras receitas operacionais. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R$ 240 (anual).

Contribuição social - Calculado à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se critérios legais forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.
Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

## *h.* Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 10. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita em cada período de relatório.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do valor justo dos ativos biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola cortado /vendido, avaliada por seu valor justo.

## *i.* Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão.

O estoque de Créditos de Descarbonização – CBIOS é reconhecido pelo seu valor justo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*.

## *j.* Imobilizado

*(i)* Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A Companhia e suas controladas optaram por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010 (1º de abril de 2009). O efeito apurado foi reconhecido em conta de reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Companhia e é amortizado pela depreciação, alienação ou obsolescência dos bens.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

*(ii)* Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

*(iii)* Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem, é reconhecido no resultado como despesa.

*(iv)* Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas médias anuais ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Edificações | 2% | 3% |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 6% | 8% |
| Veículos e semirreboques | 8% | 9% |
| Obras em andamento | n/a | n/a |
| Móveis, equipamentos e utensílios | 13% | 13% |
| Aeronave | 5% | 5% |
| Outros imobilizados | 2% | 4% |
| Lavoura de cana | 20% | 20% |
| Custo de Entressafra | 100% | 100% |
| Terrenos | n/a | n/a |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

## *k.* Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os

outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativos é de 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## *l.* Instrumentos financeiros

*(i)* Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é substancialmente decorrente da venda de açúcar, etanol, saneantes e derivados de levedura é reconhecido inicialmente na data em que foi originado a transferência do controle dos produtos.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

*(ii)* Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 18. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no desempenho dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.
Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

| | |
|---|---|
| Ativos financeiros a VJR | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

*(iii)* Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa

contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

*(iv)* Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*(v)* Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, taxa de juros e preços de *commodities*.

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. A Companhia avaliou seus contratos e não identificou a existência de derivativos embutidos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operação de *hedge* são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado financeiro da Companhia. São apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

## *m.* Capital social - Controladora

Ações ordinárias
Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido conforme o CPC08 / IAS 32. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o (CPC 32) / IAS 12 - Tributos sobre o lucro.

Dividendos
O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% dos lucros líquidos ajustados nos termos da lei ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

## *n.* Redução ao valor recuperável (Impairment)

*(i)* Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
A Companhia mensura a provisão para perdas esperadas em um montante igual à perda de crédito esperada para toda a vida. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro referente a cliente que estiver com dificuldades financeiras.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado e se os títulos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

*(ii)* Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## *o.* Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e suas Controladas reconhecem provisão para demandas judiciais trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 16.

## *p.* Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

## *q.* Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas Controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas Controladas utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2) / IFRS 16.

### *(i)* Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas Controladas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas Controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O reconhecimento de um direito de uso e um passivo de arrendamento ocorre na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas Controladas. Geralmente é utilizada a taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos pela taxa de juros ponderada de suas operações de empréstimos e financiamentos.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas Controladas alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

## *r.* Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento *(non-performance)*. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.5).

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um

mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## *s.* Custos de transação empréstimos

Custos de transação diretamente relacionados a empréstimos e financiamentos, de acordo com o CPC 08 / IAS 32 são inicialmente reconhecidos com redutor do passivo. Subsequentemente são apropriados ao resultado financeiro da Companhia de acordo com a fluência do prazo do contrato de financiamento ao qual está relacionado, de modo que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento.

## *t.* Lucro por ação

Em conformidade com o CPC 41 / IAS 33, a Companhia presenta o lucro básico e o lucro diluído atribuído aos detentores das ações ordinárias da Companhia.

O lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pela divisão resultado do exercício da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período.

O número médio ponderado de ações ordinárias totais em poder dos acionistas (em circulação) durante o período é o número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por fator ponderador de tempo. O fator ponderador de tempo é o número de dias que as ações totais, exceto as em tesouraria, estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período

## *u.* Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas,

incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.
As informações por segmento em conformidade com o CPC 22 / IFRS 8 são apresentadas na nota explicativa 27.

## 2.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

### A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
• As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
• Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

### B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:
• Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
• Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

# 3 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Caixas e bancos em moeda local | 2.566 | 623 | 2.779 | 9.061 |
| Caixas e bancos em moeda estrangeira | 289 | 32.071 | 289 | 32.071 |
| Bancos com partes relacionadas (a) (Nota 26) | 679 | 492 | 680 | 948 |
| Aplicações financeiras de liquidação imediata (b) | 1.053.911 | 936.550 | 1.156.122 | 957.110 |
| Aplicações financeiras de liquidação imediata com partes relacionadas (a) e (c) (Nota 26) | 77.472 | 10.344 | 77.472 | 50.673 |
| | 1.134.917 | 980.080 | 1.237.342 | 1.049.863 |

A Companhia e suas controladas consideram como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas correntes e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(a) Saldo correspondente a conta corrente e aplicações financeiras concedidos à Companhia, remunerados a taxas de mercado, variando de 98% a 106% do CDI, do Banco Coopercred - Cooperativa de Crédito da qual a Companhia é quotista.

(b) As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que está sujeito a insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário (CDB) que, exceto as de natureza diária automática, são indexados à taxa de mercado com base em variação percentual de 82% a 104% (100% a 108,5% em 31 de março de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(c) Essas aplicações têm as mesmas características das aplicações comentadas no item (a) anterior e referem-se substancialmente a Recibo de Depósito Cooperativo (RDC), indexadas a variação de 98% a 106% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (98% a 100% em 31 de março de 2024).

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam rating "AA" ou superior avaliados por instituições de referência, tais como S&P Global Ratings, Fitch Ratings e Moody's Investors Service.

A exposição da Companhia e de suas Controladas a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 18.

# 4 Caixa restrito

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Aplicações financeiras | 3.299 | 17.264 | 3.299 | 17.264 |
| Fomentar (a) | - | 881 | - | 881 |
| Fundos de reserva (b) | 1.549 | 1.437 | 1.549 | 1.437 |
| | 4.848 | 19.582 | 4.848 | 19.582 |
| Ativo circulante | 3.486 | 17.453 | 3.486 | 17.453 |
| Ativo não circulante | 1.362 | 2.129 | 1.362 | 2.129 |

(a) Valor aplicado referente a 10% do incentivo fiscal obtido. De acordo com as regras do Fomentar o montante aplicado só poderá ser utilizado para liquidação antecipado do tributo devido.

(b) Referem-se a aplicações em Fundos de Investimentos de Renda Fixa referenciados ao DI. De acordo com alguns contratos de empréstimo de longo prazo, a Companhia é obrigada a manter uma conta bancária separada para a cobrança das contas a receber, que são liberadas no dia útil seguinte, sujeitas à aprovação do credor (contas bancárias

vinculadas a financiamentos). O dinheiro retido na conta bancária separada foi classificado como caixa restrito na demonstração da posição financeira. Os valores foram aplicados em reais e não sofrem riscos significantes de oscilações de valores.

O caixa restrito possui a finalidade de garantir as operações de empréstimos e financiamentos, cujas operações normalmente são liquidadas em período maior do que 90 dias.

A movimentação em caixa restrito durante o período deu-se conforme abaixo:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2023** | **21.760** | **21.760** |
| Aplicações | 40.594 | 40.594 |
| Rendimentos | 3.553 | 3.553 |
| Resgates | (46.325) | (46.325) |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **19.582** | **19.582** |
| Aplicações | 3.575 | 3.575 |
| Rendimentos | 1.283 | 1.283 |
| Resgates | (19.592) | (19.592) |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **4.848** | **4.848** |

# 5 Contas a receber e outros recebíveis

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Contas a receber | 66.120 | 75.685 | 131.267 | 122.312 |
| Contas a receber - Partes relacionadas (Nota 26) | 30 | 86 | 29 | 82 |
| | 66.150 | 75.771 | 131.296 | 122.394 |
| Outros recebíveis - Partes relacionadas (Nota 26) | - | 747 | - | 222 |
| Outros recebíveis (a) | 9.314 | 10.469 | 9.845 | 57.991 |
| | 9.314 | 11.216 | 9.845 | 58.213 |
| | 75.464 | 86.987 | 141.141 | 180.607 |
| Circulante | 67.491 | 77.148 | 90.249 | 126.075 |
| Não circulante | 7.973 | 9.839 | 50.892 | 54.532 |

A exposição da Companhia a riscos de crédito e câmbio e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 18.

O saldo das contas a receber por data de vencimento está assim apresentado:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| A vencer | 64.554 | 64.208 | 124.352 | 150.764 |
| Vencido de 1 a 30 dias | 8.417 | 21.735 | 8.857 | 28.337 |
| Vencido de 31 a 60 dias | 1.063 | 758 | 1.074 | 1.008 |
| Vencido de 61 a 90 dias | 1.007 | 58 | 1.008 | 72 |
| Vencido de 91 a 180 dias | 423 | 169 | 5.801 | 364 |
| Vencido de 181 a 365 dias | - | 59 | 44 | 60 |
| Vencido há mais de 365 dias | - | - | 5 | 2 |
| | 75.464 | 86.987 | 141.141 | 180.607 |

A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação é assim demonstrada:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Saldo inicial | (2.886) | (885) | (2.886) | (885) |
| Perda estimada | (1.623) | (2.070) | (1.623) | (2.070) |
| Baixa | 1.686 | 10 | 1.686 | 10 |
| Efeito de conversão de moeda estrangeira | (91) | 59 | (91) | 59 |
| | (2.914) | (2.886) | (2.914) | (2.886) |

O saldo das contas a receber de clientes por região geográfica está representado como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/03/2025** | **31/03/2024** | **31/03/2025** | **31/03/2024** |
| **Mercado Externo** | | | | |
| América do Norte | 25.699 | 17.539 | 25.699 | 17.539 |
| América do Sul (ex-Brasil) | 175 | 75 | 175 | 75 |
| Europa | 12.673 | 1.108 | 17.692 | 1.108 |
| Oriente Médio e Ásia | - | 134 | - | 134 |
| | **38.547** | **18.856** | **43.566** | **18.856** |
| **Mercado interno** | | | | |
| Centro-Oeste | 6.573 | 17.016 | 34.165 | 20.186 |
| Nordeste | 6.365 | 19.822 | 23.275 | 27.348 |
| Norte | 2.960 | 9.245 | 10.613 | 12.635 |
| Sudeste | 11.055 | 10.118 | 36.533 | 41.525 |
| Sul | 650 | 714 | 3.409 | 1.844 |
| | **27.603** | **56.915** | **107.995** | **103.538** |
| **Total Geral** | **66.150** | **75.771** | **151.561** | **122.394** |

No exercício findo em 31 de março de 2025, o impacto das provisões e reversões de provisões para perda estimada foi a despesa de R$ 28 na controladora e no consolidado (despesa de R$ 2.001 na controladora e no consolidado, no mesmo período de 2024).

# 6 Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Açúcar | 61.665 | 59.665 | 61.916 | 59.665 |
| Etanol | 30.347 | 60.411 | 47.371 | 78.617 |
| Outros produtos acabados | 1.140 | 1.851 | 5.757 | 1.851 |
| Créditos de descarbonização - CBIOS (*) | 12.883 | 5.059 | 16.632 | 6.025 |
| Produtos em elaboração | 1.502 | 1.326 | 1.502 | 1.326 |
| Almoxarifado | 46.033 | 44.661 | 79.413 | 77.364 |
| | **153.570** | **172.973** | **212.591** | **224.848** |

(*) RenovaBio – Cbios: Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía 65.672 CBIOs emitidos e ainda não comercializados (59.647 CBIOs em 31 de março de 2024). Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, foram comercializados 332.315 CBIOs (611.070 no exercício findo em 31 de março em 2024), classificados em receitas operacionais. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

Devido a sazonalidade das operações do setor sucroenergético, os estoques de produtos acabados tendem a aumentar durante o período de safra a fim de sustentar a comercialização no

período de entressafra. Ao fim do exercício os estoques de produtos acabados estão em seus níveis mais baixos.

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização líquido.

Determinados itens de almoxarifado considerados de baixa rotatividade foram objeto de constituição de provisão para estoque com lenta movimentação. A movimentação das referidas perdas é demonstrada conforme abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Saldo inicial | (3.764) | (3.652) | (13.343) | (6.312) |
| Perda estimada | (2.092) | (2.415) | (4.194) | (10.704) |
| Reversão e baixa | 1.605 | 2.303 | 7.058 | 3.673 |
| | **(4.251)** | **(3.764)** | **(10.479)** | **(13.343)** |

# 7 Impostos e contribuições a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| PIS e COFINS (a) | 38.521 | 17.537 | 147.537 | 116.882 |
| ICMS (b) | 30.888 | 23.207 | 38.487 | 34.994 |
| IPI | 2.098 | 2.368 | 2.098 | 2.368 |
| INSS | - | - | - | 215 |
| ISS | 493 | - | 493 | - |
| | **72.000** | **43.112** | **188.615** | **154.459** |
| Circulante | **51.537** | **30.882** | **63.936** | **52.423** |
| Não circulante | **20.463** | **12.230** | **124.679** | **102.036** |

(a) Créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS
Os saldos são referentes às aquisições de insumos, partes de peças utilizadas na manutenção das instalações industriais e da frota agrícola, serviços de manutenção das instalações industrial e agrícola, fretes e armazenamento nas operações de vendas, energia elétrica, e outros créditos, sobre aquisições de máquinas e equipamentos e edificações e construções destinados à produção. Estes créditos poderão ser compensados com outros tributos federais; e

(b) O saldo é composto, substancialmente, pelo crédito outorgado apurado na comercialização de etanol anidro (IN nº 493/01-GSF, de 6 de julho de 2001) e créditos apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

# 8 Investimentos

A Companhia registrou ganho de R$ 2.063 em 31 de março de 2025 (R$ 96.264 em 31 de março de 2024) de equivalência patrimonial em suas controladas e coligadas, e ganho de R$ 8.325 no consolidado em 31 de março de 2025 (R$ 13.146 no consolidado em 31 de março de 2024).

Nenhuma das controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas e coligadas:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| **Investimento em controladas e coligadas avaliada por equivalência patrimonial** | | | | |
| Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A. | - | 90.826 | - | - |
| Albioma Codora Energia S.A. | 51.097 | 52.746 | 51.097 | 52.746 |
| Albioma Esplanada Energia S.A. | 32.349 | 32.806 | 32.349 | 32.806 |
| Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. | 1.550.841 | 1.361.245 | - | - |
| PUROLIM S.A. | | (314) | - | - |
| | 1.634.287 | 1.537.309 | 83.446 | 85.552 |
| Outros investimentos (d) | 5.146 | 3.113 | 5.149 | 4.100 |
| | **1.639.433** | **1.540.422** | **88.595** | **89.652** |

## a. Movimentação dos saldos de investimentos em controladas e coligada

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2023** | **1.276.278** | **79.541** |
| Aumento de capital em investida | 201.999 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 118.791 | 13.146 |
| Amortização da mais valia - USV | (22.527) | - |
| Dividendos propostos em assembleia | (37.232) | (7.135) |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **1.537.309** | **85.552** |
| Aumento de capital em investida | 225.778 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 1.561 | 8.325 |
| Amortização da mais valia - USV | (3.834) | - |
| Dividendos propostos em assembleia | (33.726) | (10.431) |
| Incorporação de investida | (92.801) | - |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **1.634.287** | **83.446** |

## b. Informações das investidas

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras das controladas e coligada.

| | Participação | Ativos circulantes | Ativos não circulantes | Total de ativos | Passivos circulantes | Passivos não circulantes | Total de passivos | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **31 de março de 2025** | | | | | | | | |
| Albioma Codora Energia S.A. (coligada) | 35,00% | 25.877 | 117.895 | 143.772 | 41.059 | 66.583 | 107.642 | 36.130 |
| Albioma Esplanada S.A. (coligada) | 40,00% | 23.818 | 64.714 | 88.532 | 31.616 | 17.556 | 49.172 | 39.360 |
| Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA | 100,00% | 378.019 | 1.917.313 | 2.295.332 | 197.491 | 606.781 | 804.272 | 1.491.060 |
| | | **427.714** | **2.099.922** | **2.527.636** | **270.166** | **690.920** | **961.086** | **1.566.550** |

| | Participação | Ativos circulantes | Ativos não circulantes | Total de ativos | Passivos circulantes | Passivos não circulantes | Total de passivos | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **31 de março de 2024** | | | | | | | | |
| Albioma Codora Energia S.A. (coligada) | 35,00% | 21.691 | 123.358 | 145.049 | 26.753 | 77.456 | 104.209 | 40.840 |
| Albioma Esplanada S.A. (coligada) | 40,00% | 28.384 | 70.326 | 98.710 | 33.924 | 24.284 | 58.208 | 40.502 |
| Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA | 100,00% | 285.611 | 1.676.263 | 1.961.874 | 211.765 | 452.477 | 664.242 | 1.297.632 |
| Jalles Machado Empreend. Imob. S.A. | 100,00% | 44.389 | 55.706 | 100.095 | 9.269 | - | 9.269 | 90.826 |
| PUROLM S.A. | 100,00% | 205 | 7 | 212 | 2 | 524 | 526 | (314) |
| | | **380.280** | **1.925.660** | **2.305.940** | **281.713** | **554.741** | **836.454** | **1.469.486** |

| | | Resultado do exercício findo em 31 de março de 2025 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **31 de março de 2025** | **Participação** | **Receitas** | **Despesas** | **Lucro (prejuízo)** | **Equivalência patrimonial** |
| Albioma Codora Energia S.A. | 35,00% | 68.176 | (58.661) | 9.515 | 3.330 |
| Albioma Esplanada S.A. | 40,00% | 60.715 | (48.227) | 12.488 | 4.995 |
| Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA | 100,00% | 655.389 | (692.900) | (37.511) | (37.511) |
| Jalles Machado Empreend. Imob. S.A. | 100,00% | 32.179 | (5.216) | 26.963 | 26.963 |
| PUROLIM S.A. | 100,00% | - | (50) | (50) | (50) |
| | | **816.459** | **(805.054)** | **11.405** | **(2.273)** |

| | | Resultado do exercício findo em 31 de março de 2024 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **31 de março de 2024** | **Participação** | **Receitas** | **Despesas** | **Lucro (prejuízo)** | **Equivalência patrimonial** |
| Albioma Codora Energia S.A. | 35,00% | 56.046 | (42.288) | 13.758 | 4.815 |
| Albioma Esplanada S.A. | 40,00% | 58.515 | (37.688) | 20.827 | 8.331 |
| Santa Vitória Açúcar e Álcool LTDA | 100,00% | 503.185 | (452.677) | 50.508 | 50.508 |
| Jalles Machado Empreend. Imob. S.A. | 100,00% | 38.709 | (6.014) | 32.695 | 32.695 |
| PUROLIM S.A. | 100,00% | - | (85) | (85) | (85) |
| | | 656.455 | (538.752) | 117.703 | 96.264 |

## c. Dividendos a receber

| **Controladora** | **Jalles Machado Empreend. Imob. S.A.** | **Albioma Codora Energia S.A.** | **Albioma Esplanada Energia S.A.** | **Total** |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2023** | **7.444** | **-** | **2.215** | **9.659** |
| Dividendos a receber | 30.097 | 3.247 | 3.888 | 37.232 |
| Recebimentos de dividendos | (29.776) | (1.042) | (2.215) | (33.033) |
| Compensação com adiantamento | - | (2.205) | - | (2.205) |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **7.765** | **-** | **3.888** | **11.653** |
| Dividendos a receber | 23.295 | 4.980 | 5.451 | 33.726 |
| Recebimentos de dividendos | (31.060) | (2.800) | (6.729) | (40.589) |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **-** | **2.180** | **2.610** | **4.790** |

| **Consolidado** | **Albioma Codora Energia S.A.** | **Albioma Esplanada Energia S.A.** | **Total** |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de março de 2023** | **-** | **2.215** | **2.215** |
| Dividendos a receber | 3.247 | 3.888 | 7.135 |
| Recebimentos de dividendos | (1.042) | (2.215) | (3.257) |
| Compensação com adiantamento | (2.205) | - | (2.205) |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **-** | **3.888** | **3.888** |
| Dividendos a receber | 4.980 | 5.451 | 10.431 |
| Recebimentos de dividendos | (2.800) | (6.729) | (9.529) |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **2.180** | **2.610** | **4.790** |

## d. Dados sobre outros investimentos

A Companhia possui participação em outros investimentos avaliados a custo e a valor justo. Em 31 de março de 2025 e 2024 estas participações estão representadas nos quadros seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Participação em outras empresas avaliadas a custo** | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| CCLA do Vale do São Patrício LTDA | 5.039 | 3.093 | 5.042 | 4.080 |
| | 5.039 | 3.093 | 5.042 | 4.080 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| **Participação em outras empresas avaliadas a valor justo** | | | | |
| ENGIE Brasil Energia S/A | 21 | 20 | 21 | 20 |
| Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRAS | 86 | - | 86 | - |
| | **107** | **20** | **107** | **20** |
| **Total de outros investimentos** | **5.146** | **3.113** | **5.149** | **4.100** |

# 9 Imobilizado

| Controladora | Edificações | Máquinas, equipamentos e instalações | Veículos e semirreboques | Obras em andamento (a) | Móveis, equipamentos e utensílios | Aeronave | Outros imobilizados | Lavoura de cana | Terrenos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | | | | | |
| **Saldo em 31 de março de 2023** | **125.993** | **778.976** | **92.809** | **214.222** | **53.688** | **6.547** | **8.490** | **638.047** | **1.509** | **1.920.281** |
| Aquisições do período | - | 36.702 | 8.766 | 107.485 | 3.655 | - | 6.475 | 192.436 | - | 355.519 |
| Aquisições custo de manutenção | | 152.808 | | | | | | | | 152.808 |
| Baixas | - | (195.576) | (5.795) | (167) | (246) | - | (206) | (116.795) | - | (318.785) |
| Transferências | 69.108 | 147.798 | 175 | (217.414) | 2.690 | - | (2.357) | - | - | - |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **195.101** | **920.708** | **95.955** | **104.126** | **59.787** | **6.547** | **12.402** | **713.688** | **1.509** | **2.109.823** |
| Adição por incorporação | 30.096 | 88.605 | - | - | - | - | - | - | 367 | 119.068 |
| Aquisições do período | 140 | 26.244 | 11.830 | 64.349 | 4.328 | - | 1.332 | 176.164 | 369 | 284.756 |
| Aquisições custo de manutenção | - | 140.955 | - | - | - | - | - | - | - | 140.955 |
| Baixas | (56) | (145.252) | (4.124) | (503) | (374) | - | (77) | (68.641) | - | (219.027) |
| Transferências | 10.656 | 49.938 | - | (57.479) | 2.858 | - | (5.973) | - | - | - |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **235.937** | **1.081.198** | **103.661** | **110.493** | **66.599** | **6.547** | **7.684** | **821.211** | **2.245** | **2.435.575** |
| **Depreciação** | | | | | | | | | | |
| **Saldo em 31 de março de 2023** | **(23.098)** | **(240.104)** | **(35.586)** | **-** | **(25.414)** | **(1.476)** | **(3.724)** | **(196.878)** | **-** | **(526.280)** |
| Depreciações do período | (3.337) | (38.442) | (6.807) | - | (6.415) | (312) | (284) | (116.453) | - | (172.050) |
| Depreciação custo de manutenção | | (163.277) | | | | | | | | (163.277) |
| Baixas | - | 187.511 | 4.076 | - | 144 | - | 153 | 116.777 | - | 308.661 |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **(26.435)** | **(254.312)** | **(38.317)** | **-** | **(31.685)** | **(1.788)** | **(3.855)** | **(196.554)** | **-** | **(552.946)** |
| Adição por incorporação | (8.888) | (59.602) | - | - | - | - | - | - | - | (68.490) |
| Depreciações do período | (4.768) | (49.046) | (7.127) | - | (6.414) | (311) | (337) | (130.778) | - | (198.781) |
| Depreciação custo de manutenção | - | (153.883) | - | - | - | - | - | - | - | (153.883) |
| Baixas | 17 | 136.370 | 2.285 | - | 225 | - | 52 | 68.641 | - | 207.590 |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **(40.074)** | **(380.473)** | **(43.159)** | **-** | **(37.874)** | **(2.099)** | **(4.140)** | **(258.691)** | **-** | **(766.510)** |
| **Valor contábil líquido** | | | | | | | | | | |
| 31 de março de 2024 | 168.666 | 666.396 | 57.638 | 104.126 | 28.102 | 4.759 | 8.547 | 517.134 | 1.509 | 1.556.877 |
| 31 de março de 2025 | 195.863 | 700.725 | 60.502 | 110.493 | 28.725 | 4.448 | 3.544 | 562.520 | 2.245 | 1.669.065 |

| Consolidado | Edificações | Máquinas, equipamentos e instalações | Veículos e semirreboques | Obras em andamento (a) | Móveis, equipamentos e utensílios | Aeronave | Outros imobilizados | Lavouras | Terrenos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | | | | | |
| **Saldo em 31 de março de 2023** | **367.466** | **2.075.028** | **130.621** | **218.210** | **59.669** | **6.547** | **27.409** | **1.052.233** | **11.997** | **3.949.180** |
| Aquisições do período | 449 | 72.622 | 9.664 | 236.606 | 4.106 | - | 21.355 | 309.279 | - | 654.081 |
| Aquisições custo de manutenção | - | 204.847 | - | - | - | - | - | - | - | 204.847 |
| Baixas | (29.069) | (198.695) | (5.795) | (167) | (246) | - | (24.597) | (116.795) | - | (375.364) |
| Transferências | 89.431 | 128.625 | 175 | (218.187) | 2.314 | - | (2.358) | - | - | - |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **428.277** | **2.282.427** | **134.665** | **236.462** | **65.843** | **6.547** | **21.809** | **1.244.717** | **11.997** | **4.432.744** |
| Aquisições do período | 3.753 | 55.129 | 23.338 | 135.437 | 4.414 | - | 3.045 | 297.278 | 370 | 522.764 |
| Aquisições custo de manutenção | - | 211.644 | - | - | - | - | - | - | - | 211.644 |
| Baixas | (791) | (147.927) | (4.123) | (503) | (374) | - | (77) | (68.641) | - | (222.437) |
| Transferências | 76.610 | 164.898 | 7.709 | (230.544) | 4.336 | - | (23.009) | - | - | - |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **507.849** | **2.566.171** | **161.589** | **140.852** | **74.219** | **6.547** | **1.768** | **1.473.354** | **12.367** | **4.944.715** |
| **Depreciação** | | | | | | | | | | |
| **Saldo em 31 de março de 2023** | **(99.403)** | **(997.220)** | **(48.356)** | **-** | **(29.638)** | **(1.476)** | **(8.688)** | **(308.207)** | **-** | **(1.492.988)** |
| Depreciações do período | (7.703) | (111.791) | (17.325) | - | (6.801) | (312) | (5.286) | (206.171) | - | (355.389) |
| Depreciação custo de manutenção | - | (212.633) | - | - | - | - | - | - | - | (212.633) |
| Baixas | 26.135 | 190.630 | 4.076 | - | 144 | - | 10.183 | 116.777 | - | 347.945 |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **(80.971)** | **(1.131.014)** | **(61.605)** | **-** | **(36.295)** | **(1.788)** | **(3.791)** | **(397.601)** | **-** | **(1.713.065)** |
| Depreciações do período | (10.040) | (98.359) | (9.892) | - | (6.840) | (311) | (8.329) | (209.555) | - | (343.326) |
| Depreciação custo de manutenção | - | (203.061) | - | - | - | - | - | - | - | (203.061) |
| Baixas | 25 | 138.584 | 2.285 | - | 225 | - | 52 | 68.643 | - | 209.814 |
| Transferências | (985) | - | - | - | (7) | - | 992 | - | - | - |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **(91.971)** | **(1.293.850)** | **(69.212)** | **-** | **(42.917)** | **(2.099)** | **(11.076)** | **(538.513)** | **-** | **(2.049.638)** |
| **Perdas: redução ao valor recuperável** | | | | | | | | | | |
| **Saldo em 31 de março de 2023** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(199.065)** | **-** | **(199.065)** |
| Adições: combinações de negócios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reversão das perdas por redução ao valor recuperável | - | - | - | - | - | - | - | 199.065 | - | 199.065 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2025** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **Valor contábil líquido** | | | | | | | | | | |
| 31 de março de 2024 | 347.306 | 1.151.413 | 73.060 | 236.462 | 29.548 | 4.759 | 18.018 | 847.116 | 11.997 | 2.719.679 |
| 31 de março de 2025 | 415.878 | 1.272.321 | 92.377 | 140.852 | 31.302 | 4.448 | (9.308) | 934.841 | 12.367 | 2.895.078 |

(a) Obras em andamento referem-se, principalmente, a investimentos em ampliação e/ou melhorias nos processos industriais e agrícolas, instalações e estrutura de armazenamento de produtos acabados, sendo as obras concluídas em espaço de tempo inferior a 12 meses.

Em 31 de março de 2025 o montante de R$ 330.983 (R$ 337.942 em 2024) do ativo imobilizado da Controladora e Consolidado corresponde a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais e propriedades que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras.

Em 20 de junho de 2024 a Companhia iniciou a fase de testes da fábrica de açúcar da Unidade de Santa Vitória. A operação efetiva foi iniciada no segundo trimestre da safra 2024/25, quando a Controlada começou a reconhecer os custos de depreciação dos investimentos realizados.

### Resultado da baixa de imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia baixou itens do ativo imobilizado com o valor de custo líquido de R$ 11.437 na Controladora e R$ 12.623 no Consolidado tendo auferido receita de R$ 6.549 na Controladora e R$ 6.654 no Consolidado. No mesmo período do exercício anterior foi reconhecido o custo líquido dos imobilizados baixados no montante de R$ 10.197 na controladora e R$ 27.491 no consolidado e receita pela venda de ativos imobilizados de R$ 9.717 na Controladora e R$ 14.059 no Consolidado. Os resultados líquidos dessas baixas foram reconhecidos como parte de outras receitas operacionais na demonstração do resultado.

### Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável em suas demonstrações financeiras individuais.

Durante o exercício anterior, a Administração da Companhia revisitou suas premissas e estimativas para perdas ao valor recuperável da lavoura de cana da Unidade de Santa Vitória, revertendo o valor integral de R$199.065 de provisão para recuperabilidade do respectivo ativo, uma vez que a nova avaliação constatou que as os novos cenários de produtividade do canavial, aproveitamento industrial e incremento no mix de produtos a serem comercializados com a implementação de uma fábrica de açúcar resultaram em valor recuperável superior ao valor contábil dos ativos imobilizados e da lavoura de cana-de-açúcar.

O valor em uso do ativo imobilizado da Unidade Santa Vitória, incluindo o canavial foi avaliado em 31 de março de 2024 pela metodologia do Fluxo de Caixa da Firma (FCFF) onde foram consideradas as seguintes premissas:

- Taxa de desconto: WACC nominal de 10,6% ao ano
- Crescimento na perpetuidade (g): 3,4%
- Análise de sensibilidade (variação na taxa de desconto):
  10,3%: valor em uso de R$ 1.204.481 mil (valor máximo)
  10,6%: valor em uso de R$ 1.145.934 mil (valor médio)
  10,9%: valor em uso de R$ 1.092.265 mil (valor mínimo)

A mensuração a valor justo da Lavoura de Cana está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

## 10 Ativo biológico

O ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA projetado em 31 de março de 2025, com base nos preços deflacionados dos futuros de açúcar, etanol e taxa de dólar extraídos de cotações atuais da bolsa de Nova York e da BM&F (B3).

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente as seguintes premissas:

a) Receita bruta: obtidas pela multiplicação entre o (i) volume da cana estimada: calculados com base na produtividade prevista (ton/ha) multiplicado pelas áreas estimadas de colheita (ha); e (ii) preço unitário (R$/ton): composto pela quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) multiplicado pelo valor do kg de ATR.

A abertura das premissas utilizadas na determinação da receita bruta são:

| | **Controladora** | | **Consolidado** | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** | **Impacto no valor justo dos ativos biológicos** |
| Área estimada de colheita (hectares) | **65.372** | **64.598** | **103.404** | **100.709** | **Aumenta a premissa, aumenta o valor justo** |
| Produtividade prevista (ton. de cana/hectares) (i) | 96,08 | 94,22 | 89,92 | 87,80 | Aumenta a premissa, aumenta o valor justo |
| Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) (ii) | 133,60 | 131,83 | 135,38 | 134,12 | Aumenta a premissa, aumenta o valor justo |
| Valor do kg de ATR (iii) | 1,3738 | 1,2666 | 1,3358 | 1,2460 | Aumenta a premissa, aumenta o valor justo |

(i) O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas por hectare e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

(ii) O valor do Kg de ATR é calculado com base na metodologia do CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA) a partir de análises de mercado futuro mercado futuro da cana-de açúcar, o qual é estimado com base previsões e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol e saídas de caixa representadas pela previsão de custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); custos de arrendamento e parceria agrícola; e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

b) Saídas de caixa representadas pela previsão de custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); custos de arrendamento e parceria agrícola; e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Todos os gastos relativos à obtenção do produto agrícola derivado de ativo biológico avaliado a valor justo menos despesas de venda são considerados como despesa do período quando incorridos. Já os gastos relativos à obtenção do produto agrícola de ativo biológico avaliado ao custo são contabilizados como ativo também ao custo e reconhecidos como despesa assim que o produto agrícola é vendido e é avaliado ao valor justo menos despesas de venda. Gastos derivados da estocagem e manutenção de produtos agrícolas são despesas do exercício juntamente com as variações de valor justo líquido desses produtos.

Em 31 de março de 2025, os fluxos de caixa foram descontados por 7,92% a.a. (7,46% a.a. em 31 de março de 2024) que é o WACC *(Weighted Average Capital Cost - Custo Médio Ponderado do Capital*) da Companhia. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela administração. O aumento da taxa de desconto impacta na redução do valor justo dos ativos biológicos.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta “Variação do valor justo de ativos biológicos”, no resultado do exercício.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita/Corte, Carregamento e Transporte (CTT); (iii) custos de capital (equivalentes a arrendamento de terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por cinco safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A movimentação dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Custo histórico | 258.152 | 435.956 |
| Valor justo | 218.403 | 163.595 |
| **Saldo em 31 de março de 2023** | **476.555** | **599.551** |
| Aumentos decorrentes de tratos | 268.307 | 394.694 |
| Reduções decorrentes da colheita | (279.027) | (444.754) |
| Variação no valor justo | (62.956) | (18.228) |
| **Saldo em 31 de março de 2024** | **402.879** | **531.263** |
| **Composto por:** | | |
| Custo histórico | 247.432 | 385.896 |
| Valor justo | 155.447 | 145.367 |
| | **402.879** | **531.263** |
| Aumentos decorrentes de tratos | 281.717 | 440.222 |
| Reduções decorrentes da colheita | (269.110) | (401.549) |
| Variação no valor justo | 36.668 | 44.603 |
| **Saldo em 31 de março de 2025** | **452.154** | **614.539** |
| **Composto por:** | | |
| Custo histórico | 260.039 | 424.569 |
| Valor justo | 192.115 | 189.970 |
| **Saldo final de ativos biológicos** | **452.154** | **614.539** |

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor);
- A taxa de desconto fosse menor (maior); e
- Os preços futuros dos produtos comercializados fossem maiores (menores).

Mantendo inalteradas as demais variáveis do cálculo do valor justo do ativo biológico, uma variação para mais ou para menos de 5% no preço do ATR resultaria no aumento ou redução de R$ 47.917 (R$ 68.461 no consolidado). Já a variação no volume de produção para mais ou para menos de 5% resultaria no aumento ou redução de R$ 37.417 (R$ 54.486 no consolidado). Com relação a taxa de desconto, a variação para mais ou para menos de 5% resultaria no aumento ou redução de R$ 2.212 (R$ 3.214 no consolidado).

## Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

A Companhia está exposto aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

### *(i) Riscos regulatórios e ambientais*

A Companhia é sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

### *(ii) Risco de oferta e demanda*

A Companhia está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A

Administração realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

### *(iii) Riscos climáticos e outros*

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor suco energético e, consequentemente, no resultado operacional da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos operacionais, veja nota explicativa nº 18.

# 11 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda e liquidez, veja nota explicativa nº 18.

| | | | | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Linha de crédito** | **Indexador** | **Moeda** | **Taxa média nominal (a.a)(a)** | **Ano de vencimento** | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Capital de giro | PRÉ/CDI/IPCA | R$ | 12,99% | 2027 | 227.601 | 296.365 | 227.601 | 296.365 |
| Mercado de Capitais | IPCA/CDI | R$ | 11,58% | 2032 | 2.098.135 | 1.589.700 | 2.098.135 | 1.589.700 |
| Multilateral | CDI | R$ | 17,37% | 2027 | 73.686 | 112.314 | 73.686 | 112.314 |
| BNDES/Finame/Leasing/CDC/FCO | PRÉ/SELIC/TJLP/TX.JRSVAR | R$ | 14,97% | 2039 | 368.853 | 382.425 | 437.196 | 457.665 |
| Custeio Agrícola | PRÉ/TJLP/SELIC | R$ | 16,15% | 2028 | 124.564 | 110.022 | 124.564 | 110.022 |
| Capital de giro | PRÉ/LIBOR | USD | 6,17% | 2029 | 45.135 | 62.789 | 45.135 | 62.789 |
| Multilateral | LIBOR | USD | 7,69% | 2027 | 22.988 | 53.592 | 22.988 | 53.592 |
| **Total** | | | | | **2.960.962** | **2.607.207** | **3.029.305** | **2.682.447** |
| (-) Custos de transação a amortizar | | | | | (52.228) | (45.694) | (52.228) | (45.694) |
| | | | | | **2.908.734** | **2.561.513** | **2.977.077** | **2.636.753** |
| **Circulante** | | | | | **567.215** | **229.700** | **575.240** | **237.577** |
| **Não circulante** | | | | | **2.341.519** | **2.331.813** | **2.401.837** | **2.399.176** |

## *Cronograma de amortização da dívida*

| Ano de vencimento | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| 2024/25 | - | 229.700 | - | 237.577 |
| 2025/26 | 567.215 | 474.719 | 575.240 | 482.345 |
| 2026/27 | 88.270 | 88.080 | 95.970 | 95.706 |
| 2027/28 | 215.441 | 202.938 | 223.141 | 210.564 |
| 2028/29 | 419.434 | 401.622 | 427.135 | 409.248 |
| 2029/30 | 179.300 | 172.767 | 187.000 | 180.393 |
| 2030/31 | 366.132 | 350.865 | 373.832 | 358.491 |
| 2032-40 | 255.249 | 247.447 | 262.949 | 255.073 |
| 2032/33 | 817.693 | 393.375 | 831.810 | 407.356 |
| | **2.908.734** | **2.561.513** | **2.977.077** | **2.636.753** |

Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Movimentação da dívida | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Saldo anterior | 2.561.513 | 2.042.543 | 2.636.753 | 2.124.729 |
| Captação de financiamentos | 384.257 | 621.535 | 384.257 | 621.535 |
| Amortização de principal | (191.841) | (199.665) | (198.991) | (206.645) |
| Amortização de juros | (195.219) | (152.070) | (203.932) | (161.874) |
| Juros provisionados | 326.940 | 245.496 | 335.906 | 255.334 |
| Amortização de custos de transação de empréstimos | 9.209 | 7.622 | 9.209 | 7.622 |
| Variação cambial | 13.881 | (3.948) | 13.881 | (3.948) |
| | **2.908.740** | **2.561.513** | **2.977.083** | **2.636.753** |

As informações sobre os ativos da Companhia dados em garantia as operações de empréstimos e financiamentos encontram-se divulgadas na nota explicativa 9.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas cláusulas contratuais ("*Covenants*") que estabelecem o vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos. Caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento nos contratos de empréstimos e financiamentos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos (*cross-acceleration* ou *cross-default*) os empréstimos e financiamentos a eles vinculados poderão ser considerados vencidos antecipadamente pelos respectivos credores. A Companhia espera cumprir os covenants do exercício social dentro de 12 meses após a data do relatório, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

# 12 Fornecedores e outras contas a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Fornecedores de bens e serviços | 57.191 | 53.360 | 105.918 | 101.858 |
| Fornecedores de bens e serviços - Partes relacionadas (Nota 26) | 17.392 | - | 3 | - |
| Fornecedores de imobilizado | 3.889 | 14.815 | 7.788 | 29.202 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas (Nota 26) | 20.538 | 514 | 273 | 514 |
| Outras contas a pagar | 11.848 | 5.639 | 23.401 | 28.234 |
| | **110.858** | **74.328** | **137.383** | **159.808** |
| Circulante | 108.612 | 73.909 | 135.137 | 159.389 |
| Não circulante | 2.246 | 419 | 2.246 | 419 |

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 18.

# 13 Provisões e encargos trabalhistas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Salários a pagar | 9.473 | 8.670 | 12.281 | 14.642 |
| Provisão para 13º salário | 3.613 | 3.279 | 4.875 | 4.486 |
| Provisão para férias | 19.293 | 19.001 | 26.338 | 25.479 |
| | **32.379** | **30.950** | **43.494** | **44.607** |

# 14 Adiantamentos de clientes

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Adiantamento de clientes | 19.772 | 27.075 | 27.526 | 28.950 |

Devido a sazonalidade das operações da Companhia, os adiantamentos de clientes tendem a aumentar durante o período de safra a fim de assegurar os recebíveis dos próximos meses. No final da safra, especialmente no mês de março, como os estoques de produtos estão em seus menores níveis e os volumes antecipados tendem a ser menores que nos meses anteriores.

# 15 Impostos diferidos

Os impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

***Controladora***

| | 2025 | | 2024 | | Resultado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Ativo** | **Passivo** | **Ativo** | **Passivo** | **2025** | **2024** |
| Custo atribuído imobilizado | - | 19.657 | - | 20.073 | 416 | 429 |
| Valor justo do ativo biológico | - | 65.319 | - | 52.852 | (12.467) | 21.405 |
| Mais valia do ativo fixo em combinação de negócios | - | 20.325 | - | 21.628 | 1.303 | 7.659 |
| Depreciação acelerada incentivada | - | 60.518 | - | 112.125 | 51.607 | 70.067 |
| Recálculo depreciação vida útil | - | 43.204 | - | 34.474 | (8.730) | (5.807) |
| Ajuste a valor presente | - | - | 2.195 | 1.466 | (729) | (1.098) |
| Valor justo de investimentos | - | 18.756 | - | 18.726 | (30) | - |
| Arrendamento mercantil | 8.182 | - | 283 | - | 7.899 | 6.777 |
| Valor justo de CBIOS | - | 4.380 | - | 1.720 | (2.660) | 3.376 |
| Tributos *sub judice* liquidados e adicionados em anos anteriores pendentes no LALUR no imposto de renda | - | 11.185 | - | 7.838 | (3.347) | 1.270 |
| Sobre provisões temporárias | 10.364 | | 5.645 | | 4.719 | 1.224 |
| Instrumentos derivativos | 74.826 | - | 8.432 | - | 66.394 | (36.051) |
| Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social | 159.972 | - | 114.622 | - | 45.350 | 5.429 |
| | **253.344** | **243.344** | **131.177** | **270.902** | **149.725** | **74.680** |
| **Impostos diferidos líquidos** | **10.000** | | | **139.725** | | |

## *Consolidado*

| | 2025 | | 2024 | | Resultado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Ativo** | **Passivo** | **Ativo** | **Passivo** | **2025** | **2024** |
| Custo atribuído imobilizado | - | 19.657 | - | 20.073 | 416 | 429 |
| Depreciação acelerada incentivada – Lavoura de cana-de-açúcar | - | - | - | - | - | 10.460 |
| Valor justo do ativo biológico | 487 | 65.319 | 3.428 | 52.852 | (15.408) | 5.313 |
| Mais valia do ativo fixo em combinação de negócios | - | 20.325 | - | 21.628 | 1.303 | 7.659 |
| Depreciação acelerada incentivada | - | 60.518 | - | 112.125 | 51.607 | 70.067 |
| Recálculo depreciação vida útil | - | 95.965 | - | 64.172 | (32.204) | (35.505) |
| Ajuste a valor presente | - | - | 2.195 | 1.466 | (729) | (1.098) |
| Valor justo de investimentos | - | 18.756 | - | 18.726 | (30) | - |
| Arrendamento mercantil | 27.008 | - | 2.748 | - | 24.260 | 4.436 |
| Provisões p/ contingências | 8.108 | - | 4.934 | - | 3.174 | 4.642 |
| Valor justo de CBIOS | - | 5.655 | - | 2.048 | (3.607) | 3.387 |
| Tributos *sub judice* liquidados e adicionados em anos anteriores pendentes no Lalur no imposto de renda | - | 11.185 | - | 7.838 | (3.347) | 1.270 |
| Sobre provisões temporárias | 14.536 | - | 15.120 | - | (584) | 10.699 |
| Instrumentos derivativos | 77.254 | - | 8.432 | 25 | 68.847 | (36.076) |
| Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social | 159.972 | - | 141.748 | - | 43.018 | 5.232 |
| | **287.365** | **297.380** | **178.605** | **300.953** | **136.716** | **50.915** |
| **Impostos diferidos líquidos** | **10.000** | **20.015** | **24.992** | **147.340** | | |

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, são registrados os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As projeções de resultado são revisadas periodicamente, e o ativo fiscal diferido é reavaliado caso haja fatores relevantes que venham a modificar sua perspectiva de realização.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda possui em 31 de março de 2025 créditos tributários no montante de R$ 612.212, referente a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro. A Administração da USV avaliou a possibilidade de aproveitamentos destes créditos e entendeu não haver no momento sua recuperabilidade, por isso deixou de constituir os mesmos em sua escrituração contábil. Ressalta-se que créditos desta natureza não prescrevem e que, assim que a Companhia identificar sua recuperabilidade, estes poderão ser utilizados no abatimento do imposto de renda e da contribuição social apurados.

A Companhia está investindo em renovação e expansão do canavial visando o aumento de produção de cana-de-açúcar para suprir a capacidade ociosa da USV. Com o aumento da produção de cana-de-açúcar e flexibilização do mix de produção de açúcar e etanol devido a conclusão da implantação da fábrica de açúcar, a Companhia estima que o resultado da Unidade Santa Vitória seja incrementado e passe a gerar situação de rentabilidade e consumo do prejuízo fiscal acumulado.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

| Reconciliação da taxa efetiva | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Lucro/prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | (166.060) | 10.438 | (146.268) | 41.145 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada | 56.460 | (3.549) | 49.731 | (13.989) |
| **Ajuste para apuração da alíquota efetiva** | | | | |
| Ajuste de cálculo de controladas tributadas pelo lucro presumido | - | - | 5.977 | 7.286 |
| Adições / Exclusões permanentes | 6.916 | (4.540) | (8.709) | (6.282) |
| Créditos de descarbonização - CBIOS | 5.194 | 13.914 | (521) | 24.022 |
| Equivalência patrimonial | 531 | 40.389 | 2.831 | 4.470 |
| Incentivos fiscais | 41.009 | 28.466 | 41.009 | 28.466 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | 110.110 | 74.680 | 90.318 | 43.973 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (39.615) | - | (46.398) | (6.942) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 149.725 | 74.680 | 136.716 | 50.915 |
| Alíquota efetiva | -66% | 715% | -62% | 107% |

# 16 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais envolvendo contingências trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias. Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos, foi constituída provisão em valor considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda nos processos legais como "remotos", "possíveis" ou "prováveis". A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2025** | | **2024** | | **2025** | | **2024** | |
| | **Depósitos judiciais** | **Provisão** | **Depósitos judiciais** | **Provisão** | **Depósitos judiciais** | **Provisão** | **Depósitos judiciais** | **Provisão** |
| Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - *sub judice (a)* | 8.093 | 8.093 | 8.008 | 8.007 | 8.093 | 8.093 | 8.008 | 8.008 |
| Contingências trabalhistas | 452 | 2.128 | 360 | 2.282 | 1.434 | 19.931 | 2.486 | 5.651 |
| FUNRURAL (b) | 57.987 | - | 50.715 | - | 57.987 | - | 50.715 | - |
| Outras | 6.807 | 8.985 | 4.392 | 2.910 | 7.092 | 14.316 | 4.392 | 7.907 |
| | 73.339 | 19.206 | 63.475 | 13.199 | 74.606 | 42.340 | 65.601 | 21.566 |

As movimentações dos saldos dos depósitos judiciais e provisões para contingências no exercício foram como segue:

## Depósitos Judiciais

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **2024** | **Adições** | **Reversões** | **2025** |
| Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - *sub judice* | 8.008 | 282 | (197) | 8.093 |
| Trabalhistas | 360 | 318 | (226) | 452 |
| FUNRURAL | 50.715 | 7.272 | - | 57.987 |
| Outras | 4.392 | 2.524 | (109) | 6.807 |
| | 63.475 | 10.396 | (532) | 73.339 |

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **2024** | **Adições** | **Reversões** | **2025** |
| Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - *sub judice* | 8.008 | 282 | (197) | 8.093 |
| Trabalhistas | 2.486 | 2.884 | (3.936) | 1.434 |
| FUNRURAL | 50.715 | 7.272 | - | 57.987 |
| Outras | 4.392 | 2.809 | (109) | 7.092 |
| | 65.601 | 13.247 | (4.242) | 74.606 |

## Provisões para contingências

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **2024** | **Adições** | **Reversões** | **2025** |
| Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - *sub judice* | 8.007 | 283 | (197) | 8.093 |
| Trabalhistas | 2.282 | 496 | (650) | 2.128 |
| Outras | 2.910 | 6.113 | (38) | 8.985 |
| | 13.199 | 6.892 | (885) | 19.206 |

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **2024** | **Adições** | **Reversões** | **2025** |
| Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - *sub judice* | 8.008 | 282 | (197) | 8.093 |
| Trabalhistas | 5.651 | 17.510 | (3.230) | 19.931 |
| Outras | 7.907 | 6.447 | (38) | 14.316 |
| | 21.566 | 24.239 | (3.465) | 42.340 |

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, e com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso. O valor provisionado está compreendido por:

### a. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - Sub judice

Amparada por liminares obtidas em mandados de segurança referentes às safras anteriores a 2000/2001, a Companhia promoveu o não destaque do IPI sobre a saída de açúcar com base na alegação de inconstitucionalidade da tributação, fundamentada, entre outros aspectos, pela violação do princípio da seletividade, previsto no artigo 153, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal. A partir de maio de 2001, a Companhia optou por recolher os valores do IPI.

**b. FUNRURAL**

A Companhia, através de mandado de segurança, questiona a exigibilidade do crédito tributário que representa a inclusão do ICMS na base de cálculo do FUNRURAL/PJ, sob a alegação de que tal verba não se qualifica como faturamento ou receita própria, conforme estabelece o artigo 195, Inciso I e EC 20/1998, em consonância com o artigo 110 do CTN.

**c. Contingências passivas não provisionadas**

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são processos administrativos, cíveis e tributários avaliados como sendo de risco possível, no montante de R$ 58.546 em 31 de março de 2025 para a controladora e R$ 70.365 no consolidado (R$ 80.544 na controladora e R$ 90.645 no consolidado em 31 de março de 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída. O montante principal refere-se a processos tributários em que os principais objetos de discussão são: PIS e COFINS, Contribuição Previdenciária ao FUNRURAL e IRPJ e CSLL.

# 17 Patrimônio líquido - Controladora

## Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de março de 2025 e 2024 é de R$ 1.039.266. Está representado por 303.541.864 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizado.

## Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

## Incentivos fiscais

Corresponde à reserva que é constituída por conta do programa de incentivos fiscais. O valor do benefício em um determinado exercício é registrado no resultado do exercício como uma redução do imposto de renda com uma reserva correspondente constituída no patrimônio líquido. Pelas regras de incentivos, os incentivos fiscais não podem ser utilizados na apuração nem no pagamento de dividendos. O valor dos incentivos só pode ser usado para aumentar o capital social e é oriundo dos seguintes incentivos:

(a) Desconto obtido com a liquidação antecipada do contrato de financiamento firmado com o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR objeto de oferta pública conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º da Lei 13.436/1998 de 13 de dezembro de 1998;

(b) Desconto obtido do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás - PRODUZIR, conforme inciso VII do Artigo 20 da Lei 13.591 de 18 de janeiro de 2000.

(c) Crédito Outorgado de ICMS sobre a comercialização de Etanol Anidro Carburante, incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado de Goiás para as empresas enquadradas nos programas FOMENTAR ou PRODUZIR, equivalente a 60% do valor do ICMS como se devido fosse nas operações de vendas de Etanol Anidro realizadas junto às distribuidoras. O benefício é regulamentado pela Lei Estadual nº 13.246/99, art. 3º, II.

A Companhia constitui "Reserva de Subvenção para Investimentos" ao final de cada exercício em que é apurado lucro. A Companhia mantém controles paralelos para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes, conforme IN 1.515/14, artigo 3º, § 3º e Lei 12.973/14, artigo 30, § 3º. Em 31 de março de 2024 e 2023 não havia saldo de Reserva de Incentivos Fiscais não constituídas.

## Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% do lucro distribuível ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Em 31 de março de 2025 não foram apurados dividendos mínimos obrigatórios conforme demonstrado a seguir.

| | **2025** |
|---|---|
| Resultado do exercício | (51.653) |
| Realização dos ajustes de avaliação patrimonial | 809 |
| Resultado ajustado do exercício | **(50.844)** |
| Compensação de prejuízos com reserva de retenção de lucros | **50.844** |
| **Resultado antes dos dividendos mínimos obrigatórios** | **-** |

## Juros sobre o capital próprio

Juros sobre Capital Próprio ou "JCP" são os juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, nos termos do § 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995.

A política de distribuição de dividendos prevê que a Companhia poderá remunerar os acionistas por meio de dividendos e/ou JCP, conforme estabelecido no Estatuto Social, e que caso a Companhia opte pelo pagamento de JCP, o montante pago, líquido de imposto de renda retido na fonte, nos termos da legislação aplicável, será imputado ao dividendo obrigatório devido aos acionistas no exercício.

## Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do IAS 16 (CPC 27) e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

## Ações em tesouraria

Em 11 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implementação de um Programa de recompra de ações da Companhia tendo como objetivos (a) aplicar recursos disponíveis da Companhia na administração eficiente da sua estrutura de capital e maximização da geração de valor para os acionistas; e (b) caso venha a ser aprovado um plano de remuneração baseada em ações da Companhia, atender ao futuro exercício das outorgas que forem eventualmente realizadas.

Nos termos do Programa, a Companhia poderá adquirir até 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a até 1,36% (um vírgula trinta e seis por cento) do total de ações de emissão da Companhia e a até 4,15% (quatro vírgula quinze por cento) das suas ações em circulação.

Até 31 de março de 2025 a Companhia adquiriu 1.994.200 ações ao custo médio de R$ 7,1512, totalizando R$14.261.

# 18 Instrumentos financeiros

## a. Classificação contábil

Dada a característica dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas, a Administração avalia que os saldos contábeis se aproximam dos valores justos.

### *Controladora*

| | Valor contábil | | | | Valor justo |
|---|---|---|---|---|---|
| **31/03/2025** | **Valor justo por meio de resultado** | **Custo amortizado** | **Outros passivos financeiros** | **Total** | **Nível 2** |
| **Ativos financeiros** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 1.134.917 | - | 1.134.917 | - |
| Caixa restrito | - | 4.848 | - | 4.848 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 44.823 | - | - | 44.823 | 44.823 |
| Dividendos a receber | - | 4.790 | - | 4.790 | 4.790 |
| Contas a receber e outros recebíveis | - | 75.464 | - | 75.464 | - |
| **Total** | 44.823 | 1.220.019 | - | 1.264.842 | 49.613 |
| **Passivos financeiros mensurados ao valor justo** | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 264.899 | - | - | 264.899 | 264.899 |
| **Total** | 264.899 | - | - | 264.899 | 264.899 |
| **Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 2.908.734 | 2.908.734 | 2.879.179 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | - | - | 110.858 | 110.858 | - |
| Arrendamentos a pagar | - | - | 978.970 | 978.970 | - |
| **Total** | - | - | 3.998.562 | 3.998.562 | 2.879.179 |

| | Valor contábil | | | | Valor justo |
|---|---|---|---|---|---|
| **31/03/2024** | **Valor justo por meio de resultado** | **Custo amortizado** | **Outros passivos financeiros** | **Total** | **Nível 2** |
| **Ativos financeiros** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 980.080 | - | 980.080 | - |
| Caixa restrito | - | 19.582 | - | 19.582 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 148.422 | - | - | 148.422 | 148.422 |
| Dividendos a receber | - | 11.653 | - | 11.653 | 11.653 |
| Contas a receber e outros recebíveis | - | 86.987 | - | 86.987 | - |
| **Total** | 148.422 | 1.098.302 | - | 1.246.724 | 160.075 |
| **Passivos financeiros mensurados ao valor justo** | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 173.222 | - | - | 173.222 | 173.222 |
| **Total** | 173.222 | - | - | 173.222 | 173.222 |
| **Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 2.561.513 | 2.561.513 | 2.676.417 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | - | - | 74.328 | 74.328 | - |
| Arrendamentos a pagar | | | 931.502 | 931.502 | - |
| **Total** | - | - | 3.567.343 | 3.567.343 | 2.676.417 |

## *Consolidado*

| | Valor contábil | | | | Valor justo |
|---|---|---|---|---|---|
| **31/03/2025** | **Valor justo por meio de resultado** | **Custo amortizado** | **Outros passivos financeiros** | **Total** | **Nível 2** |
| **Ativos financeiros** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 1.237.342 | - | 1.237.342 | - |
| Caixa restrito | - | 4.848 | - | 4.848 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 44.823 | - | - | 44.823 | 44.823 |
| Dividendos a receber | - | 4.790 | - | 4.790 | - |
| Contas a receber e outros recebíveis | - | 141.141 | - | 141.141 | - |
| **Total** | 44.823 | 1.388.121 | - | 1.432.944 | 44.823 |
| **Passivos financeiros mensurados ao valor justo** | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 272.041 | - | - | 272.041 | 272.041 |
| **Total** | 272.041 | - | - | 272.041 | 272.041 |
| **Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 2.977.077 | 2.977.077 | 2.947.522 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | - | - | 137.383 | 137.383 | - |
| Arrendamentos a pagar | - | - | 1.570.623 | 1.570.623 | - |
| **Total** | - | - | 4.685.083 | 4.685.083 | 2.947.522 |

| | Valor contábil | | | | Valor justo |
|---|---|---|---|---|---|
| **31/03/2024** | **Valor justo por meio de resultado** | **Custo amortizado** | **Outros passivos financeiros** | **Total** | **Nível 2** |
| **Ativos financeiros** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 1.049.863 | - | 1.049.863 | - |
| Caixa restrito | - | 19.582 | - | 19.582 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 148.530 | - | - | 148.530 | 148.530 |
| Dividendos a receber | - | 3.888 | - | 3.888 | - |
| Contas a receber e outros recebíveis | - | 180.607 | - | 180.607 | - |
| **Total** | 148.530 | 1.253.940 | - | 1.402.470 | 148.530 |
| **Passivos financeiros mensurados ao valor justo** | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 173.258 | - | - | 173.258 | 173.258 |
| **Total** | 173.258 | - | - | 173.258 | 173.258 |
| **Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 2.636.753 | 2.636.753 | 2.751.657 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | - | - | 159.808 | 159.808 | - |
| Arrendamentos a pagar | - | - | 1.379.726 | 1.379.726 | - |
| | | | 4.176.287 | 4.176.287 | 2.751.657 |
| **Total** | - | - | | | |

O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

## b. Mensuração do valor justo

O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir.

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia.

Os instrumentos de *hedge* são avaliados por meio de técnicas de avaliação com dados de mercado observáveis e referem-se, principalmente, a *swaps* de taxas de juros e *NDF*. As técnicas de avaliação aplicadas geralmente incluem modelos de precificação e contratos, com cálculos de valor presente. Os modelos incorporam vários dados, incluindo a qualidade de crédito das contrapartes, câmbio à vista e taxas futuras e curvas de taxas de juros.

### *Hierarquia do valor justo*

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar os valores justos dos instrumentos financeiros de acordo com a técnica de avaliação utilizada:

- Nível 1: Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

## c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Riscos operacionais
- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Riscos de taxa de juros; e

- Riscos de câmbio.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital a Companhia.

### *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área reportam-se regularmente à Presidência sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seus papéis e obrigações.

### *(i) Riscos operacionais*

**Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia, suas controladas e coligada estão sujeitas às leis e aos regulamentos pertinentes às atividades em que operam. Dessa forma, as Companhias estabeleceram políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais.

As instalações de produção e suas atividades industriais e agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia, suas controladas e coligada diminuíram os riscos *associados* com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e de controles com investimentos em equipamentos de controle de poluição.

A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

A Companhia, suas controladas e coligada acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

**Riscos climáticos e outras**

As atividades operacionais de seringueiras e cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. A Companhia e suas controladas tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura.

### *(ii) Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

**Exposição a riscos de crédito**
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.134.917 | 980.080 | 1.237.342 | 1.049.863 |
| Caixa restrito | 4.848 | 19.582 | 4.848 | 19.582 |
| Contas a receber e outros recebíveis | 75.464 | 86.987 | 141.141 | 180.607 |
| Instrumentos financeiros de *hedge* | 44.823 | 148.422 | 44.823 | 148.530 |
| | 1.260.052 | 1.235.071 | 1.428.154 | 1.398.582 |
| Circulante | 1.234.755 | 1.136.446 | 1.359.938 | 1.255.156 |
| Não circulante | 25.297 | 98.625 | 68.216 | 143.426 |

**Caixa e equivalentes de caixa**
A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam *rating* "AA" ou superior avaliados por instituições de referência, tais como S&P Global Ratings, Fitch Ratins e Moody's Investors Service. Condições de mercado em relação a taxas, prazos e volume de exposição junto a cada instituição para que não haja concentração excessiva de recursos em um único banco também são avaliadas no momento da aplicação de recursos.

**Contas a receber de clientes e outros créditos**
A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra), o que possibilita à Companhia e a suas controladas interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito.

**Perdas por redução no valor recuperável**
A empresa avalia a imparidade das contas a receber com base em:

(a) Experiência histórica de perdas por clientes e segmento;
(b) Atribuir uma classificação de crédito para cada cliente com base em medidas qualitativas e quantitativas para o cliente; e
(c) Atribui um percentual de redução ao valor recuperável para fins de provisão com base nos itens (a) e (b) acima e na situação da conta a receber do cliente (atual ou vencida).

A composição por vencimento das contas a receber de clientes dos mercados interno e externo na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para as quais foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável de acordo com as classificações de risco interna, era a seguinte:

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2025 | | | 2024 | | |
| | Taxa média ponderada de perda estimada | Saldo contábil bruto | Provisão para perda estimada | Taxa média ponderada de perda estimada | Saldo contábil bruto | Provisão para perda estimada |
| A vencer | 0% | 64.554 | | 0% | 64.207 | - |
| Vencido de 1 a 30 dias | 0% | 8.417 | - | 0% | 21.735 | - |
| Vencido de 31 a 60 dias | 0% | 1.063 | - | 0% | 758 | - |
| Vencido de 61 a 90 dias | 0% | 1.007 | - | 0% | 58 | - |
| Vencido de 91 a 180 dias | 0% | 423 | - | 0% | 169 | - |
| Vencido de 181 a 365 dias | 100% | 235 | 235 | 85% | 398 | 338 |
| Vencido há mais de 365 dias | 100% | 2.679 | 2.679 | 100% | 2.548 | 2.548 |
| | | 78.378 | 2.914 | | 89.873 | 2.886 |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2025 | | | 2024 | | |
| | Taxa média ponderada de perda estimada | Saldo contábil bruto | Provisão para perda estimada | Taxa média ponderada de perda estimada | Saldo contábil bruto | Provisão para perda estimada |
| A vencer | 0% | 124.352 | - | 0% | 150.764 | - |
| Vencido de 1 a 30 dias | 0% | 8.857 | - | 0% | 28.337 | - |
| Vencido de 31 a 60 dias | 0% | 1.074 | - | 0% | 1.008 | - |
| Vencido de 61 a 90 dias | 0% | 1.008 | - | 0% | 72 | - |
| Vencido de 91 a 180 dias | 0% | 5.801 | - | 0% | 364 | - |
| Vencido de 181 a 365 dias | 84% | 279 | 235 | 79% | 426 | 338 |
| Vencido há mais de 365 dias | 100% | 2.684 | 2.679 | 100% | 2.550 | 2.548 |
| | | 144.055 | 2.914 | | 183.521 | 2.886 |

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada foi:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Saldo inicial | (2.886) | (885) | (2.886) | (885) |
| Perda estimada | (1.623) | (2.070) | (1.623) | (2.070) |
| Baixa | 1.686 | 10 | 1.686 | 10 |
| Efeito de conversão de moeda estrangeira | (91) | 59 | (91) | 59 |
| | (2.914) | (2.886) | (2.914) | (2.886) |

Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas procuram trabalhar com pagamentos antecipados.

**Garantias**

A Companhia e suas controladas têm como política não exigir garantia a terceiros.

*(iii) Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas

controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiro ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam-se de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas têm como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Em busca de maior *disclosure* e transparência perante seus *stakeholders*, a Jalles Machado é avaliada por duas agências internacionais de classificação de riscos, *Standard and Poor's* e *Fitch Rating*. Os *ratings* na agência Standard ando Poor's são 'BB' em escala global e 'BrAAA' em escala nacional, enquanto os ratings na agência Fitch são 'BB-' em escala global e 'AA-(bra)' em escala nacional.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

**Exposição ao risco de liquidez**
Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

## *Controladora*

| | 2025 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Valor contábil** | **Fluxo contratual** | **Até 12 meses** | **Entre 1 e 2 anos** | **Entre 2 e 5 anos** | **Acima de 5 anos** |
| Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12) | 110.858 | 110.858 | 108.612 | 1.095 | 21 | 1.130 |
| Arrendamentos mercantis a pagar | 978.970 | 1.525.760 | 154.584 | 113.955 | 448.886 | 808.335 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 264.899 | 264.899 | 56.785 | 51.922 | 49.589 | 106.603 |
| Empréstimos e financiamentos (nota 11) | 2.908.734 | 6.632.251 | 733.040 | 327.260 | 1.862.989 | 3.708.962 |
| | 4.263.461 | 8.533.768 | 1.053.021 | 494.232 | 2.361.485 | 4.625.030 |
| Circulante | 820.419 | 1.053.021 | | | | |
| Não circulante | 3.443.042 | 7.480.747 | | | | |

| | 2024 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Valor contábil** | **Fluxo contratual** | **Até 12 meses** | **Entre 1 e 2 anos** | **Entre 2 e 5 anos** | **Acima de 5 anos** |
| Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12) | 74.328 | 74.328 | 73.909 | 18 | 18 | 383 |
| Arrendamentos mercantis a pagar | 931.502 | 1.508.054 | 159.912 | 143.447 | 422.267 | 782.428 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 173.222 | 173.222 | 88.015 | 36.550 | 33.668 | 14.989 |
| Empréstimos e financiamentos (nota 11) | 2.561.513 | 3.720.949 | 378.606 | 661.583 | 1.145.579 | 1.535.181 |
| | 3.740.565 | 5.476.553 | 700.442 | 841.598 | 1.601.532 | 2.332.981 |
| Circulante | 461.567 | 700.442 | | | | |
| Não circulante | 3.278.998 | 4.776.111 | | | | |

## *Consolidado*

| | 2025 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Valor contábil** | **Fluxo contratual** | **Até 12 meses** | **Entre 1 e 2 anos** | **Entre 2 e 5 anos** | **Acima de 5 anos** |
| Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12) | 137.383 | 137.383 | 135.137 | 1.095 | 21 | 1.130 |
| Arrendamentos mercantis a pagar | 1.570.623 | 2.526.657 | 246.616 | 212.103 | 688.847 | 1.379.091 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 272.041 | 272.041 | 61.591 | 54.258 | 49.589 | 106.603 |
| Empréstimos e financiamentos (nota 11) | 2.977.077 | 6.768.462 | 748.316 | 342.536 | 1.908.817 | 3.768.793 |
| | 4.957.124 | 9.704.543 | 1.191.660 | 609.992 | 2.647.274 | 5.255.617 |
| Circulante | 950.450 | 1.191.660 | | | | |
| Não circulante | 4.006.674 | 8.512.883 | | | | |

| | 2024 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Valor contábil** | **Fluxo contratual** | **Até 12 meses** | **Entre 1 e 2 anos** | **Entre 2 e 5 anos** | **Acima de 5 anos** |
| Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12) | 159.808 | 159.808 | 159.389 | 18 | 18 | 383 |
| Arrendamentos mercantis a pagar | 1.379.726 | 1.954.859 | 237.620 | 228.192 | 615.530 | 873.517 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 173.258 | 173.258 | 88.015 | 36.586 | 33.668 | 14.989 |
| Empréstimos e financiamentos (nota 11) | 2.636.753 | 3.796.188 | 386.483 | 669.209 | 1.168.456 | 1.572.040 |
| | 4.349.545 | 6.084.113 | 871.507 | 934.005 | 1.817.672 | 2.460.929 |
| Circulante | 634.050 | 871.507 | | | | |
| Não circulante | 3.715.495 | 5.212.606 | | | | |

### *(iv) Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como os preços do Açúcar, as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos resultados da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia usa derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro as diretrizes definidas pelo comitê de gestão de riscos.

**Riscos de oferta e demanda**

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e no volume de vendas de açúcar, etanol produzidos da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia e suas controladas fazem a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

**Risco de taxa de juros**

As operações da Companhia e de suas controladas estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP, TR e IPCA. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas e contratos de

*swap*.

*Exposição ao risco de taxa de juros*

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de suas controladas era:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa (nota 3) | 1.131.383 | 946.894 | 1.233.594 | 1.007.783 |
| Caixa restrito (nota 4) | 4.848 | 19.582 | 4.848 | 19.582 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (nota 11) | 2.728.491 | 2.333.627 | 2.796.834 | 2.408.867 |

*Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário atual corresponde a condição de estabilidade nas taxas de juros, sem variação. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com variação de 5% nas taxas de juros. O Cenário 2 corresponde ao cenário considerado possível, com a uma alteração de 15% nas taxas. O Cenário 3 corresponde ao cenário remoto, com a alteração de 25% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

## Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas – Controladora

| | | | 2025 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Cenário atual | | Cenário 1 | | Cenário 2 | | Cenário 3 | |
| **Instrumento** | **Valor** | **Risco** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** |
| **Ativos financeiros** | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 1.131.383 | CDI | 14,15% | 160.091 | 14,86% | 168.096 | 16,27% | 184.106 | 17,69% | 200.114 |
| Caixa restrito | 4.848 | CDI | 14,15% | 686 | 14,86% | 720 | 16,27% | 789 | 17,69% | 858 |
| **Passivos financeiros** | | | | | | | | | | |
| Finame/Finem/Custeio agrícola | (29.584) | TLP | 11,38% | (3.368) | 11,78% | (3.486) | 12,58% | (3.721) | 13,37% | (3.956) |
| Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola | (315.970) | CDI | 16,23% | (51.294) | 16,95% | (53.570) | 18,40% | (58.123) | 19,84% | (62.675) |
| Mercado de capitais | (2.353.156) | IPCA | 11,59% | (272.782) | 11,86% | (279.106) | 12,40% | (291.753) | 12,94% | (304.400) |
| Finem / FCO | (6.793) | TX.JRSVAR | 8,58% | (583) | 8,84% | (601) | 9,37% | (636) | 9,89% | (672) |
| Multilateral / Capital de giro | (22.988) | LIBOR 6m | 7,69% | (1.767) | 7,90% | (1.817) | 8,34% | (1.916) | 8,77% | (2.016) |
| **Resultado financeiro líquido (estimado)** | | | | (169.017) | | (169.764) | | (171.254) | | (172.747) |
| Impacto no resultado e no patrimônio (variação) | | | | | | (747) | | (2.237) | | (3.730) |

## Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas – Controladora

| | | | 2025 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Cenário atual | | Cenário 1 | | Cenário 2 | | Cenário 3 | |
| **Instrumento** | **Valor** | **Risco** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** |
| **Ativos financeiros** | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 1.131.383 | CDI | 14,15% | 160.091 | 13,44% | 152.086 | 12,03% | 136.076 | 10,61% | 120.068 |
| Caixa restrito | 4.848 | CDI | 14,15% | 686 | 13,44% | 652 | 12,03% | 583 | 10,61% | 514 |
| **Passivos financeiros** | | | | | | | | | | |
| Finame/Finem/Custeio agrícola | (29.584) | TLP | 11,38% | (3.368) | 10,99% | (3.250) | 10,19% | (3.015) | 9,40% | (2.780) |
| Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola | (315.970) | CDI | 16,23% | (51.294) | 15,51% | (49.018) | 14,07% | (44.465) | 12,63% | (39.913) |
| Mercado de capitais | (2.353.156) | IPCA | 11,59% | (272.782) | 11,32% | (266.458) | 10,79% | (253.811) | 10,25% | (241.164) |
| Finem / FCO | (6.793) | TX.JRSVAR | 8,58% | (583) | 8,32% | (565) | 7,80% | (530) | 7,27% | (494) |
| Multilateral / Capital de giro | (22.988) | LIBOR 6m | 7,69% | (1.767) | 7,47% | (1.717) | 7,04% | (1.618) | 6,60% | (1.518) |
| **Resultado financeiro líquido (estimado)** | | | | (169.017) | | (168.270) | | (166.780) | | (165.287) |
| Impacto no resultado e no patrimônio (variação) | | | | | | 747 | | 2.237 | | 3.730 |

## Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas – Consolidado

| | | | 2025 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Cenário atual | | Cenário 1 | | Cenário 2 | | Cenário 3 | |
| **Instrumento** | **Valor** | **Risco** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** |
| **Ativos financeiros** | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 1.233.594 | CDI | 14,15% | 174.554 | 14,86% | 183.282 | 16,27% | 200.737 | 17,69% | 218.193 |
| Caixa restrito | 4.848 | CDI | 14,15% | 686 | 14,86% | 720 | 16,27% | 789 | 17,69% | 858 |
| **Passivos financeiros** | | | | | | | | | | |
| BNDES/Finame/Leasing/CDC | (6.454) | SELIC | 20,05% | (1.294) | 20,80% | (1.342) | 22,30% | (1.439) | 23,79% | (1.536) |
| Finame/Finem/Custeio agrícola | (91.473) | TLP | 13,31% | (12.176) | 13,72% | (12.546) | 14,52% | (13.285) | 15,33% | (14.024) |
| Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola | (315.970) | CDI | 16,23% | (51.294) | 16,95% | (53.570) | 18,40% | (58.123) | 19,84% | (62.675) |
| Mercado de capitais | (2.353.156) | IPCA | 11,59% | (272.782) | 11,86% | (279.106) | 12,40% | (291.753) | 12,94% | (304.400) |
| Finem / FCO | (6.793) | TX.JRSVAR | 8,58% | (583) | 8,84% | (601) | 9,37% | (636) | 9,89% | (672) |
| Multilateral / Capital de giro | (22.988) | LIBOR 6m | 7,69% | (1.767) | 7,90% | (1.817) | 8,34% | (1.916) | 8,77% | (2.016) |
| **Resultado financeiro líquido (estimado)** | | | | (164.656) | | (164.980) | | (165.626) | | (166.272) |
| Impacto no resultado e no patrimônio (variação) | | | | | | (324) | | (970) | | (1.616) |

## Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas – Consolidado

| | | | 2025 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Cenário atual | | Cenário 1 | | Cenário 2 | | Cenário 3 | |
| **Instrumento** | **Valor** | **Risco** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** |
| **Ativos financeiros** | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 1.233.594 | CDI | 14,15% | 174.554 | 13,44% | 165.826 | 12,03% | 148.371 | 10,61% | 130.915 |
| Caixa restrito | 4.848 | CDI | 14,15% | 686 | 13,44% | 652 | 12,03% | 583 | 10,61% | 514 |
| **Passivos financeiros** | | | | | | | | | | |
| BNDES/Finame/Leasing/CDC | (6.454) | SELIC | 20,05% | (1.294) | 19,30% | (1.246) | 17,80% | (1.149) | 16,31% | (1.052) |
| Finame/Finem/Custeio agrícola | (91.473) | TLP | 13,31% | (12.176) | 12,91% | (11.806) | 12,10% | (11.067) | 11,29% | (10.328) |
| Multilateral / Capital de giro / Mercado de Capitais / Custeio Agrícola | (315.970) | CDI | 16,23% | (51.294) | 15,51% | (49.018) | 14,07% | (44.465) | 12,63% | (39.913) |
| Mercado de capitais | (2.353.156) | IPCA | 11,59% | (272.782) | 11,32% | (266.458) | 10,79% | (253.811) | 10,25% | (241.164) |
| Finem / FCO | (6.793) | TX.JRSVAR | 8,58% | (583) | 8,32% | (565) | 7,80% | (530) | 7,27% | (494) |
| Multilateral / Capital de giro | (22.988) | LIBOR 6m | 7,69% | (1.767) | 7,47% | (1.717) | 7,04% | (1.618) | 6,60% | (1.518) |
| **Resultado financeiro líquido (estimado)** | | | | (164.656) | | (164.332) | | (163.686) | | (163.040) |
| Impacto no resultado e no patrimônio (variação) | | | | | | 324 | | 970 | | 1.616 |

*(v) Risco de moeda*

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas garantem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira).

*Exposição a moeda estrangeira*

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido à Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

| Controladora e consolidado | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2025 | | 2024 | | 2025 | | 2024 | |
| | R$ | US$ | R$ | US$ | R$ | US$ | R$ | US$ |
| Caixa e equivalentes de caixa | 289 | 49 | 32.071 | 6.419 | 294 | 50 | 32.071 | 6.419 |
| Contas a receber | 37.295 | 6.377 | 28.123 | 5.629 | 42.314 | 7.235 | 28.123 | 5.629 |
| Empréstimos e financiamentos | (68.123) | (11.647) | (116.381) | (23.294) | (68.123) | (11.647) | (116.381) | (23.294) |
| Exposição líquida | (30.539) | (5.221) | (56.187) | (11.246) | (25.515) | (4.362) | (56.187) | (11.246) |

*Análise de sensibilidade - Risco de moeda*

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição dos empréstimos e financiamentos à variação monetária do dólar norte americano. A Companhia apresenta três cenários com elevação e redução de 5%, 10% e 15% da variável de risco considerado. Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os respectivos montantes. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Variação de 5% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário II: Variação de 10% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário III: Variação de 15% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

| Cenários | | | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Elevação (R$) | | | Redução (R$) | | |
| | USD | R$ | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 |
| *Instrumentos financeiros* | | | | | | | | |
| ***Ativo*** | | | | | | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 49 | 289 | 14 | 29 | 43 | (14) | (29) | (43) |
| Contas a receber | 6.377 | 37.295 | 1.865 | 3.730 | 5.596 | (1.865) | (3.730) | (5.596) |
| ***Passivo*** | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (11.647) | (68.123) | (3.406) | (6.811) | (10.217) | 3.406 | 6.811 | 10.217 |
| *Impacto no resultado e patrimônio líquido* | | | (1.527) | (3.052) | (4.578) | 1.527 | 3.052 | 4.578 |

| Cenários | | | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Elevação (R$) | | | Redução (R$) | | |
| | USD | R$ | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 |
| *Instrumentos financeiros* | | | | | | | | |
| ***Ativo*** | | | | | | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 50 | 294 | 15 | 29 | 44 | (15) | (29) | (44) |
| Contas a receber | 7.235 | 42.314 | 2.116 | 4.232 | 6.348 | (2.116) | (4.232) | (6.348) |
| ***Passivo*** | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (11.647) | (68.123) | (3.406) | (6.811) | (10.217) | 3.406 | 6.811 | 10.217 |
| *Impacto no resultado e patrimônio líquido* | | | (1.275) | (2.550) | (3.825) | 1.275 | 2.550 | 3.825 |

## *(vi) Risco de preço de commodities*

Seguindo a política de gestão de riscos aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia faz uso dos derivativos de *commodities* buscando minimizar a volatilidade do seu resultado ocasionada pelas oscilações naturais dos preços das commodities. Dessa forma trabalha com a fixação de preços dos produtos e realiza o reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Nacionais e Internacionais (BM&F, ICE/NYBOT) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ.

O mercado utiliza como referência de preço de venda para o açúcar o valor do Açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova Iorque, e do etanol o indicador CEPEA/ESALQ. A exposição líquida entre ativos (expectativas de produção) e passivos (contratos de fixação) para o açúcar é gerenciada e protegida (*hedgeada*) por meio de instrumentos financeiros derivativos de Açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa. No que se refere ao etanol, por falta de instrumentos financeiros derivativos líquidos para proteção (*hedge*), ele tem sua exposição gerenciada com base nas políticas de vendas do etanol físico que conta com uma estrutura de estocagem adequada para carrego do produto em momentos que a Companhia entenda ser desfavorável a comercialização do mesmo. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites de risco aprovados e pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Os ganhos ou perdas originadas desses instrumentos de proteção são registrados no resultado do exercício.

*Exposição do risco preço de commodities*

A exposição para o risco de preços de *commodities* da Companhia baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

| Consolidado | Vencimento (safra) | Volume | | Notional (R$ mil) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| **Posição física / ativa** | | | | | |
| **Mercadorias** | | | | | |
| Açúcar (toneladas) | 2024-25 | - | 620.000 | - | 1.543.465 |
| Açúcar (toneladas) | 2025-26 | 612.000 | 620.000 | 1.517.523 | 1.483.419 |
| Açúcar (toneladas) | 2026-27 | 612.000 | 620.000 | 1.577.538 | 1.460.611 |
| Açúcar (toneladas) | 2027-28 | 612.000 | - | 1.658.819 | - |
| Etanol ($m^3$) | 2024-25 | - | 305.000 | - | 723.963 |
| Etanol ($m^3$) | 2025-26 | 304.000 | 305.000 | 883.059 | 723.963 |
| Etanol (m3) | 2026-27 | 304.000 | 305.000 | 883.059 | 723.963 |
| Etanol (m3) | 2027-28 | 304.000 | - | 883.059 | - |
| **Total** | | | | **7.403.057** | **6.659.384** |
| **Contratos futuros (*Forward*)** | | | | | |
| **Posição Comprada** | | | | | |
| **Mercadorias** | | | | | |
| Açúcar (tonelada) | 2024-25 | - | - | **-** | **41.475** |
| Açúcar (tonelada) | 2025-26 | 8.382 | - | **20.554** | **6.161** |
| | | | | **20.554** | **47.636** |
| **Posição Vendida** | | | | | |
| **Mercadorias** | | | | | |
| Açúcar (tonelada) | 2024-25 | - | 338.699 | - | (824.033) |
| Açúcar (tonelada) | 2025-26 | 272.576 | 267.813 | (639.752) | (627.269) |
| Açúcar (tonelada) | 2026-27 | 336.348 | 11.227 | (762.839) | (25.806) |
| Açúcar (tonelada) | 2027-28 | 10.414 | - | (26.634) | - |
| | | | | **(1.429.225)** | **(1.477.108)** |
| **Total** | | | | **5.994.386** | **5.229.912** |

* Os volumes de açúcar e etanol são baseados em previsões da Companhia das produções e faturamento por safra.

A Companhia utiliza para controle da exposição de *commodities* basicamente contratos derivativos futuros negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*).

O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Caso a Companhia possua limite de crédito disponível com a instituição que esteja intermediando a fixação, a cobertura de margem é realizada pela própria instituição, e o ganho ou perda da posição só é realizado pela Companhia no momento da expiração da tela ou da recompra da posição.

Para os contratos de balcão, a mensuração do valor justo é dada pelos valores de mercado, via informação pública. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Para esses contratos não há necessidade de depósitos de margem. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data de liquidação.

*Análise de sensibilidade para risco de commodities*
A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável que consiste em utilizar como referência os preços utilizados no orçamento da Companhia para a safra 2024/25, e outros dois que possam apresentar efeitos de depreciação do valor justo dos

instrumentos financeiros da Companhia considerando uma oscilação de 25% e 50% sobre a taxa de mercado do dia 31 de março de 2025.

| | | Provável | Elevação | | Redução | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Produção** | **Notional** | **31/03/2025** | **25%** | **50%** | **25%** | **50%** |
| Açúcar | 4.753.880 | 614.195 | 1.188.470 | 2.376.940 | (1.188.470) | (2.376.940) |
| Etanol | 2.649.177 | 145.143 | 662.294 | 1.324.589 | (662.294) | (1.324.589) |
| | **7.403.057** | **759.338** | **1.850.764** | **3.701.529** | **(1.850.764)** | **(3.701.529)** |
| **Contratos futuros (*Forward*) Mercadorias** | | | | | | |
| Açúcar | (1.408.671) | (1.408.671) | 363.549 | 726.215 | (363.549) | (726.215) |
| | **(1.408.671)** | **(1.408.671)** | **363.549** | **726.215** | **(363.549)** | **(726.215)** |
| **Efeito total no resultado da companhia** | **5.994.386** | **(649.333)** | **2.214.313** | **4.427.744** | **(2.214.313)** | **(4.427.744)** |

Em virtude da sazonalidade do comportamento da cotação da *commodity* - açúcar, esse cenário está sujeito a variações durante o ano/safra.

## d. Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia e de suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A fim de manter ou ajustar sua estrutura de capital, a Companhia pode tomar medidas para assegurar o cumprimento dos objetivos acima mencionados.

## e. Instrumentos financeiros hedge

A Companhia está exposta a riscos de mercado, sendo os principais:

(i) A volatilidade dos preços de açúcar, e derivados;

(ii) Volatilidade da taxa de câmbio; e

(iii) Volatilidade das taxas de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco ao qual a Administração busca cobertura.

Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção mensurados por meio de fatores observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos de caixa descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

| | | | 2025 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Controladora | | Consolidado | |
| **Hedge** | **Vencimento** | **Notional** | **Ativo** | **Passivo** | **Ativo** | **Passivo** |
| NDF - Moeda | 04/2025 a 03/2026 | 383.736.677 | 339 | 20.170 | 339 | 24.976 |
| NDF - Açúcar | 04/2025 a 03/2026 | 660.305.367 | 11.095 | 32.454 | 11.095 | 32.454 |
| SWAP | 04/2025 a 03/2026 | 533.055.214 | 17.427 | 4.161 | 17.427 | 4.161 |
| NDF - Moeda | 04/2026 a 03/2027 | 209.299.189 | 120 | 10.350 | 120 | 11.843 |
| NDF - Açúcar | 04/2026 a 03/2027 | 798.980.088 | 1.907 | 38.330 | 1.907 | 39.173 |
| SWAP | 04/2026 a 03/2027 | 112.151.200 | - | 3.242 | - | 3.242 |
| NDF - Moeda | 04/2027 a 03/2028 | 1.322.882 | - | 62 | - | 62 |
| NDF - Açúcar | 04/2027 a 03/2028 | 26.633.656 | - | 577 | - | 577 |
| SWAP | 04/2027 a 03/2028 | 206.389.536 | - | 17.237 | - | 17.237 |
| SWAP | 04/2028 a 03/2029 | 324.995.463 | 7.333 | 31.713 | 7.333 | 31.713 |
| SWAP | 04/2029 a 03/2030 | 96.709.229 | 3.180 | 11.508 | 3.180 | 11.508 |
| SWAP | 04/2030 a 03/2031 | 199.806.962 | - | 24.930 | - | 24.930 |
| SWAP | 04/2031 a 03/2032 | 153.503.764 | 3.422 | 11.062 | 3.422 | 11.062 |
| SWAP | 04/2032 a 03/2033 | 23.092.884 | - | 14.975 | - | 14.975 |
| SWAP | 04/2033 a 03/2034 | 92.380.469 | - | 19.422 | - | 19.422 |
| SWAP | 04/2034 a 03/2035 | 201.864.244 | - | 23.256 | - | 23.256 |
| SWAP | 04/2038 a 03/2039 | - | - | 1.450 | - | 1.450 |
| | | | **44.823** | **264.899** | **44.823** | **272.041** |
| Circulante | | | 28.861 | 56.785 | 28.861 | 61.591 |
| Não circulante | | | 15.962 | 208.114 | 15.962 | 210.450 |

| | | | 2024 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Controladora | | Consolidado | |
| **Hedge** | **Vencimento** | **Notional** | **Ativo** | **Passivo** | **Ativo** | **Passivo** |
| NDF - Açúcar | 04/2024 a 03/2025 | 876.944.569 | 27.181 | 73.106 | 27.181 | 73.106 |
| NDF - Moeda | 04/2024 a 03/2025 | 478.268.629 | 34.575 | 1.488 | 34.575 | 1.488 |
| SWAP | 04/2024 a 03/2025 | - | 9 | 13.421 | 9 | 13.421 |
| NDF - Açúcar | 04/2025 a 03/2026 | 627.269.198 | 9.074 | 24.276 | 9.074 | 24.276 |
| NDF - Moeda | 04/2025 a 03/2026 | 190.815.804 | 5.273 | 446 | 5.381 | 482 |
| SWAP | 04/2025 a 03/2026 | - | 17.209 | 11.828 | 17.209 | 11.828 |
| NDF - Açúcar | 04/2026 a 03/2027 | 31.966.727 | 3 | 382 | 3 | 382 |
| NDF - Moeda | 04/2026 a 03/2027 | 14.649.249 | - | 97 | - | 97 |
| SWAP | 04/2026 a 03/2027 | - | 54 | 8.274 | 54 | 8.274 |
| SWAP | 04/2027 a 03/2028 | - | 37 | 9.190 | 37 | 9.190 |
| SWAP | 04/2028 a 03/2029 | - | 24.198 | 15.725 | 24.198 | 15.725 |
| SWAP | 04/2029 a 03/2030 | - | 8.855 | 6.864 | 8.855 | 6.864 |
| SWAP | 04/2030 a 03/2031 | - | 10.489 | 2.895 | 10.489 | 2.895 |
| SWAP | 04/2031 a 03/2032 | - | 11.465 | 2.429 | 11.465 | 2.429 |
| SWAP | 04/2032 a 03/2033 | - | - | 2.576 | - | 2.576 |
| SWAP | 04/2033 a 03/2034 | - | - | 225 | - | 225 |
| | | | **148.422** | **173.222** | **148.530** | **173.258** |
| Circulante | | | 61.765 | 88.015 | 61.765 | 88.015 |
| Não circulante | | | 86.657 | 85.207 | 86.765 | 85.243 |

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado.

## *Resultado com instrumentos financeiros de hedge*

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dessas operações no resultado do exercício. Em 31 de março de 2025, os impactos contabilizados nos resultados estão demonstrados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| **Operações de hedge, líquidas** | | | | |
| **Operações Liquidadas** | | | | |
| Operações de açúcar | (11.772) | (213.530) | (11.772) | (213.530) |
| Operações de câmbio | (11.359) | 29.146 | (15.018) | 29.146 |
| Operações de indexador | (22.552) | (25.631) | (22.552) | (25.631) |
| | (45.683) | (210.015) | (49.342) | (210.015) |
| **Operações em aberto** | | | | |
| Operações de açúcar | 3.742 | 97.477 | 2.898 | 97.477 |
| Operações de câmbio | (68.535) | 6.870 | (74.905) | 6.943 |
| Operações de indexador | (130.483) | 1.685 | (130.483) | 1.685 |
| | (195.276) | 106.032 | (202.490) | 106.105 |
| | (240.959) | (103.983) | (251.832) | (103.910) |

Para reduzir a volatilidade do seu fluxo de caixa e proteção patrimonial em decorrência de oscilações no preço do açúcar e câmbio, a Companhia possui Política de Gestão de Risco Cambial, de Commodities e de Liquidez implementada e faz uso de diversos instrumentos de *hedge* para proteger uma parcela do volume projetado das vendas a preços flutuantes, com objetivo exclusivo de mitigação de riscos advindos dos descasamentos dos indexadores entre ativos e passivos (preços das commodities, taxas de juros ou de câmbio).

Nos termos da Política de Gestão de Risco Cambial, de Commodities e de Liquidez, a Companhia poderá se utilizar de diversos instrumentos de derivativos disponíveis, tais quais:

i. Fixação do preço futuro do açúcar em dólar;
ii. Compra ou venda de câmbio à vista ou futuro;
iii. *Swap* de moeda estrangeira;
iv. Pagamento antecipado ou tomada de financiamentos em moeda estrangeira;
v. Compra e venda de opções de câmbio e preços de commodities;
vi. Aplicação em fundos cambiais;
vii. Compra e venda de opções de açúcar; e
viii. Manutenção de disponibilidades em moeda estrangeira.

# 19 Receita operacional líquida

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito.

A receita operacional da Companhia e de suas controladas é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Mercado externo | | | | |
| Açúcar branco | 279.983 | 73.047 | 425.514 | 73.047 |
| Açúcar orgânico | 240.335 | 227.163 | 240.335 | 227.163 |
| | 520.318 | 300.210 | 665.849 | 300.210 |
| Mercado interno | | | | |
| Etanol | 643.419 | 440.953 | 1.105.597 | 908.884 |
| Açúcar branco | 624.229 | 706.645 | 624.229 | 706.645 |
| Açúcar orgânico | 49.308 | 35.618 | 49.308 | 35.618 |
| Soja | 2.229 | 2.233 | 3.315 | 2.909 |
| Energia elétrica | - | - | 113.007 | 106.701 |
| Saneantes | 30.486 | 46.082 | 30.486 | 46.082 |
| Derivados de levedura | 6.737 | 8.061 | 6.737 | 8.061 |
| CBIOS | 15.277 | 40.924 | 32.087 | 70.656 |
| Outras vendas | 4.394 | 5.972 | 5.570 | 14.337 |
| | 1.376.079 | 1.286.488 | 1.970.336 | 1.899.893 |
| Receita bruta Fiscal | 1.896.397 | 1.586.698 | 2.636.185 | 2.200.103 |
| (-) Impostos sobre vendas | (181.895) | (173.634) | (292.097) | (285.152) |
| (-) Devoluções | (5.204) | (5.152) | (6.177) | (5.423) |
| Total da receita operacional líquida | 1.709.298 | 1.407.912 | 2.337.911 | 1.909.528 |
| **Conciliação da receita líquida por mercado** | | | | |
| Mercado interno | | | | |
| Receita bruta | 1.376.079 | 1.286.488 | 1.970.336 | 1.899.893 |
| (-) Impostos sobre vendas | (181.895) | (173.634) | (292.097) | (285.152) |
| (-) Devoluções | (5.204) | (5.152) | (6.177) | (5.423) |
| Receita líquida | 1.188.980 | 1.107.702 | 1.672.062 | 1.609.318 |
| Mercado externo | | | | |
| Receita bruta | 520.318 | 300.210 | 665.849 | 300.210 |
| Receita líquida | 520.318 | 300.210 | 665.849 | 300.210 |
| **Total da receita líquida** | 1.709.298 | 1.407.912 | 2.337.911 | 1.909.528 |

## Obrigações de performance e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço para o cliente.

A Companhia reconhece a receita refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle das mercadorias. Não há estimativa de perdas com vendas e não há programa de fidelidade. A Companhia considera que todas as obrigações de desempenho são cumpridas no momento da entrega do produto, que é também o momento do reconhecimento da receita.

# 20 Custos e despesas operacionais por natureza

## a. Custo dos produtos vendidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Amortização do ativo biológico | (267.391) | (251.001) | (390.564) | (411.654) |
| Depreciação da lavoura | (126.654) | (104.597) | (203.135) | (184.831) |
| Depreciações de máquinas, equipamentos e instalações | (155.306) | (143.513) | (241.540) | (269.366) |
| Depreciações de direitos de uso | (131.875) | (112.595) | (215.813) | (149.901) |
| Serviços prestados por terceiros | (111.145) | (78.819) | (128.431) | (98.130) |
| Custos com pessoal | (86.703) | (68.521) | (154.880) | (146.418) |
| Operação e manutenção | (128.655) | (86.976) | (197.725) | (124.517) |
| Matéria prima / insumos industriais | (82.387) | (58.580) | (101.572) | (85.108) |
| Fretes | (43.026) | (34.919) | (43.026) | (34.919) |
| Outros gastos | (40.285) | (21.960) | (33.853) | (3.235) |
| CBIOS | (16.302) | (40.376) | (33.105) | (48.914) |
| Reversão impairment - Lavoura de cana | - | - | - | 199.065 |
| | **(1.189.729)** | **(1.001.857)** | **(1.743.644)** | **(1.357.928)** |

## b. Despesas com vendas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Gastos com transporte | (79.996) | (54.847) | (91.376) | (54.848) |
| Comissões sobre vendas | (7.445) | (8.949) | (10.304) | (9.771) |
| Custos com pessoal | (18.297) | (16.847) | (19.061) | (16.875) |
| Outras despesas | (13.869) | (12.233) | (13.870) | (12.454) |
| Serviços prestados por terceiros | (33.080) | (19.451) | (48.230) | (22.601) |
| Armazenagem / estufagem / inspeção - Açúcar | (15.057) | (11.680) | (15.057) | (11.680) |
| Depreciações | (5.577) | (5.430) | (6.876) | (5.592) |
| Gastos com seguros | (2.784) | (2.717) | (2.784) | (2.717) |
| Propaganda e publicidade | (984) | (1.650) | (984) | (1.650) |
| | (177.089) | (133.804) | (208.542) | (138.188) |

## c. Despesas gerais e administrativas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Custos com pessoal | (47.708) | (41.300) | (56.838) | (47.780) |
| Serviços prestados por terceiros | (39.096) | (37.712) | (44.750) | (43.695) |
| Outras despesas | (10.935) | (9.901) | (16.530) | (17.808) |
| Depreciações | (2.919) | (3.612) | (4.154) | (5.078) |
| Despesas tributárias - Protege /GO | (16.483) | (15.675) | (16.483) | (15.675) |
| Antecipação Produzir | (1.646) | (3.732) | (1.646) | (3.732) |
| Despesas tributárias | 13.493 | (8.188) | 9.509 | (12.670) |
| Auxílios e doações | (1.281) | (1.696) | (1.281) | (1.696) |
| Reversão/(Provisão) p/ contingências | (158) | 4.938 | (158) | 4.938 |
| | (106.733) | (116.878) | (132.331) | (143.196) |

# 21 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Incentivo fiscal - Produzir (a) | 16.462 | 37.316 | 16.462 | 37.316 |
| Incentivo fiscal - Fomentar (b) | 20.278 | 19.142 | 20.278 | 19.142 |
| Crédito outorgado sobre etanol anidro (c) | 53.034 | 30.696 | 53.034 | 30.696 |
| Avaliação de créditos de descarbonização (d) | 24.127 | 30.446 | 43.713 | 32.322 |
| Credito Outorgado ProGoias (f) | 30.060 | - | 30.060 | - |
| Outras receitas operacionais | 9.725 | 8.553 | 14.419 | 13.434 |
| Reversão da penalidade por indisponibilidade da CCEE | - | - | 10.524 | - |
| Alienação de bens do ativo imobilizado | 6.549 | 9.717 | 8.190 | 9.717 |
| Sinistro | 2.062 | 636 | 4.062 | 636 |
| Reversão de provisão para contingências | - | - | 4.687 | - |
| | 162.297 | 136.506 | 205.429 | 143.263 |
| (-) Provisões para contingências | (5.916) | - | (16.372) | - |
| (-) Custo da baixa dos bens alienados | (10.977) | (10.101) | (11.704) | (10.102) |
| (-) Outras despesas | (7.300) | (507) | (11.757) | (21.409) |
| | (24.193) | (10.608) | (39.833) | (31.511) |
| **Outras receitas operacionais** | 138.104 | 125.898 | 165.596 | 111.752 |

(a) Incentivo fiscal, regulamentado pelo art. 20 da Lei Estadual nº13.591/2000, concedido pelo Governo do Estado de Goiás referente ao desconto no pagamento de 73% do ICMS devido nas vendas de produtos incentivados da Unidade Otávio Lage.

(b) Incentivo fiscal obtido com a liquidação antecipada do contrato de financiamento firmado com o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR objeto de oferta pública conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º da Lei 13.436/1998 de 13 de dezembro de 1998.

(c) Incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado de Goiás para as empresas enquadradas nos programas FOMENTAR,PRODUZIR ou PROGOIÁS, equivalente a 32% do valor do ICMS como se devido fosse nas operações de venda de Etanol Anidro realizadas junto às distribuidoras. O benefício é regulamentado pela Lei Estadual nº 13.246/99, art. 3º, II.

(d) Créditos de descarbonização – CBIOS são reconhecidos no momento do reconhecimento da receita de etanol anidro e hidratado pelo valor de mercado. Ao identificar perda na avaliação do estoque de CBIOS, a provisão para perda é reconhecida em outras receitas (despesas) operacionais líquidas. A venda de créditos é reconhecida como receita bruta e a baixa do estoque no custo de produtos vendidos.

(e) Em abril de 2023 a Jalles Bioenergia S.A. sofreu uma penalização de R$10.524 mil na qual o Operador Nacional do Sistema Elétrico, (ONS), puniu a Companhia por descumprir o contrato de disponibilidade para o fornecimento de energia elétrica. Em 04 de dezembro de 2023 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deu provimento ao requerimento formulado pela Jalles Bioenergia S.A., para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS altere a classificação do estado operativo da UG1 da UTE Santa Vitória de Desligamento em Urgência (DUR) para Desligamento em Emergência. Com este provimento a Companhia aguarda a formalização por parte da ONS quanto a atualização dos valores não faturados para reverter a punição anteriormente reconhecida. Após este provimento a Companhia obteve, em maio de 2024, a autorização para o faturamento do valor da penalidade corrigido pelo IPCA.

(f) Benefício fiscal regulamentado pela Lei Estadual nº 20.787/2020 concedido pelo Governo do Estado de Goiás para incentivar o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás por meio da implantação, da ampliação e da revitalização de estabelecimentos industriais em seu território. Em referência as atividades da Companhia o Programa concede crédito outorgado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nos percentuais abaixo relacionados, aplicáveis sobre o valor positivo resultante do confronto entre os débitos e os créditos do imposto, relacionados às operações com produtos de industrialização própria incentivadas pelo PROGOIÁS.
a) 64% (sessenta e quatro por cento) até o 12º (décimo segundo) mês;
b) 65% (sessenta e cinco por cento) a partir do 13º (décimo terceiro) até o 24º (vigésimo quarto) mês;
c) 66% (sessenta e seis por cento), a partir do 25º mês.

O PROGOIÁS é o atual programa de incentivos fiscais do estado, instituído para simplificar a concessão de benefícios ao setor industrial, substituindo os modelos anteriores baseados em financiamento. O incentivo ocorre por

meio de crédito outorgado de ICMS, permitindo uma redução do saldo devedor mensal sem necessidade de financiamento direto, o que confere maior segurança jurídica e previsibilidade tributária para as empresas beneficiadas

A Companhia migrou dos programas de incentivo fiscal FOMENTAR e PRODUZIR para o PROGOIÁS em novembro de 2024.

# 22 Resultado financeiro líquido

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| **Despesas financeiras** | | | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (336.143) | (253.118) | (345.109) | (262.956) |
| Juros provisionados sobre contratos de arrendamento e parcerias agrícolas | (91.732) | (53.670) | (111.700) | (73.745) |
| Demais juros pagos ou incorridos | (18.643) | (7.393) | (19.065) | (14.262) |
| Outros | (11.194) | (15.666) | (14.591) | (15.914) |
| Descontos concedidos | (10.523) | (3.757) | (10.537) | (3.757) |
| | (468.235) | (333.604) | (501.002) | (370.634) |
| **Receitas financeiras** | | | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 117.714 | 106.775 | 119.688 | 111.658 |
| Juros | 23.546 | 11.432 | 23.680 | 11.859 |
| Outros | 4.776 | 14.010 | 8.189 | 14.057 |
| | 146.036 | 132.217 | 151.557 | 137.574 |
| **Variação cambial e monetária, líquida** | | | | |
| Clientes e fornecedores | (1.103) | 74 | (6.908) | 74 |
| Disponibilidades | 3.864 | (791) | 3.908 | (791) |
| Empréstimos e financiamentos | (13.881) | 3.948 | (13.881) | 3.948 |
| | (11.120) | 3.231 | (16.881) | 3.231 |
| **Operações de hedge, líquidas** | | | | |
| **Operações Liquidadas** | | | | |
| Operações de açúcar | (11.772) | (213.530) | (11.772) | (213.530) |
| Operações de câmbio | (11.359) | 29.146 | (15.018) | 29.146 |
| Operações de indexador | (22.552) | (25.631) | (22.552) | (25.631) |
| | (45.683) | (210.015) | (49.342) | (210.015) |
| **Operações em aberto** | | | | |
| Operações de açúcar | 3.742 | 97.477 | 2.898 | 97.477 |
| Operações de câmbio | (68.535) | 6.870 | (74.905) | 6.943 |
| Operações de indexador | (130.483) | 1.685 | (130.483) | 1.685 |
| | (195.276) | 106.032 | (202.490) | 106.105 |
| | (240.959) | (103.983) | (251.832) | (103.910) |
| **Financeiras líquidas** | **(574.278)** | **(302.139)** | **(618.158)** | **(333.739)** |

# 23 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico e diluído por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído):

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **2025** | **2024** |
| Resultado das operações continuadas | (55.950) | 85.118 |
| Número médio ponderado de ações a disposição dos acionistas | 301.547.664 | 297.391.104 |
| Resultado básico e diluído por ação (em reais) | (0,18,55) | 0,2862 |

# 24 Arrendamentos a pagar

A Companhia possui contratos de aluguel de imóveis urbanos e do parque industrial de sua filial e contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com acionistas e terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita.

Após avaliação e inventário dos contratos, a Jalles Machado S.A. reconheceu ativos e passivos relacionados aos contratos de: parcerias agrícolas para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007), passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2) / IFRS 16.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento e dos ativos identificados nos contratos de parceria rural utilizando custo ponderado de capital em 31 de março de 2025 que foi de 7,62% a.a. (6,30% a.a. em 31 de março de 2024).

Os contratos de parceria agrícola estão assim distribuídos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Área em parceria | 71.545 hectares | 73.185 hectares | 115.930 hectares | 115.211 hectares |

A movimentação do direito de uso durante o exercício findo em 31 de março de 2025 foi a seguinte:

| | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|
| **Direitos de uso** | **Parceria agrícola** | **Planta industrial** | **Aluguéis** | **Total** |
| Saldo em 31 de março de 2023 | 967.735 | 43.129 | 3.112 | 1.013.976 |
| Adições | 93.953 | - | - | 93.953 |
| Depreciações | (103.598) | (34.503) | (403) | (138.504) |
| Remensurações | (559) | - | - | (559) |
| Baixas | (3.645) | - | - | (3.645) |
| Saldo em 31 de março de 2024 | 953.886 | 8.626 | 2.709 | 965.221 |
| Adições | 57.065 | 288.051 | - | 345.116 |
| Depreciações | (104.663) | (20.510) | (403) | (125.576) |
| Remensurações | 67.714 | - | 176 | 67.890 |
| Baixas | (337) | (276.167) | - | (276.504) |
| Saldo em 31 de março de 2025 | 973.665 | - | 2.482 | 976.147 |

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | **Parceria agrícola** | **Aluguéis** | **Total** |
| Saldo em 31 de março de 2023 | 1.245.342 | 17.392 | 1.262.734 |
| Adições | 325.765 | - | 325.765 |
| Depreciações | (159.418) | (7.795) | (167.213) |
| Remensurações | 3.387 | - | 3.387 |
| Baixas | (3.645) | - | (3.645) |
| Saldo em 31 de março de 2024 | 1.411.431 | 9.597 | 1.421.028 |
| Adições | 221.730 | - | 221.730 |
| Depreciações | (172.659) | (4.680) | (177.339) |
| Remensurações | 86.622 | 2.144 | 88.766 |
| Baixas | (376) | - | (376) |
| Saldo em 31 de março de 2025 | 1.546.748 | 7.061 | 1.553.809 |

A movimentação no passivo de arrendamento e parcerias agrícolas durante o exercício findo em 31 de março de 2025, foi a seguinte:

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **Parceria agrícola** | **Planta industrial** | **Aluguéis** | **Total** |
| Saldo em 31 de março de 2023 | 927.561 | 46.476 | 3.106 | 977.143 |
| Adições | 93.953 | - | - | 93.953 |
| Amortizações | (100.492) | (34.502) | (396) | (135.390) |
| Baixas | (3.645) | - | - | (3.645) |
| Pagamento de juros | (47.893) | (5.673) | (104) | (53.670) |
| Juros provisionados | 47.893 | 5.673 | 104 | 53.670 |
| Mensurações posteriores | (559) | - | - | (559) |
| Saldo em 31 de março de 2024 | 916.818 | 11.974 | 2.710 | 931.502 |
| Adições | 57.065 | 288.051 | - | 345.116 |
| Amortizações | (48.805) | (23.858) | (408) | (73.071) |
| Baixas | - | (276.167) | - | (276.167) |
| Pagamento de juros | (95.031) | (12.897) | (104) | (108.032) |
| Juros provisionados | 78.731 | 12.897 | 104 | 91.732 |
| Mensurações posteriores | 67.714 | - | 176 | 67.890 |
| Saldo em 31 de março de 2025 | 976.492 | - | 2.478 | 978.970 |

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | **Parceria agrícola** | **Aluguéis** | **Total** |
| Saldo em 31 de março de 2023 | 1.204.730 | 19.625 | 1.224.355 |
| Adições | 325.765 | - | 325.765 |
| Amortizações | (161.393) | (8.743) | (170.136) |
| Baixas | (3.645) | - | (3.645) |
| Pagamento de juros | (72.933) | (812) | (73.745) |
| Juros provisionados | 72.933 | 812 | 73.745 |
| Mensurações posteriores | 3.387 | - | 3.387 |
| Saldo em 31 de março de 2024 | 1.368.844 | 10.882 | 1.379.726 |
| Adições | 221.727 | - | 221.727 |
| Amortizações | (98.416) | (3.937) | (102.353) |
| Baixas | (39) | (1.285) | (1.324) |
| Compensação com adiantamentos | - | - | - |
| Pagamento de juros | (127.333) | (287) | (127.620) |
| Juros provisionados | 111.413 | 287 | 111.700 |
| Mensurações posteriores | 86.623 | 2.144 | 88.767 |
| Saldo em 31 de março de 2025 | 1.562.819 | 7.804 | 1.570.623 |

# 25 Compromissos

## Compromissos de venda de açúcar

A Controladora possui diversos acordos no mercado de açúcar através dos quais se compromete a vender os volumes desses produtos em safras futuras. Esses volumes relacionados aos compromissos estão assim apresentados:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Produto** | **31/03/2025** | **31/03/2024** | **31/03/2025** | **31/03/2024** |
| Açúcar (em toneladas) | 80.475 | 47.099 | 80.475 | 47.099 |
| Etanol (m³) | 16.400 | 7.215 | 16.400 | 7.215 |

| Açúcar | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Safra** | **31/03/2025** | **31/03/2024** | **31/03/2025** | **31/03/2024** |
| 2022/2023 (em toneladas) | - | 2.060 | - | 2.060 |
| 2023/2024 (em toneladas) | 273 | 42.689 | 273 | 42.689 |
| 2024/2025 (em toneladas) | 80.177 | 2.350 | 80.177 | 2.350 |
| 2025/2026 (em toneladas) | 25 | - | 25 | - |
| | 80.475 | 47.099 | 80.475 | 47.099 |

| Etanol | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Safra** | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| 2022/2023 (m³) | 16.400 | 7.215 | 16.400 | 7.215 |
| | 16.400 | 7.215 | 16.400 | 7.215 |

## Compra de energia elétrica

A Companhia possui compromissos de aquisição de energia a partir de sua Controlada USV com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2028. As quantidades mensais contratadas em MWm estão abaixo demonstradas:

| | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 |
|---|---|---|---|---|
| Março | 3,6 | 5,4 | 6,3 | 4,5 |
| Abril | 3,6 | 5,4 | 6,3 | 4,5 |
| Maio | 3,6 | 5,4 | 6,3 | 4,5 |
| Junho | 3,6 | 5,4 | 6,3 | 4,5 |
| Julho | 3,6 | 5,4 | 6,3 | 4,5 |
| Agosto | 3,6 | 5,4 | 6,3 | 4,5 |
| Setembro | 3,6 | 5,4 | 6,3 | 4,5 |
| Outubro | 3,6 | 5,4 | 6,3 | 4,5 |
| Novembro | 3,6 | 5,4 | 6,3 | 4,5 |
| Dezembro | 3,6 | 5,4 | 6,3 | 4,5 |

Os valores contratados por MWh, abaixo discriminados, são baseados em 01 de janeiro de 2025 e serão reajustados anualmente pelo IPCA.

| Preço de suprimento | Preço (R$/MWh) |
|---|---|
| 01/01/2025 a 31/12/2025 | R$ 86,00 |
| 01/01/2026 a 31/12/2026 | R$ 95,00 |
| 01/01/2027 a 31/12/2027 | R$ 104,00 |
| 01/01/2028 a 31/12/2028 | R$ 116,00 |

# 26 Partes relacionadas

## Operações com pessoal-chave da Administração

### *Remuneração de pessoal-chave da Administração*

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria e membros dos Conselhos de Administração, eleitos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2025 à título de benefícios de curto prazo foram de R$ 9.957 (R$ 9.796 em 31 de março de 2024), registrados no grupo de despesas administrativas, e incluem salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

### *Incentivo de longo prazo*

O Programa de Incentivo de Longo Prazo tem como objetivo reter e remunerar os executivos com base em sua performance diferenciada e no cumprimento das metas estabelecidas pela Companhia. Esse programa fortalece o alinhamento dos executivos com o planejamento estratégico da organização.

Em 31 de julho de 2023, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o Plano de Incentivo de Longo Prazo, no formato de Ações Restritas. Esse plano

prevê a outorga de Ações Restritas a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, vinculando-as à avaliação de performance.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano ILP") tem como propósito incentivar e reter talentos, garantindo que os interesses dos executivos estejam alinhados aos da Companhia e de seus acionistas, reforçando o compromisso com o crescimento sustentável e a criação de valor.

Elegíveis ao programa são Diretor Presidente, Diretor Comercial, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Operações.

A cada outorga são definidas as metas dos indicadores de performance do plano para os próximos 3 anos (as metas são comunicadas e formalizadas no momento de outorga).

Os indicadores abaixo buscam gerar valor para o acionista e aderência ao planejamento estratégico de longo prazo da companhia. As metas são compostas por:

| Indicador | % |
|---|---|
| TSR Absoluto | 10% |
| ROIC | 60% |
| ATR | 10% |
| Painel ESG | 20% |

Após 3 anos de cada outorga, o período de *Vesting* será completamente cumprido e os resultados serão apurados.

O valor contábil do passivo nas demonstrações financeiras atuais, referente ao cálculo do valor justo do Plano de Incentivo de Longo Prazo é de R$1.831.

Os saldos dos planos de emitidos e sua movimentação na data das demonstrações financeiras atuais estão demonstrados a seguir:

| **Plano** | **ILP 23-26** | **ILP 24-27** |
|---|---|---|
| Nº total de membros | 4 | 4 |
| Nº de membros remunerados | 4 | 4 |
| Data da outorga | 01/09/2024 | 01/09/2024 |
| Prazo máximo para entrega das ações | 31/03/2026 | 31/03/2027 |
| Quantidade de ações outorgadas (A) | 482.629 | 478.829 |
| Valor justo das ações na data da outorga (B) (R$) | 7,01 | 7,01 |
| Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B) | 3.383 | 3.357 |

## *Outras transações com partes relacionadas*

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico.

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo | | Resultado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| **Circulante** | | | | | | |
| Bancos conta movimento (nota 3) (c) | 679 | 492 | - | - | - | - |
| Aplicações financeiras (nota 3) (c) | 77.472 | 10.344 | - | - | 5.473 | 4.024 |
| Estoques (nota 6) | - | - | - | - | (15) | (179) |
| | 78.151 | 10.836 | - | - | 5.458 | 3.845 |
| **Dividendos a receber** | | | | | | |
| Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S/A | - | 7.765 | - | - | - | - |
| Albioma Codora Energia S.A. | 2.180 | - | - | - | - | - |
| Albioma Esplanada Energia S.A. | 2.610 | 3.888 | - | - | - | - |
| | 4.790 | 11.653 | - | - | - | - |
| **Circulante** | | | | | | |
| **Clientes e fornecedores (nota 5) (nota 12)** | | | | | | |
| Albioma Codora Energia S/A (a) (b) | - | - | - | - | (8.955) | 1.693 |
| Albioma Esplanada Energia S/A. | - | - | - | - | (841) | (445) |
| Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda | 1 | 81 | 17.389 | - | (16.439) | 596 |
| Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S/A | - | 5 | - | - | 55 | 60 |
| Vera Cruz Agropecuária Ltda | - | - | - | - | 9 | 11 |
| Solo Verde S.A. | 28 | - | - | - | (108) | 441 |
| Remuneração de garantias a acionistas (h) | - | - | 273 | 514 | (1.363) | (2.730) |
| BENRI - Classificação da Produção | | - | 3 | - | (157) | - |
| Cerejeira Transportes LTDA | | - | - | - | (1.352) | - |
| Transucesso Transportes LTDA | - | - | - | - | (2.742) | - |
| CTC - Centro de Tecnologia Canavieira | - | - | - | - | (6.866) | - |
| | 29 | 86 | 17.665 | 514 | (38.759) | (374) |
| **Outras contas a pagar** | | | | | | |
| Incentivo de longo prazo | - | - | 1.831 | - | (1.831) | - |
| Jalles Bioenergia S.A. | - | - | 20.265 | - | - | - |
| | - | - | 22.096 | - | (1.831) | - |
| **Não Circulante (Nota 5)** | | | | | | |
| Purolim S/A | - | 525 | - | - | 46 | 62 |
| | - | 525 | - | - | 46 | 62 |
| **Direitos de uso e Arrendamentos (Nota 24)** | | | | | | |
| **Parcerias agrícolas** | | | | | | |
| Agropecuária Baptista De Siqueira L | 18.152 | 19.271 | 17.699 | 18.790 | (3.710) | (3.217) |
| Antônio Fernando Abrahão de Morais | 1.937 | 3.118 | 1.734 | 2.791 | (305) | (508) |
| Cl Morais Agropecuária & Planejamen | 26.431 | 21.113 | 27.254 | 21.770 | (6.014) | (3.586) |
| Claudia Abrahão de Morais | 933 | - | 913 | - | (212) | - |
| Claudio Ferreira de Morais | 3.725 | 5.211 | 3.783 | 5.292 | (847) | (881) |
| Conpar Construtora Paranaíba Ltda | 1.482 | 627 | 1.474 | 624 | (153) | (105) |
| Jair Lage de Siqueira Neto | 513 | 886 | 501 | 865 | (117) | (148) |
| Joao Pedro Braollos Neto | 21.903 | 23.189 | 20.139 | 21.321 | (4.732) | (3.805) |
| Luiz Cesar Vaz de Melo E Outros | 1.641 | 1.477 | 1.683 | 1.515 | (349) | (250) |
| Manoel Castro de Arantes | 20.257 | 18.791 | 20.051 | 18.600 | (5.796) | (3.151) |
| Maria de Bethânia Neves Carvalho La | 355 | - | 394 | - | (81) | - |
| Maria de Lourdes de Souza Brito | 147 | - | 93 | - | (37) | - |
| Maria de Lourdes Mattiazzo | 3.979 | 4.262 | 3.703 | 3.966 | (906) | (702) |
| Morais Participações e Empreendimen | 12.077 | 11.113 | 12.308 | 11.326 | (2.747) | (1.881) |
| Oiapoque Participações Ltda | 35.563 | 33.726 | 35.604 | 33.765 | (7.670) | (5.675) |
| Otavio Jose Baptista de Siqueira | 1.765 | 1.883 | 1.574 | 1.679 | (402) | (307) |
| Pedro Henrique Machado Roncato | 2.069 | 2.076 | 2.060 | 2.067 | (303) | (349) |
| Planagri S A | 62.767 | 73.183 | 61.395 | 71.583 | (12.089) | (12.229) |
| Raul Tadeu B.Siq.-Cond.S.Pedro | 16.680 | 16.573 | 16.737 | 16.630 | (3.795) | (2.791) |
| Raul Tadeu Batista de Siqueira e Ou | 9.439 | 9.297 | 9.555 | 9.411 | (2.147) | (1.570) |
| Rouzane de Oliveira Silva | 4.908 | 2.460 | 3.735 | 1.872 | (922) | (384) |
| Sara Kinjo Esber | 85.584 | 84.515 | 81.817 | 80.795 | (16.923) | (14.025) |
| Silvia Regina Fontoura de Siqueira | 3.093 | 498 | 2.754 | 443 | (673) | (81) |
| Solo Verde S A | 124.899 | 101.542 | 129.059 | 104.923 | (18.244) | (17.256) |
| Tropical Hevea Agropecuária Ltda | 1.018 | - | 655 | - | (243) | - |
| Vera Cruz Agro Pecuária Ltda | 45.959 | 43.175 | 47.386 | 44.516 | (10.457) | (7.332) |
| **Total** | 507.276 | 477.986 | 504.060 | 474.544 | (99.874) | (80.233) |
| **Circulante** | **-** | **-** | **43.556** | **30.746** | **-** | **-** |
| **Não circulante** | **507.276** | **477.986** | **460.504** | **443.797** | **-** | **-** |
| **Imóveis e planta industrial** | | | | | | |

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo | | Resultado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A. (e) | - | 8.626 | - | 11.974 | (33.407) | (507) |
| Solo Verde S.A. | 2.482 | 2.709 | 2.478 | 2.482 | (507) | (40.176) |
| **Total** | 2.482 | 11.335 | 2.478 | 14.456 | (33.914) | (40.683) |
| **Circulante** | - | - | 433 | 12.147 | - | - |
| **Não circulante** | 2.482 | 2.482 | 2.045 | 2.308 | - | - |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | | Passivo | | Resultado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| **Circulante** | | | | | | |
| Bancos conta movimento (nota 3) (c) | 680 | 5.946 | - | - | - | - |
| Aplicações financeiras (nota 3) (c) | 77.472 | 65.227 | - | - | 5.872 | 8.071 |
| Estoques (nota 6) | - | 38 | - | - | (15) | (179) |
| | 78.152 | 71.211 | - | - | 5.857 | 7.892 |
| **Dividendos** | | | | | | |
| Albioma Codora Energia S.A. | 2.180 | - | - | - | - | - |
| Albioma Esplanada Energia S.A. | 2.610 | 3.888 | - | - | - | - |
| | 4.790 | 3.888 | - | - | - | - |
| **Circulante** | | | | | | |
| **Clientes e fornecedores** | | | | | | |
| Vera Cruz Agropecuária Ltda | - | - | - | - | 9 | 11 |
| Solo Verde S.A. (i) | 28 | - | - | - | (108) | 441 |
| Albioma Codora Energia S/A | - | - | - | - | (8.955) | 1.693 |
| Albioma Esplanada Energia S/A. | - | - | - | - | (841) | (445) |
| Remuneração de garantias a acionistas (h) | - | - | 273 | 514 | (1.363) | (2.730) |
| BENRI - Classificação da Produção | - | - | 3 | - | (157) | - |
| Cerejeira Transportes LTDA | - | - | - | - | (1.352) | - |
| Transucesso Transportes LTDA | - | - | - | - | (2.742) | - |
| CTC - Centro de Tecnologia Canavieira | - | - | - | - | (6.866) | - |
| | 28 | - | 276 | 514 | (22.375) | (1.030) |
| **Outras contas a pagar** | | | | | | |
| Incentivo de longo prazo | - | - | 1.831 | - | (1.831) | - |
| **Não Circulante - Contas a receber (nota 5)** | | | | | | |
| Solo Verde S.A. (i) | - | 682 | - | - | - | - |
| | - | 682 | - | - | - | - |
| **Direitos de uso e Arrendamentos (Nota 24)** | | | | | | |
| **Parcerias agrícolas** | | | | | | |
| Agropecuária Baptista De Siqueira L | 18.152 | 19.271 | 17.699 | 18.790 | (3.710) | (3.217) |
| Antônio Fernando Abrahão de Morais | 1.937 | 3.118 | 1.734 | 2.791 | (305) | (508) |
| Cl Morais Agropecuária & Planejamento | 26.431 | 21.113 | 27.254 | 21.770 | (6.014) | (3.586) |
| Claudia Abrahão de Morais | 933 | - | 913 | - | (212) | - |
| Claudio Ferreira de Morais | 3.725 | 5.211 | 3.783 | 5.292 | (847) | (881) |
| Conpar Construtora Paranaíba Ltda | 1.482 | 627 | 1.474 | 624 | (153) | (105) |
| Jair Lage de Siqueira Neto | 513 | 886 | 501 | 865 | (117) | (148) |
| Joao Pedro Braollos Neto | 21.903 | 23.189 | 20.139 | 21.321 | (4.732) | (3.805) |
| Luiz Cesar Vaz de Melo E Outros | 1.641 | 1.477 | 1.683 | 1.515 | (349) | (250) |
| Manoel Castro de Arantes | 20.257 | 18.791 | 20.051 | 18.600 | (5.796) | (3.151) |
| Maria de Bethânia Neves Carvalho La | 355 | - | 394 | - | (81) | - |
| Maria de Lourdes de Souza Brito | 147 | - | 93 | - | (37) | - |
| Maria de Lourdes Mattiazzo | 3.979 | 4.262 | 3.703 | 3.966 | (906) | (702) |
| Morais Participações e Empreendimen | 12.077 | 11.113 | 12.308 | 11.326 | (2.747) | (1.881) |
| Oiapoque Participações Ltda | 35.563 | 33.726 | 35.604 | 33.765 | (7.670) | (5.675) |
| Otavio Jose Baptista de Siqueira | 1.765 | 1.883 | 1.574 | 1.679 | (402) | (307) |
| Pedro Henrique Machado Roncato | 2.069 | 2.076 | 2.060 | 2.067 | (303) | (349) |
| Planagri S A | 62.767 | 73.183 | 61.395 | 71.583 | (12.089) | (12.229) |
| Raul Tadeu B.Siq.-Cond.S.Pedro | 16.680 | 16.573 | 16.737 | 16.630 | (3.795) | (2.791) |
| Raul Tadeu Batista de Siqueira e Ou | 9.439 | 9.297 | 9.555 | 9.411 | (2.147) | (1.570) |
| Rouzane de Oliveira Silva | 4.908 | 2.460 | 3.735 | 1.872 | (922) | (384) |
| Sara Kinjo Esber | 85.584 | 84.515 | 81.817 | 80.795 | (16.923) | (14.025) |
| Silvia Regina Fontoura de Siqueira | 3.093 | 498 | 2.754 | 443 | (673) | (81) |
| Solo Verde S A | 124.899 | 101.542 | 129.059 | 104.923 | (18.244) | (17.256) |
| Tropical Hevea Agropecuária Ltda | 1.018 | - | 655 | - | (243) | - |
| Vera Cruz Agro Pecuária Ltda | 45.959 | 43.175 | 47.386 | 44.516 | (10.457) | (7.332) |
| **Total** | 507.276 | 477.986 | 504.060 | 474.544 | (99.874) | (80.233) |
| **Circulante** | **-** | **-** | **43.556** | **30.746** | **-** | **-** |
| **Não circulante** | **507.276** | **477.986** | **460.504** | **443.797** | **-** | **-** |
| **Imóveis e planta industrial** | | | | | | |
| Solo Verde S.A. | 2.482 | 2.709 | 2.478 | 2.482 | (507) | (40.176) |
| **Total** | 2.482 | 2.709 | 2.478 | 2.482 | (507) | (40.176) |
| **Circulante** | - | 227 | 433 | 174 | - | - |
| **Não circulante** | 2.482 | 2.482 | 2.045 | 2.308 | - | - |

(a) Venda de mercadorias e prestação de serviços diversos para a coligada Albioma Codora Energia S.A. e Albioma Esplanada Energia S.A.

(b) Aquisição e venda de mercadorias e serviços da coligada Albioma Esplanada Energia S.A. e Albioma Esplanada Energia S.A.

(c) Saldo correspondente a conta corrente e aplicações financeiras com incidência de juros à remuneração de mercado junto ao Banco Coopercred, cooperativa de crédito onde a Companhia é cotista.

(d) Parcerias agrícolas são com os acionistas e Companhias do mesmo grupo econômico, para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2) / IFRS 16. O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana utilizando o mix de produtos e preços praticados pela Jalles Machado S.A.. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, capacidade de irrigação, viabilidade de produção de cana orgânica, extensão da fazenda, distância, qualidade do solo, relevo e interesse estratégico, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.

(e) Contrato de arrendamento de parque industrial da controlada Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A onde a Companhia tem instalada a filial Unidade Otávio Lage e de imóveis urbanos arrendados da Agrojalles S.A.

(f) Direitos de uso de terras arrendadas em modalidade de parcerias agrícolas. Parcerias agrícolas acionistas e Companhias do mesmo grupo econômico para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007), passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2) / IFRS 16. O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana utilizando o mix de produtos e preços praticados pela Jalles Machado S.A.. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, capacidade de irrigação, viabilidade de produção de cana orgânica, extensão da fazenda, distância, qualidade do solo, relevo e interesse estratégico, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.

(g) Direito de uso sobre o arrendamento de parque industrial entre a Controladora e a Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.

(h) Remuneração de garantias (reais e fidejussórias) prestadas em contratos financeiros celebrados pela Jalles Machado S.A., alguns acionistas assumiram responsabilidade solidária para o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias. Prazo: prazo de duração de cada contrato financeiro, ou seja, enquanto perdurar a garantia. Taxa de remuneração: 1,60% a.a, equivalente a 80% do valor da carta fiança bancária – conforme cotação realizada com três instituições bancárias de grande porte.

Em 31 de março de 2025 e 2024 as garantias cedidas pelos acionistas para cobertura de dívidas da empresa eram distribuídas da seguinte forma:

| **Grupo** | **2025** | **2024** |
|---|---|---|
| Agrojalles S.A | 18.301 | 45.858 |
| Condomínio Ferradura | 3.935 | 5.133 |
| Família Braoios | 4.867 | 6.718 |
| Família Jair Lage | 26.808 | 37.007 |
| Grupo Gissara | 2.716 | 4.698 |
| Grupo Otávio Lage | 25.128 | 53.810 |
| Luiz César V. de O. Melo | 485 | 577 |
| | **82.240** | **153.801** |

(i) Venda de 25% da aeronave para a Solo Verde S.A. conforme contrato firmado entre as partes em 07 de dezembro de 2021. A Agrojalles S.A. pagou em 22 de dezembro 2021 o correspondente à 25% da diferença entre o valor de mercado da aeronave e o saldo devedor do financiamento e pagará o percentual equivalente a 25% do valor de cada parcela vincenda da dívida contratada em 20 de julho de 2018. Na data de celebração do contrato restavam 33 parcelas a serem pagas.

Em 22 de abril de 2015 a Companhia firmou contrato com sua coligada Albioma Codora Energia S.A. com o objeto reunir ativos, insumos, recursos técnicos, humanos e financeiros das partes para produzir energia elétrica e vapor d´água, que utiliza biomassa (bagaço e palha de cana-de-açúcar, cavaco de madeira, serragem, dentre outros

compostos) e tem vigência até 15 de março de 2035, sendo a Companhia a responsável pelo fornecimento dos insumos, recebendo em troca energia elétrica.

**Benefícios a empregados**

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, educação, entre outros.

A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Alimentação | 28.584 | 26.302 | 29.794 | 27.285 |
| Transporte | 30.795 | 28.645 | 43.518 | 39.140 |
| Participação nos lucros | 16.045 | 11.360 | 16.045 | 13.873 |
| Assistência médica/odontológica | 8.027 | 6.830 | 15.305 | 23.649 |
| Educação | 1.926 | 1.706 | 1.926 | 1.706 |
| Bolsa de estudos | 52 | 85 | 52 | 85 |
| Outros | 23.020 | 22.565 | 23.556 | 22.653 |
| | **108.449** | **97.493** | **130.196** | **128.391** |

# 27 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possui dois segmentos operacionais de negócio: 1 - Açúcar, Etanol e derivados do processo agroindustrial da cana-de-açúcar (AED); e 2 – Energia elétrica. As atividades apresentadas na coluna “Outros” não se qualificam como segmentos operacionais e representam atividades não alocadas a segmentos.

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a Diretoria Executiva conforme as alçadas estabelecidas no processo implementado pela Companhia e suas controladas.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos processos industriais pela Companhia e pelas suas controladas, compondo os seguintes seguimentos:

- Açúcar, etanol e derivados do processo agroindustrial da cana-de-açúcar (AED).

- Energia elétrica.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por negócio, com foco na rentabilidade:

| | 2025 | | |
|---|---|---|---|
| | **AED Goiás** | **AED Minas Gerais** | **Total** |
| Receita Bruta | | | |
| Mercado interno | | | |
| Etanol | 643.420 | 462.177 | 1.105.597 |
| Açúcar branco | 624.229 | - | 624.229 |
| Açúcar orgânico | 49.308 | - | 49.308 |
| Soja | 2.229 | 1.086 | 3.315 |
| Energia elétrica | - | 113.007 | 113.007 |
| Saneantes | 30.486 | - | 30.486 |
| Derivados de levedura | 6.737 | - | 6.737 |
| CBIOS | 15.277 | 16.810 | 32.087 |
| Outras vendas | 4.151 | 1.419 | 5.570 |
| | 1.375.837 | 594.499 | 1.970.336 |
| Mercado externo | | | |
| Açúcar branco | 262.603 | 162.911 | 425.514 |
| Açúcar orgânico | 240.335 | - | 240.335 |
| | 502.938 | 162.911 | 665.849 |
| ( - ) Impostos, contr. e deduções sobre vendas | (188.318) | (109.956) | (298.274) |
| Receita Líquida | **1.690.457** | **647.454** | **2.337.911** |
| Custo dos produtos vendidos | (1.157.980) | (585.664) | (1.743.644) |
| Variação do Valor Justo do Ativo Biológico | 36.668 | 7.935 | 44.603 |
| Lucro bruto | **569.145** | **69.725** | **638.870** |
| Despesas com vendas | (177.089) | (31.453) | (208.542) |
| Demais despesas operacionais, líquidas | 7.196 | 26.041 | 33.237 |
| Lucro operacional | **399.252** | **64.313** | **463.565** |
| Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial | 8.325 | - | 8.325 |
| Resultado financeiro | (559.534) | (58.624) | (618.158) |
| Resultado antes dos tributos | **(151.957)** | **5.689** | **(146.268)** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | 129.685 | (39.367) | 90.318 |
| Resultado do exercício | **(22.272)** | **(33.678)** | **(55.950)** |

| | 2024 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **AED Goiás** | **AED Minas Gerais** | **Energia** | **Outros** | **Total** |
| Receita Bruta | | | | | |
| Mercado interno | | | | | |
| Etanol | 440.953 | 467.931 | - | - | 908.884 |
| Açúcar branco | 706.645 | - | - | - | 706.645 |
| Açúcar orgânico | 35.618 | - | - | - | 35.618 |
| Soja | 2.909 | - | - | - | 2.909 |
| Energia elétrica | - | - | 106.701 | - | 106.701 |
| Saneantes | 46.082 | - | - | - | 46.082 |
| Derivados de levedura | 8.061 | - | - | - | 8.061 |
| CBIOS | 40.924 | 29.732 | - | - | 70.656 |
| Outras vendas | 5.871 | 861 | 7.605 | - | 14.337 |
| | 1.287.063 | 498.524 | 114.306 | - | 1.899.893 |
| Mercado externo | | | | | |
| Açúcar branco | 73.047 | - | - | - | 73.047 |
| Açúcar orgânico | 227.163 | - | - | - | 227.163 |
| | 300.210 | - | - | - | 300.210 |
| ( - ) Impostos, contr. e deduções sobre vendas | (178.787) | (93.105) | (17.217) | (1.466) | (290.575) |
| Receita Líquida | **1.408.486** | **405.419** | **97.089** | **(1.466)** | **1.909.528** |
| Custo dos produtos vendidos | (806.108) | (494.085) | (57.735) | - | (1.357.928) |
| Variação do Valor Justo do Ativo Biológico | (62.955) | 44.727 | - | - | (18.228) |
| Lucro bruto | **539.423** | **(43.939)** | **39.354** | **(1.466)** | **533.372** |
| Despesas com vendas | (133.805) | (4.383) | - | - | (138.188) |
| Demais despesas operacionais, líquidas | 7.018 | (24.908) | (15.676) | 120 | (33.446) |
| Lucro operacional | **412.636** | **(73.230)** | **23.678** | **(1.346)** | **361.738** |
| Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial | 13.146 | - | - | - | 13.146 |
| Resultado financeiro | (300.720) | (26.563) | (10.534) | 4.078 | (333.739) |
| Resultado antes dos tributos | 125.062 | (99.793) | 13.144 | 2.732 | 41.145 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | 74.680 | (21.433) | (3.515) | (5.759) | 43.973 |
| Resultado do exercício | **199.742** | **(121.226)** | **9.629** | **(3.027)** | **85.118** |

No exercício findo em 31 de março de 2025, um cliente da Companhia respondeu por 10,61% das receitas líquidas do segmento de Açúcar, Etanol e Derivados em Goiás. (nenhum cliente respondeu por 10% ou mais das receitas líquidas no exercício findo em 31 de março de 2024). No exercício findo em 31 de março de 2025, dois clientes responderam por 24% das receitas líquidas do segmento de Açúcar, Etanol e Derivados em Minas Gerais e um cliente responderam por 10% das receitas líquidas no segmento de Energia Elétrica em Minas Gerais (no mesmo período em 2024, nenhum cliente respondeu por 10% ou mais das receitas líquidas do segmento de Açúcar, Etanol e Derivados em Goiás, um cliente respondeu por 25,97% das receitas líquidas do segmento de Açúcar, Etanol e Derivados em Minas Gerais e um cliente respondeu por 10,76% ou mais das receitas líquidas do segmento de Energia Elétrica em Minhas Gerais).

Os quadros abaixo apresentam a receita da Companhia e suas controladas por região geográfica:

| | 2025 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Controladora | | | Consolidado | | |
| | **Receita Bruta** | **Impostos e devoluções** | **Receita Líquida** | **Receita Bruta** | **Impostos e devoluções** | **Receita Líquida** |
| Mercado externo | | | | | | |
| América do Norte | 180.822 | - | 180.822 | 180.822 | - | 180.822 |
| América do Sul (ex-Brasil) | 825 | - | 825 | 825 | - | 825 |
| Europa | 329.594 | - | 329.594 | 475.125 | - | 475.125 |
| Oceania | 1.352 | - | 1.352 | 1.352 | - | 1.352 |
| Oriente Médio e Ásia | 7.725 | - | 7.725 | 7.725 | - | 7.725 |
| | 520.318 | - | 520.318 | 665.849 | - | 665.849 |
| Mercado interno | | | | | | |
| Centro-Oeste | 547.003 | (74.793) | 472.210 | 615.339 | (85.887) | 529.452 |
| Nordeste | 428.474 | (55.092) | 373.382 | 506.150 | (64.618) | 441.532 |
| Norte | 149.038 | (18.900) | 130.138 | 165.292 | (20.263) | 145.029 |
| Sudeste | 221.845 | (33.543) | 188.302 | 647.867 | (122.169) | 525.698 |
| Sul | 29.719 | (4.771) | 24.948 | 35.688 | (5.337) | 30.351 |
| | 1.376.079 | (187.099) | 1.188.980 | 1.970.336 | (298.274) | 1.672.062 |
| Total | **1.896.397** | **(187.099)** | **1.709.298** | **2.636.185** | **(298.274)** | **2.337.911** |

| | 2024 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Controladora | | | Consolidado | | |
| | **Receita Bruta** | **Impostos e devoluções** | **Receita Líquida** | **Receita Bruta** | **Impostos e devoluções** | **Receita Líquida** |
| Mercado externo | | | | | | |
| África | 11.308 | | 11.308 | 11.308 | | 11.308 |
| América do Norte | 200.195 | - | 200.195 | 200.195 | - | 200.195 |
| América do Sul (ex-Brasil) | 11.980 | - | 11.980 | 11.980 | - | 11.980 |
| Europa | 65.331 | - | 65.331 | 65.331 | - | 65.331 |
| Oceania | 2.452 | - | 2.452 | 2.452 | - | 2.452 |
| Oriente Médio e Ásia | 8.944 | - | 8.944 | 8.944 | - | 8.944 |
| | 300.210 | - | 300.210 | 300.210 | - | 300.210 |
| Mercado interno | | | | | | |
| Centro-Oeste | 536.287 | (61.083) | 475.204 | 577.893 | (68.151) | 509.742 |
| Nordeste | 353.531 | (56.182) | 297.349 | 391.252 | (60.303) | 330.949 |
| Norte | 114.162 | (19.245) | 94.917 | 120.377 | (19.827) | 100.550 |
| Sudeste | 249.040 | (36.994) | 212.046 | 771.827 | (136.507) | 635.320 |
| Sul | 33.468 | (5.282) | 28.186 | 38.544 | (5.787) | 32.757 |
| | 1.286.488 | (178.786) | 1.107.702 | 1.899.893 | (290.575) | 1.609.318 |
| Total | **1.586.698** | **(178.786)** | **1.407.912** | **2.200.103** | **(290.575)** | **1.909.528** |

## Ativos e passivos operacionais por segmento

Os ativos e passivos operacionais da Companhia e suas controladas foram segregados por segmento e estão abaixo apresentados.

| | AED | | | Energia | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **31/03/2025 Goiás** | **31/03/2025 Minas Gerais** | **31/03/2024** | **31/03/2024** | **31/03/2025** | **31/03/2024** |
| **Circulante** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.134.917 | 102.425 | 1.027.895 | 21.968 | 1.237.342 | 1.049.863 |
| Caixa restrito | 3.486 | - | 17.453 | - | 3.486 | 17.453 |
| Contas a receber e outros recebíveis | 50.102 | 40.147 | 99.975 | 26.100 | 90.249 | 126.075 |
| Estoques | 153.569 | 59.022 | 218.863 | 5.985 | 212.591 | 224.848 |
| Adiantamento a fornecedores | 1.659 | 718 | 2.678 | 596 | 2.377 | 3.274 |
| Ativos biológicos | 452.154 | 162.385 | 531.263 | - | 614.539 | 531.263 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 28.861 | - | 61.765 | - | 28.861 | 61.765 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 51.537 | 12.399 | 51.850 | 573 | 63.936 | 52.423 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 41.636 | 313 | 41.586 | 8 | 41.949 | 41.594 |
| Dividendos a receber | 4.790 | - | 3.888 | - | 4.790 | 3.887 |
| Outros ativos | 470 | 611 | 7.047 | 791 | 1.081 | 7.838 |
| **Total do ativo circulante** | 1.193.181 | 378.020 | 2.064.263 | 56.021 | 2.301.201 | 2.120.283 |
| **Não circulante** | | | | | | |
| **Realizável a longo prazo** | | | | - | | |
| Caixa restrito | 1.362 | - | 2.129 | - | 1.362 | 2.129 |
| Contas a receber e outros recebíveis | 7.974 | 42.918 | 54.532 | - | 50.892 | 54.532 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 15.962 | - | 86.765 | - | 15.962 | 86.765 |
| Impostos diferidos | 10.000 | - | 24.992 | 24.992 | 10.000 | 24.992 |
| Depósitos judiciais | 73.339 | 1.267 | 65.558 | 43 | 74.606 | 65.601 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 20.463 | 104.216 | 95.931 | 6.105 | 124.679 | 102.036 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | - | 683 | 482 | 8 | 683 | 490 |
| **Total do realizável a longo prazo** | 129.100 | 149.084 | 330.389 | 31.148 | 278.184 | 336.545 |
| **Investimentos** | 88.593 | 2 | 89.652 | - | 88.595 | 89.652 |
| **Imobilizado** | 1.728.843 | 1.166.234 | 2.557.468 | 162.211 | 2.895.077 | 2.719.679 |
| **Direitos de uso** | 976.148 | 577.661 | 1.421.028 | - | 1.553.809 | 1.421.028 |
| **Intangível** | 16.673 | 4.067 | 13.529 | 1.224 | 20.740 | 14.753 |
| | 2.810.257 | 1.747.964 | 4.081.677 | 163.435 | 4.558.221 | 4.245.112 |
| **Total do ativo não circulante** | 2.939.357 | 1.897.048 | 4.412.066 | 194.583 | 4.836.405 | 4.581.657 |
| **Total do ativo** | 4.862.538 | 2.275.068 | 6.476.329 | 250.604 | 7.137.606 | 6.701.940 |

| | AED | | | Energia | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | **31/03/2025 Goiás** | **31/03/2025 Minas Gerais** | **31/03/2024** | **31/03/2024** | **31/03/2025** | **31/03/2024** |
| **Circulante** | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 567.215 | 8.025 | 229.699 | 7.878 | 575.240 | 237.577 |
| Arrendamentos a pagar | 87.807 | 90.675 | 149.069 | - | 178.482 | 149.069 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 70.957 | 64.180 | 114.516 | 44.873 | 135.137 | 159.389 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 56.785 | 4.806 | 88.015 | - | 61.591 | 88.015 |
| Provisões e encargos trabalhistas | 32.377 | 11.117 | 43.172 | 1.435 | 43.494 | 44.607 |
| Obrigações fiscais | 11.427 | 10.470 | 18.244 | 2.295 | 21.897 | 20.539 |
| Dividendos a pagar | - | - | 3.179 | 1.596 | - | 4.775 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 6.753 | 466 | 1.377 | 1.106 | 7.219 | 2.483 |
| Adiantamento de clientes | 19.773 | 7.753 | 28.859 | 91 | 27.526 | 28.950 |
| **Total do passivo circulante** | 853.094 | 197.492 | 676.130 | 59.274 | 1.050.586 | 735.404 |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 2.341.519 | 60.318 | 2.331.813 | 67.363 | 2.401.837 | 2.399.176 |
| Arrendamentos a pagar | 891.165 | 500.976 | 1.230.657 | - | 1.392.141 | 1.230.657 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 208.114 | 2.336 | 85.243 | - | 210.450 | 85.243 |
| Impostos diferidos | - | 20.015 | 172.333 | - | 20.015 | 147.340 |
| Obrigações fiscais | 1.878 | - | 7.377 | - | 1.878 | 7.377 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 2.246 | - | 419 | - | 2.246 | 419 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 12.943 | - | - | - | 12.943 | - |
| Provisões para contingências | 19.206 | 23.134 | 21.566 | - | 42.340 | 21.566 |
| **Total do passivo não circulante** | 3.477.071 | 606.779 | 3.849.408 | 67.363 | 4.083.850 | 3.891.778 |
| **Total do passivo** | 4.330.165 | 804.271 | 4.525.538 | 126.637 | 5.134.436 | 4.627.182 |

# 28 Demonstrações dos fluxos de caixa

## Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, foram gastos com aquisições de ativos imobilizados R$ 245.175 na controladora (R$ 301.976 em 31 de março de 2024) e de R$ 428.973 no consolidado (R$ 520.447 em 31 de março de 2024) da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2025** | **2024** | **2025** | **2024** |
| Custo com aquisição imobilizado | 425.711 | 508.327 | 734.408 | 858.928 |
| Saldo de fornecedor no fim do período | (3.889) | (14.815) | (7.788) | (29.202) |
| Aquisição Plantio | (176.164) | (192.436) | (297.278) | (309.279) |
| | **245.658** | **301.076** | **429.342** | **520.447** |

# 29 Eventos subsequentes

## Assinatura de Contrato de Compromisso de Investimento para a produção e comercialização de biometano

Em 29 de abril de 2025 a Companhia divulgou fato relevante informando que assinou Contrato de Compromisso de Investimentos com a Albioma Participações do Brasil Ltda ("Albioma") e a Albioma Codora Energia S.A. ("ACE"), contendo os termos e condições para viabilizar a produção e comercialização de biometano, obtido por meio da purificação do biogás existente, resultante do processamento da totalidade da vinhaça da cana-de-açúcar produzida na unidade Otávio Lage (UOL).

O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, incluindo, mas não se limitando, à obtenção de financiamento, assinatura de contrato de venda de biometano e aspectos regulatórios. Caso concretizado, o projeto de conversão da produção de biogás em biometano, está previsto para entrar em operação a partir de 2026.

A estrutura de operação e financiamento do projeto consistirá em:
- Produção estimada de biometano de até 10 milhões Nm³ por ano
- Participações acionárias respectivas da Jalles e da Albioma no projeto de 49% e 51%
- Financiamento via linha incentivada do BNDES ou equivalente
- Prazo da parceria: Até 31 de dezembro de 2046.

## Emissão de Debêntures

Em 29 de abril de 2025 a Companhia divulgou fato relevante informando que em reunião do Conselho de Administração, foi deliberado pela realização da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries ("Debêntures"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160"), sob o regime de garantia firme de colocação para o valor total da emissão.

Serão emitidas até 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures, em 2 (duas) séries. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais).

* * *

# Conselho de Administração

Oscar de Paula Bernardes Neto
Presidente e Conselheiro Independente

Alexandre Lahóz Mendonça de Barros
Vice-Presidente e Conselheiro Independente

Plinio Mário Nastari
Conselheiro Executivo

Otávio Lage de Siqueira Filho
Membro

Silvia Regina Fontoura de Siqueira
Membro

Clóvis Ferreira de Morais
Membro

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho
Membro

# Diretoria executiva

Otávio Lage de Siqueira Filho
Diretor Presidente

Rodrigo Penna de Siqueira
Diretor Financeiro

Henrique Penna de Siqueira
Diretor Comercial

Joel Soares Alves da Silva
Diretor de Operações

**Contador**
Nelson Gomes da Silva Neto
CRC/GO nº 011107/O-2

**Jalles Machado S.A.**
Companhia Aberta
CNPJ 02.635.522/0001-95
NIRE 52.30000501-9

# Comentários sobre o comportamento das projeções empresariais

O resultado operacional da safra 2024/25 ficou próximo das projeções que foram divulgadas pela Companhia, em 20 de junho de 2024. O volume de moagem de cana-de-açúcar foi recorde, 7.868,5 mil toneladas, contudo 4,4% abaixo das projeções devido por desafios climáticos significativos na USV. As altas temperaturas ao longo de 2024 e a prolongada estiagem em Santa Vitória-MG impactaram negativamente a formação do canavial, resultando em uma produtividade abaixo do potencial na USV. Além disso, o plantio foi atrasado tanto na expansão quanto na renovação do canavial, devido à ausência de chuvas durante a safra e ao excesso de precipitações no final da colheita, especialmente em novembro de 2024.

No encerramento da safra 2023/24, o Capex Recorrente somou R$ 447,5 milhões, 23,5% superior aos R$ 362,2 milhões projetado. Houve avanço nos investimentos em renovação do canavial em todas as Unidades, com ênfase na USV para aumento da produtividade e introdução de melhorias no campo.

A execução do Capex Expansão com a ampliação IPO alcançou R$ 80,7 milhões, sendo 38,9% menor que os R$ 132,0 milhões no período 2022/23. Esta conta se refere aos recursos do IPO que são aplicados na Companhia para incremento na produção e produtividade da UJM e UOL e a construção da Fábrica de Açúcar VHP da USV. Já o Capex Expansão IPO – ativo biológico, somou R$ 33,8 milhões, 25,1% inferior ao divulgado nas projeções. A diferença entre os valores divulgados nas projeções e o realizado é explicado pelo adiamento de alguns investimento para a safra seguinte, 2024/25.

Ao final do período, o Capex Recorrente somou R$ 458,3 milhões. Apesar dos atrasos provocados pelas condições climáticas adversas no 3T25, o capex recorrente do plantio de renovação fechou a safra 24/25 com apenas 1,6% de aumento versus a safra passada, mesmo com um incremento da área plantada de 6,2%. Esse efeito decorre do plantio sem a necessidade de irrigação devido a umidade residual do período chuvoso durante o 4T25.

Na visão da safra 24/25, a variação dos gastos com a manutenção de entressafra aumentou 3,3% versus a safra 23/24, abaixo da inflação do período.

O Capex de Expansão acumulado na safra apresentou queda de 52,2%, em função da conclusão dos investimentos ligados ao IPO e à fábrica de açúcar VHP, que apresentaram retrações de 79,7% e 49,1%, respectivamente. O plantio de expansão foi impactado pela fase final do plano de crescimento definido no IPO, que visa ampliar a área de canavial para suportar um incremento de 1 milhão de toneladas na capacidade de moagem. Como resultado, o ciclo atual encerrou em R$ 50,6 milhões, representando uma redução de 24,0% em relação à safra anterior.

Por outro lado, o Capex de Ampliação e Melhoria totalizou R$ 160,2 milhões no acumulado da safra, avanço de 4,4% sobre a safra 2023/24. Considerando os tratos culturais, que cresceu 11,5% principalmente devido à renovação do canavial, o Capex totalizou R$ 1.184,5 milhões ao final do período.



Fazenda São Pedro – Rod. GO-080, Km 185
Zona Rural, Goianésia-GO – CEP 76388-899
Tel.: (62) 3389-9000
www.jalles.com

IGC-NM B3 ITAG B3 IGC B3 JALL B3 LISTED NM

Jalles

**Jalles Machado S.A.**
Companhia Aberta
CNPJ 02.635.522/0001-95
NIRE 52.30000501-9

| Dados de Produção | Guidance 2024/25 | Safra 2024/25R | Δ% |
|---|---|---|---|
| Processamento de cana (mil/t) | 8.230,0 | 7.868,5 | -4,4% |
| % Capacidade de Produção | 91,4% | 87,4% | 4,0 p.p. |
| Produtividade - TCH (t/ha) | 84,4 | 84,2 | -0,2% |
| Unidade Jalles Machado | 95,5 | 97,5 | 2,1% |
| Unidade Otávio Lage | 97,3 | 90,0 | -7,5% |
| Unidade Santa Vitória | 71,5 | 65,4 | -8,5% |
| ATR Médio (kg/t) | 141,4 | 138,6 | -2,0% |

| Mix de Produção | Guidance 2024/25 | Safra 2024/25R | Δ% |
|---|---|---|---|
| Açúcar (%) | 50,6% | 44,6% | -4,8p.p. |
| Etanol (%) | 49,4% | 55,4% | 4,8p.p. |

| Capex (R$ Milhões) | Guidance 2024/25 | Safra 2024/25R | Δ% |
|---|---|---|---|
| Expansão IPO (1 Milhão de toneladas) | 35,9 | 16,3 | -54,6% |
| Expansão IPO (Ativo Biológico) | 43,6 | 15,8 | -63,8% |
| Expansão Santa Vitória (Ativo Biológico e Maquinário Agrícola) | 43,5 | 65,7 | 51,0% |
| Fábrica de Açúcar (Santa Vitória) | 49,0 | 64,4 | 31,4% |
| Melhorias Operacionais e Outros | 205,2 | 104,9 | -48,9% |
| *Irrigação* | n/d | 19,0 | n/d |
| Recorrente (Renovação de Plantio e Manutenção de Entressafra)[1] | 420,3 | 458,3 | 9,0% |
| Total Capex | **797,5** | **744,3** | **-6,7%** |

| Tratos Culturais | n/d | 440,2 | n/d |
|---|---|---|---|

[1]Não inclui tratos culturais



Fazenda São Pedro – Rod. GO-080, Km 185
Zona Rural, Goianésia-GO – CEP 76388-899
Tel.: (62) 3389-9000
www.jalles.com

IGC-NM B3 ITAG B3 IGC B3 JALL B3 LISTED NM

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Jalles Machado S.A.
Goianésia – GO

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jalles Machado S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Jalles Machado S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos ativos biológicos
Veja as Notas 2.7 g e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria
A Companhia mensura os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar ao valor justo deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte.

O valor justo representa o valor presente de fluxo de caixa estimado para ativos biológicos, que é determinado por meio de aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixas descontados, que incluem: a área estimada de colheita, produtividade prevista (toneladas de cana por hectares), quantidade total de açucar recuperável ATR, o valor de kg do Açúcar Total Recuperável (ATR), custos com tratos culturais, custos com colheita e corte, carregamento e transporte, custos de capital, custos de arrendamento e parceria agrícola, impostos e taxa de desconto.

Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação do valor justo, ao impacto que eventuais mudanças nas premissas teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e à relevância dos montantes de ativos biológicos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Como auditoria endereçou esse assunto
– Avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao cálculo do valor justo deduzido dos custos estimados de venda dos ativos biológicos;

– Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos ativos biológicos, comparando-as com informações históricas internas e com dados externos observáveis do mercado;

– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e

são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
– Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 17 de junho de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

## Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Jalles Machado S.A. (“Companhia”), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, nos termos do artigo 163, incisos II e VII da Lei 6.404/76, procederam à análise das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e do Relatório Anual da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025 e, com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, e considerando ainda o relatório dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes Ltda., sobre as demonstrações financeiras, bem como os esclarecimentos prestados, concluíram, por unanimidade, que os documentos estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral.

CONSELHO FISCAL DA JALLES MACHADO S.A.

_____
Cláudio Oliveira da Silva

_____
Elvio Franklin Gajardoni Rodrigues

_____
Luiz Fernando Ferraz de Rezende

_____
Edgard Massao Raffaelli

## Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Jalles Machado S.A. (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão de caráter permanente instituído em 23 de julho de 2019, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Jalles Machado S.A. (“Companhia”), possui Regimento Interno próprio (“Regimento”), sendo regido pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras e dentro das melhores práticas de Governança Corporativa

O Comitê iniciou o exercício composto por 3 (três) membros independentes, reelegíveis, com mandato de 2 anos, reeleitos em 25 de julho de 2024, com mandato até 31 de julho de 2026. A Composição atual conta com o Sr. Ronaldo Tomazella Monteiro, Auditor Independente inscrito na CVM (Membro Coordenador do Comitê de Auditoria), Sr. Alexandre Lahóz Mendonça de Barros, Engenheiro Agrônomo (Conselheiro de Administração Independente e Membro do Comitê de Auditoria) e o Sr. Leandro Antonio Marini Pires, Auditor Independente inscrito na CVM (Membro do Comitê de Auditoria).

De acordo com Regimento Interno, cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Jalles Machado S.A. pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A KPMG AUDITORES INDEPENDENTES (“KPMG”) é a empresa de auditoria independente, responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC - e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITR’s) enviados para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC, em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de março de 2025, os referidos Auditores Independentes emitiram relatório, contendo opinião sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável pela aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna, cuja execução é conduzida por uma consultoria externa especializada, contratada com o objetivo de assegurar a independência e a profundidade técnica das avaliações. A Companhia conta com um auditor interno que atua no acompanhamento dos trabalhos, facilitando a interlocução com as áreas auditadas e assegurando o alinhamento com as diretrizes internas.

Em constante evolução, este Comitê tem contado desde de seu início com a contratação de diversos especialistas para o desenvolvimento de processos e projetos de Governança, Risco e Compliance, bem como do mapeamento e análise de riscos, controles internos, auditoria interna, programa de integridade em desenvolvimento pela Jalles Machado S.A. com o a estruturação de equipe interna e assessoramento de especialistas, quando necessário, tais como, EY, KPMG, Business Insights & Governance Consultoria (Bigadvising), Áliant (ICTS), Sonar, Grant Thorton, bem como de Consultorias de especialistas para a emissão de pareceres, tais como, PwC, Brasil Salomão Matthes Advocacia, entre outros. Ainda para estruturação dos órgãos de assessoramento foram autorizadas as aquisições de softwares de apoio e controle, como o sistema da Nasdaq Inc. para controle das reuniões e o SoftExpert Software S.A. para o GRC.

1) A Companhia:
A Jalles Machado S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o número 02549-6, em 04 de fevereiro de 2021. As ações da Companhia são negociadas na B3 sob o código de negociação “JALL3” e participa das carteiras teóricas de Índices da B3, como IBRA (índice Brasil Amplo), ICON (índice de Consumo), IGCT (índice de Governança Corporativa Trade), SMLL (índice Small Caps), IGPTW (Índice Great Place to Work), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), IAGRO (Índice Agronegócio B3), IGC-NM B3 (Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado ) e ITAG B3 (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado).

O escopo de atuação do Comitê de Auditoria Estatutário compreende a Jalles Machado S.A., e suas controladas: Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda., Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A. (incorporada pela Jalles Machado S.A), Purolim S.A. (extinta) e a controlada indireta Jalles Bioenergia S.A. (incorporada pela Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.). Ressalta-se que a Companhia também possui investimentos reconhecidos pelo resultado de equivalência patrimonial nas suas Coligadas Albioma Codora Energia S.A. e Albioma Esplanada Energia S.A.

As ações da Cia estão distribuídas da seguinte forma:

a) Jalles Machado S.A.

A Companhia possui duas unidades localizadas no município de Goianésia, Estado de Goiás, região centro-oeste do país. A primeira unidade é denominada Jalles Machado (UJM) e iniciou suas operações em 1983. Atualmente tem capacidade instalada de moagem de 3,3 milhões de toneladas por ano/safra. Nela também se localiza a investida Albioma Esplanada Energia com capacidade de cogeração de 65 MW de energia. A segunda unidade é denominada Otavio Lage (UOL) e iniciou suas operações em 2011. Atualmente, tem capacidade instalada de moagem de 3 milhões de toneladas por ano/safra. Nela também se localiza a investida Albioma Codora Energia com capacidade de cogeração de 75 MW de energia. Também compõe o Grupo a Purolim S.A, que foi criada para fabricação e comercialização de desinfetantes domissanitários Jalles Empreendimentos Imobiliários S.A. (incorporada pela Jalles

Machado S.A.), que atuava na atividade de arrendamento mercantil com diversos ativos de produção de açúcar e etanol, arrendados a unidade UOL, a Albioma Codora Energia S.A. e a Esplanada Bioenergia S.A., ainda sem operação, que atuma no mercado de geração de energia.

b) Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.

A controlada estava sediada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Rodovia GO 338, Km 33 à esquerda, Km 03, Zona Rural e tem como objeto social a compra e venda de bens imóveis, a locação de bens imóveis e a administração de bens próprios e foi incorporada pela Jalles Machado S.A. em 28 de fevereiro de 2025.

c) Purolim S.A.

A controlada sediada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Rodovia GO 080, km 75,1, zona rural com o objetivo de melhorar a eficiência operacional foi extinta 1º de fevereiro de 2025.

d) Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.

A Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. inaugurada em 2015, possui um parque industrial moderno, com somente sete anos de operação e capacidade de moagem de 2,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. A planta industrial tem capacidade de produção de etanol do tipo hidratado combustível e no exercício construiu sua planta industrial para a fabricação de açúcar. Ela fica localizada entre as cidades de Santa Vitória e Perdilândia, na região do Pontal do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais. A partir da Safra 2025/2026 irá produzir também energia pela incorporação de sua controlada Jalles Bioenergia.
e) Jalles Bioenergia S.A.

A Jalles Bioenergia S.A. (ERB MG Energias S.A.), com capacidade instalada de 41,4 MW, que era uma unidade de cogeração de energia anexa a usina foi incorporada pela Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. em 1º de fevereiro de 2025.
f) Albioma Codora Energia S.A.

A coligada está sediada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Rodovia GO 338, km 33, à esquerda km 4, Zona Rural, tem como objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica e vapor, além de todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica.

g) Albioma Esplanada Energia S.A.

A está sediada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Rodovia GO 080, km 75,1, zona rural, no município de Goianésia - GO, tem como objeto social a cogeração e comercialização de energia elétrica e vapor de água, gerados a partir da fonte de biomassa de cana-de-açúcar e matérias-primas complementares, podendo, ainda, praticar outros atos correlatos e afins ao seu objeto social, como a comercialização de “créditos de carbono”. A joint venture foi constituída em dezembro de 2017 para receber os ativos da cogeração de energia da Jalles Machado S.A. em decorrência da negociação com a sócia Albioma Participações do Brasil.

Os principais produtos das Companhias citadas são:
• Açúcar

A Companhia está em linha com as demais empresas do setor produtor de açúcar branco, contudo com um diferencial perante a grande maioria das empresas, que é o empacotamento e comercialização no atacado, com a marca Itajá. Outro diferencial da Companhia é que a produção do açúcar orgânico Itajá obedece às rígidas normas internacionais de certificação de qualidade, do plantio ao produto final, certificado pelo Instituto Biodinâmico – IBD. Por fim, a indústria ainda é responsável pela produção do açúcar VHP (Very High Polarization), exportado para diversos países. Sua produção é realizada nas unidades Jalles e Codora.

• Etanol

A produção do etanol álcool carburante é dividida em etanol anidro, para mistura na gasolina, e hidratado, para uso direto em motores com a tecnologia flex ou movidos exclusivamente a etanol. Também produz etanol orgânico, de alto valor agregado e utilizado nas indústrias farmacêutica, alcoolquímica, de bebidas, cosméticos e alimentícia. Sua produção é realizada nas unidades Jalles e Codora e a partir de 2022 na unidade Santa Vitória.

• Saneantes

Linha de produtos saneantes para agregar valor ao etanol produzido, dividida entre produtos de limpeza doméstica e de uso profissional, que vão desde álcool líquido e gel, até desinfetantes hospitalares. Sua produção é realizada na unidade Jalles.

• Levedura

Com o intuito reutilizar a matéria-prima excedente da fermentação alcoólica, a Companhia produz levedura seca comum e produtos autolisados com capacidade instalada para a produção de 22 toneladas/dia. Sua produção é realizada na unidade Jalles.

• Cogeração

A Companhia possui planta própria anexa a usina Santa Vitoria com capacidade de cogeração de energia elétrica: 41,4 MW e sociedades com a Albioma Participações do Brasil, nas empresas investidas Albioma Esplanada e Albioma Codora, com participação societária de 40% e 35% em cada uma, respectivamente, gera sua própria energia, a partir do bagaço de cana como fonte de energia térmica, mecânica e elétrica em duas plantas de cogeração com capacidade instalada de geração de 142 MW.

• Biogás

Em 29 de abril de 2025 a Companhia divulgou fato relevante informando que assinou Contrato de Compromisso de Investimentos com a Albioma Participações do Brasil Ltda (“Albioma”) e a Albioma Codora Energia S.A. (“ACE”), contendo os termos e condições para viabilizar a produção e comercialização de biometano, obtido por meio da purificação do biogás existente, resultante do processamento da totalidade da vinhaça da cana-de-açúcar produzida na unidade Otávio Lage (UOL). O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, incluindo, mas não se limitando, à obtenção de financiamento, assinatura de contrato de venda de biometano e aspectos regulatórios. Caso concretizado, o projeto de conversão da produção de biogás em biometano, está previsto para entrar em operação a partir de 2026. A estrutura de operação e financiamento do projeto consistirá em:
A estrutura de operação e financiamento do projeto consistirá em:
• Produção estimada de biometano de até 10 milhões Nm³ por ano;
• Participações acionárias do projeto: Jalles (49%) e da Albioma (51%);
• Financiamento via linha incentivada do BNDES ou equivalente; e,
• Prazo da parceria: Até 31 de dezembro de 2046.

2) Atividades do Comitê de Auditoria de 1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025:

De 1º abril de 2024 (incluindo neste período a reunião ordinária do CAE que apreciou as Demonstrações Financeiras da Jalles Machado S.A. relativas ao Exercício findo em 31/03/2024) a 11 de junho de 2025 (data da reunião ordinária do CAE que apreciou as Demonstrações Financeiras da Jalles Machado S.A. relativas ao Exercício findo em 31/03/2025), o Comitê de Auditoria Estatutário da Jalles Machado S.A., apesar de regimentalmente ter que se reunir no mínimo a cada dois meses, realizou 12 reuniões (As reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário foram realizadas em 8 de abril de 2024, em 13 de junho de 2024, em 19 de junho de 2024; em 8 de agosto de 2024, em 13 de setembro de 2024; em 8 de outubro de 2024, em 8 de novembro de 2024, de 29 de janeiro de 2025, em 10 de fevereiro de 2025, em 11 de março de 2025, em 23 de abril de 2025, e em 11 de junho de 2025) que contemplaram diversas pautas, em especial 5 (cinco) envolvendo os Auditores Independentes, sendo 3 (três) para apreciação das Demonstrações Financeiras Intermediárias (30/06/2024, 30/09/2024 e 31/12/2024), 2 (duas) sobre a Demonstração Financeira Anual do exercício passado encerrada em 31 de março de 2024 e na presente data para aprovação das Demonstrações Financeiras deste Exercício, findo em 31/03/2025. Nestas últimas citadas e em outras situações especiais, participando das reuniões do Conselho de Administração para apresentar as opiniões e recomendações do Comitê aos membros do Conselho de Administração. Também, de forma conjunta ou individual, representando o Comitê, e diversas outras reuniões envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores Executivos, Auditores Independentes, Consultores, Advogados, Membros da Comissão de Integridade, Compliance, Auditores Internos, da Companhia e outros interlocutores. Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

3.1) Acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras, do Relatório da Administração e dos “Releases” de Resultados, mediante reuniões com a área contábil, com administradores e com os Auditores Independentes para discussão das informações trimestrais (ITR’s) em 30/06/2024, 30/09/2024 e 31/12/2024 e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2025. Nesse sentido realizou discussões e entendimento do andamento dos trabalhos de fechamento das demonstrações contábeis, trimestrais e anuais da Companhia e de suas controladas, em especial dos principais pontos de atenção destacados pelos auditores como os cálculos dos valores justos dos Ativos Biológico (IFRS /CPC 29), dos cálculos de Arrendamento (IFRS 16/CPC 06), e de Instrumentos Financeiros (IFRS 9/CPC 48), entre outros, com os colaboradores da Companhia, bem como com os auditores sobre o andamento da auditoria e sobre o plano de auditoria. Nesse sentido, abordando os riscos, principais assuntos de auditoria e ao final sempre fomos informados que com base em sua revisão, não havia conhecimento de nenhum fato que os levaria a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais -ITR e das estavam apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nesse acompanhamento e discussões com os auditores, especialmente dos “principais assuntos de auditoria” e na opinião emitida que as demonstrações financeiras anteriormente mencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Jalles Machado S.A., o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício analisados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

3.2) . O Comitê se reuniu, ao longo do exercício, com a área de Controladoria, Auditoria Interna e GRC com foco especial nas análises dos resultados dos processos auditados, no acompanhamento da gestão de riscos e da atualização do mapa dos riscos estratégicos, dos controles internos e do programa de Conformidade e seus riscos de integridade. Para os trabalhos de Auditoria Interna, a companhia contou com o apoio e a orientação dos assessores contratados, especialmente da consultoria Bigadvising, que contribuiu para a análise, discussão e entendimento dos processos.

3.3) Entre os trabalhos desenvolvidos pela área de controles internos, gestão de risco e conformidade podem ser citados:

• Apresentação e discussão da estrutura, metodologia e organograma do GRC (Governança, Riscos e Compliance) cujo objetivo de garantir a conformidade das operações e demais políticas corporativas com as disposições previstas em leis, normas, estatutos e demais regulamentos.

• Identificação pelos controles internos de gaps em seus respectivos processos operacionais, através da análise de eficácia dos controles existentes. Expostos ao Comitê, quando este entende necessário, sugere implementação de controles não identificados e mapeamento dos processos.

• O Comitê por meio do Gestão de Riscos, realiza periodicamente o acompanhamento da Matriz de Riscos Estratégicos e anualmente discute a revisão dos principais Riscos Estratégicos, como também ocorrido nesse ano, a partir de sua matriz de riscos e detalhamento dos riscos críticos. A partir daí, objetivando mitigá-los, a área de Gestão de Riscos e Controles Internos em atuação direta com os donos dos riscos que traçam as ações mitigatórias específicas para evitar que os riscos se materializassem.

• No “Compliance”, foi discutido e orientado sobre o objetivo de manter a organização em linha com as normas vigentes, sejam elas legais ou internas com a adesão de todos os colaboradores da empresa e integração a cultura organizacional, mas com a devida atenção, cuidados e limitações de atuação para não se exporem ou exporem a Companhia aos riscos e penalidades pela infração normas legais de sigilo, privacidade, de órgãos reguladores, de dados, especialmente considerando a LGPD, tanto das pessoas envolvidas, quanto da empresa. Em suma, observando sempre as boas práticas de mercado para o tema, mas com o comprometimento que tais cuidados não prejudicassem a atuação do órgão em proteção da Companhia

• Na “Conformidade”, foi desenvolvido e implementado o Programa de Conformidade, construído sob a premissa de ser "de pessoas para pessoas", com o objetivo de fortalecer a cultura ética e promover comportamentos alinhados aos valores da organização no dia a dia. Como parte das ações do programa, foi realizada a primeira Semana da Conformidade, evento institucional que marcou o lançamento da campanha "Conformidade na Ponta dos Dedos". Durante a semana, foi promovido um treinamento voltado a líderes, gestores, coordenadores e multiplicadores de conformidade, com foco na divulgação e entendimento do novo Código de Conduta e das políticas corporativas.

• Análise e revisão para recomendações ao Conselho de Administração das políticas, procedimentos e regimentos, novos e revisadas sobre: 1) políticas: a) Gestão de Riscos; b) Anticorrupção; c) Indicação de Administradores; d) Remuneração de Administradores; e) Transação com Partes Relacionadas; f) Parcerias Agrícolas; g) Contratação de Serviços Extra Auditoria; h) Doações e Patrocínios; e, i) Direitos Humanos. 2) Procedimento de Integração de Conselheiros. 3) Regimento Interno da Diretoria. 4) Códigos: a) Conduta; e, b) Conduta de Terceiros. 5) Manual de Programa de Conformidade.

Em linha com o mencionado anteriormente, o Comitê de Auditoria ressalta que no acompanhamento dos trabalhos de Auditoria Interna foram executados um total de 06 auditorias realizadas conforme os processos: Vendas (MI e ME), Ambiental, RH (Folha de Pagamento), Controladoria, Tecnologia da Informação, Manutenção Agrícola
Como detalhamento exemplificativo dos processos realizados podemos destacar os projetos realizados de acordo com o “Plano anual de trabalhos integrado de auditoria e controle internos com o auxílio de consultoria e auditoria externa como a “BIG”;
Também realizou trabalho de avaliação da gestão ambiental na unidade da Jalles e da Otávio Lage, bem como, executou planos de ação com o time ambiental visand0 mitigar os riscos encontrados. Nesses processos foram considerados e analisados de forma independente suas principais atividades de controle e riscos inerentes, realizado por meio de metodologia e tecnologia diferenciada com a alocação de especialistas com o objetivo de propiciar e reportar à administração os seguintes aspectos: a) Nível de Compliance dos negócios da Companhia às políticas corporativas estabelecidas. Verificação da existência e operação efetiva dos controles necessários para minimizar os riscos específicos, inerentes aos processos; b) Mensuração do nível de riscos residuais desses processos; e, c) Quantificação dos impactos financeiros, decorrentes de eventual materialização dos riscos. O projeto também teve como objetivo sugerir melhorias contínuas nesse processo, discutindo com os gestores da Jalles opções de ações a serem implementadas, para que eles efetivamente contribuam para o aprimoramento do ambiente de controles e para o estabelecimento de uma cultura de preservação de valor aos acionistas e de um ambiente ético, para o desenvolvimento dos negócios.
Acompanhamento, discussões e recomendações no escopo e status dos trabalhos de gerenciamento de risco da Companhia, através das análises da Gestão de Riscos Estratégicos e Controles Internos. Na área de controles internos podemos destacar o acompanhamento e cobrança para solução dos pontos de recomendação elencados na carta de controles internos da KPMG apresentada na conclusão dos trabalhos de auditoria no ano safra anterior. Nesse sentido, o Comitê realizou diversas reuniões com responsáveis pelas áreas de riscos citadas para ciência das ações e procedimentos tomados para a solução dos pontos elencados. Nesse sentido, as áreas citadas com o apoio do GRC realizaram ações, que mostraram também outros pontos importantes de correção, e a partir disso, desenvolvido planos de ação com cronograma de execuções e sua implementação, solucionando a maioria dos problemas identificados. Algumas delas, sua mitigação se estenderá até o próximo exercício. De qualquer forma, as ações tomadas já se incorporaram as demais ações da Companhia e continuaram recebendo investimentos e atenção de forma continuada.
3.4) O Comitê acompanhou durante o exercício as denúncias realizadas pelo Canal de Integridade da Cia, e discutiu, quando necessário, com os componentes da Comissão de Integridade, os objetivos, do canal e ações em relação as denúncias. Também acompanha o número de incidentes por ano por unidades, frequência e tipo de incidentes. Periodicamente, o Canal de Integridade posiciona o Comitê das principais ações tomadas e resultados das ações deliberadas em virtude das denúncias. Quando o fato da denúncia exige alguma profundidade ou especialização, a área conta com apoio da contratação de consultores externos contratados para sua averiguação e solução. Nesse sentido podemos destacar que o Comitê de Auditoria realizou o acompanhamento das denúncias, através do “Canal de Integridade”, bem como, cobrou e acompanhou a solução delas através do acompanhamento no “site”, bem como, pela ciência das ações tomadas pelo Comitê de integridade na solução das questões. Uma determinação do Comitê sempre foi o devido cuidado que os profissionais destas áreas devem tomar em relação as informações obtidas, seu extremo sigilo e agir no mesmo sentido de orientação dado ao “Compliance”, e nesse sentido o Comitê orienta que havendo em alguma denúncia qualquer necessidade de averiguação de alguma questão onde os responsáveis tenham limitação de alçada, e especial aquelas de natureza grave, que façam o imediato contato com os responsáveis dos órgãos de direção e de governança da Companhia, entre eles este Comitê, para contribuição na execução e solução de suas atividades. Periodicamente estatísticas com os tipos e quantidades de denúncias e a suas soluções são apresentadas nas reuniões do Comitê.

3.5) Análise e acompanhamento das operações com partes relacionadas, especialmente para atestar a adesão das negociações as políticas de transações com partes relacionadas da Companhia e reporte ao conselho de administração. Nesse sentido, fez o acompanhamento e recomendações das transações com partes relacionadas, especificamente para esclarecer aos membros do Conselho de Administração, em observância a política de transações com partes relacionadas, em especial, das parcerias rurais, operações de prestação de serviços por acionistas e administradores a Companhia. As recomendações foram manifestadas em reuniões do Comitê e/ou por votações eletrônicas deste Comitê na plataforma digital Nasdaq no endereço eletrônico https://boardvantage-us.nasdaq.com. Todos os documentos suportes para a recomendações estão arquivados na referida plataforma

para evidenciação e pesquisa, quando necessário. Em relação as operações com partes relacionadas.

3.6) No exercício, o Comitê reiterou a preocupação constante para que a área de TI continue tomado ações contra as vulnerabilidades de segurança objetivando impedir que “hackers mal-intencionados” acessem sistemas e aplicativos de TI. Orientou que todas as informações sobre os pontos fracos de segurança em seu ambiente sejam repassadas e incluídas na matriz de riscos da Jalles Machado e que orientações sobre como avaliar os riscos associados a essas fraquezas sejam continuadamente mapeadas e monitoradas para uma melhor compreensão de seus ativos, falhas de segurança e risco geral, reduzindo a probabilidade de “cibercriminosos” violem seus sistemas. Adicionalmente deu especial atenção pontos de recomendação elencados na carta de controles internos da KPMG apresentada na conclusão dos trabalhos de auditoria no ano safra do ano anterior, mencionados no tópico que discorreu sobre os controles internos.

3.7) Acompanhamento da continuidade de implementação do “Projeto SoD”, segregação de função por meio do compartilhamento de mais de um indivíduo em uma única tarefa, como controle interno destinado a evitar fraudes e erros

3.8) Reuniões para discutir, analisar e esclarecer a motivação e viabilidade das operações de Incorporações da Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A. pela Jalles Machado S.A., da Jalles Bioenergia S.A. pela Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda. e por fim, a extinção da Purolim S.A. para opinar ao conselho de administração na forma da letra “k” do Artigo 13 do Regimento do Comitê de Auditoria Estatutários

3.9) Acompanhamento do projeto para revisão de materialidade do ESG com apoio de consultores especializados para atender as novas exigências dos órgãos reguladores de prestação de informações e apresentação do relatório de sustentabilidade

3.10) Alinhamento com as áreas de auditoria interna, controles internos, Gestão de Riscos Estratégicos, compliance, canal de denúncias este Comitê de Auditoria do plano de trabalho para o exercício 2025/2026.

3.11) Elaboração do orçamento do Comitê para a próxima safra 2025/2026, aprovado pelo Conselho de Administração.

3.12) Análise do orçamento da Companhia e suas controladas para o exercício do ano safra 2025/2026 e sua recomendação de aprovação pelo Conselho de Administração, a qual foi seguida por aquele órgão deliberativo.

4. Efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Jalles Machado S.A., após a realização das atividades acima descritas, em especial aquelas listadas na seção 3 acima, avaliam que os procedimentos adotados para a manutenção da eficácia e efetividade dos processos de controles internos e de gestão de riscos são adequados e satisfatórios.

5. Descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação

5.1. Recomendações à Diretoria Executiva

Nos debates estabelecidos nas reuniões realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas recomendações para melhoria dos processos de controles e gestão dos negócios. As manifestações e os respectivos atendimentos são devidamente registrados em atas. O CAE monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

5.2 Recomendação ao Conselho de Administração
Durante o exercício de 1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuado, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada e durante a execução dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário, a cada reunião as recomendações e opiniões das atividades executadas foram reportadas ao Presidente do Conselho de Administração, mediante encaminhamento de cópias da ata de reunião com anexos evidenciando os trabalhos executados e as implementações realizadas e em andamento, especialmente as relacionadas as demonstrações financeiras, auditoria interna, operações com partes relacionadas e aos projetos de GRC (Governança, Riscos e Compliance) com objetivo de garantir a conformidade das operações e demais políticas corporativas com as disposições previstas em leis, normas, estatutos e demais regulamentos.
6. Avaliação da efetividade das auditorias independente e interna

O Exercício de 1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025 foi um período muito produtivo para o Comitê de Auditoria Estatutário da Jalles Machado, com o destaque para as atividades de monitoramento da qualidade das Demonstrações Financeiras, dos controles internos, da conformidade e do gerenciamento de riscos, de forma a assegurar o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações financeiras publicada para os investidores.
Nesse contexto, como resultado de todo esse trabalho de acompanhamento e supervisão efetuado pelo Comitê, o CAE declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação as demonstrações financeiras do Exercício findo em 31 de março de 2025, estando todos os fatos relevantes adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras auditadas relativas a 31 de março de 2025.
Após diversas reuniões com os Auditores Independentes e a realização das atividades acima descritas na seção 3 acima, o Comitê procedeu à avaliação formal da Auditoria Independente com conclusão satisfatória, inclusive com relação a sua independência.

Em relação a auditoria interna, seus trabalhos e relatórios foram apresentados e discutidos com o Comitê, que considera satisfatórios no escopo, na metodologia e nos resultados de seus trabalhos realizados. O Comitê de Auditoria mantém acompanhamento dos planos de ação decorrentes dos pontos de auditoria levantados em todas as áreas auditadas. Considerando a competência do Comitê e observadas as atividades descritas na seção 3 acima, o Comitê procedeu à avaliação formal da Auditoria Interna, com conclusão

satisfatória.
7. Quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia
Não ocorreram situações em que existiu divergência significativa entre a administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia.
8. Conclusão:

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Jalles Machado S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, observadas as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, com base nos trabalhos efetuados e descritos neste relatório analisaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório preliminar dos Auditores Independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025 e consideraram que tal documento reflete adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas bem como todos os temas relevantes que chegaram ao conhecimento do Comitê, no exercício de suas funções.

Nesse sentido, o Comitê decidiu recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da proposta da Administração da Companhia de destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de março de 2025 e sua destinação.

Igualmente, considerando o acima exposto, os membros do Comitê de Auditoria avaliam como satisfatórios a qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período.

Por fim, os membros do Comitê de Auditoria recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9. Relatório Resumido:

Devido a necessidade de sigilo de informações, acompanha o presente relatório, “Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário em 31 de março de 2025”, para fins de divulgação com conjuntamente com o manual da assembleia geral a ser realizada para aprovação das demonstrações financeiras.

Goianésia, GO, 11 de junho de 2025.

Ronaldo Tomazella Monteiro
Membro Coordenador do Comitê de Auditoria
e Presidente da Mesa

Sr. Leandro Antonio Marini Pires
Membro do Comitê de Auditoria
Secretário

Sr. Alexandre Lahóz Mendonça de Barros
Membro do Comitê de Auditoria

## Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA JALLES MACHADO S.A.

Os membros do Comitê de Auditoria da Jalles Machado S.A. (“Companhia), CNPJ (MF) nº 02.635.522/0001-95, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31 de março de 2025, e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, sem qualquer ressalva, que referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos retro mencionados, nos termos do artigo 9º, Parágrafo único, III da ICVM 481/09, pelos Conselhos de Administração da Companhia, com o posterior encaminhamento e análise deste pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Goianésia, GO, 11 de junho de 2025. Ronaldo Tomazella Monteiro, Membro Coordenador do Comitê de Auditoria e Presidente da Mesa; Sr. Leandro Antonio Marini Pires, Membro do Comitê de Auditoria e Secretário; e, Sr. Alexandre Lahóz Mendonça de Barros, Membro do Comitê de Auditoria.

Ronaldo Tomazella Monteiro, Membro

Leandro Antonio Marini Pires

Alexandre Lahóz Mendonça de Barros

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os abaixo assinados Diretores da JALLES MACHADO S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Fazenda São Pedro, Rodovia GO 080, KM 75,1185, s/n, CEP 76.388-899 inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.635.522/0001- 95 (“Companhia”), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia referentes exercício findo em 31 de março de 2025.

Goianésia, 17 de junho de 2025.

OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA FILHO
Diretor Presidente

RODRIGO PENNA DE SIQUEIRA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os abaixo assinados Diretores da JALLES MACHADO S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Fazenda São Pedro, Rodovia GO 080, KM 185, s/n, CEP 76.388-899 inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.635.522/0001- 95 (“Companhia”), declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitidas nesta data, relativas ao exercício encerrado em 31 de março de 2025.

Goianésia, 17 de junho de 2025.

OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA FILHO
Diretor Presidente

RODRIGO PENNA DE SIQUEIRA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores